

RITA DE CÁSSIA GONÇALVES

**A Trajetória Laboral de Homens e Mulheres no Processo de Desligamento das
Relações de Trabalho pela Aposentadoria**

**UFSC
2006**

RITA DE CÁSSIA GONÇALVES

**A Trajetória Laboral de Homens e Mulheres no Processo de Desligamento das
Relações de Trabalho pela Aposentadoria**

**Dissertação apresentada para obtenção do título
de Mestre em Serviço Social, da Universidade
Federal de Santa Catarina, sob a orientação da
Profª Dra. Teresa Kleba Lisboa.**

**UFSC
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
RITA DE CÁSSIA GONÇALVES**

**A Trajetória Laboral de Homens e Mulheres no Processo de Desligamento das
Relações de Trabalho pela Aposentadoria**

Esta dissertação foi submetida do processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada _____, atendendo as normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, _____ de _____ de 2006.

Banca Examinadora:

**Profª Dra. Teresa Kleba Lisboa
Orientadora**

**Profª Dra. Ana Maria Baima Cartaxo
Membro da Banca**

**Profª Dra. Vera Herweg Westphal
Membro da Banca**

Este trabalho se endereça a quatro gerações de mulheres que, com a sabedoria do amor, permearam meus passos na trajetória de vida.

- A minha mãe Irene, semeadora de incentivos e tenacidade, que, com seus atos de determinação, tece uma rede de luta e coragem.
- As minhas irmãs, Nilcéia e Geiza, elos constantes de força e carinho.
- As minhas filhas, Juliana e Ana Luiza, fontes de vida e luz, que, com relação de apoio, encontro de aprendizado mútuo, ensejo de renovação, atribuem sentido a minha vida.
- À querida neta, Beatriz, que, com sua chegada, transcendeu o meu viver com sua alegria e sorrisos, inspirando um grande porvir.

AGRADECIMENTO

O amor é uma forma de conhecimento... que envolve diferentes gestos, ações, atitudes, espaços e também ciência.

Este universo opera por meio de trocas dinâmicas – de dar e receber – nas quais ancoramos referências que nos dão significado como o vivido nessa trajetória acadêmica.

Muitas pessoas conheci, outras reconheci, faz-se necessário nomeá-las pelo sentido de partilha dispensado nessa trilha da vida:

Adriana Lucinda de Oliveira

Beatriz Gonçalves Kovall

Danúbia Rocha Vieira

Edi Mota Oliveira

Heloísa Maria Oliveira

Luiz Eversom da Silva

Maria da Graça dos Santos Dias

Vera Inêz Gauen Nilsson

Ursula Lehmkuhl Carreirão

Emanuella Melina da Silva

A Professora Doutora Teresa Kleba Lisboa pelo respeito e competência com que conduziu este trabalho;

Juliana Palavezzini, pela amizade dispensada no cotidiano deste trabalho.

Meus agradecimentos especiais aos homens e às mulheres que se deixaram entrevistar, confiando-me suas histórias que, agora, fazem parte da minha trajetória.

Tu tens um medo:
Acabar.
Não vês que acaba todo dia.
Que morres no amor.
Na tristeza.
Na dúvida.
No desejo.
Que te renovas todo o dia.
No amor.
Na tristeza.
Na dúvida.
No desejo.
Que és sempre outro.
Que és sempre o mesmo.
Que morrerás por idades imensas.
Até não teres medo de morrer.

E então serás eterno.

(MEIRELES, 1986, p. vi)

RESUMO

O objetivo deste estudo é desvelar o significado do desligamento do trabalho para homens e mulheres quando ocorre a aposentadoria. Como prática investigativa foi utilizada a pesquisa qualitativa, desenvolvendo a análise das trajetórias laborais como um todo reconstruindo a história sócio-cultural do grupo pesquisado. Para o estudo das trajetórias laborais, foram buscados aportes teóricos que sustentaram as discussões acerca das seguintes categorias: trabalho, aposentadoria, envelhecimento e relações de gênero. Os sujeitos da pesquisa possibilitaram contemplar um conjunto de experiências no contexto das relações de trabalho tendo em vista o desligamento pela aposentadoria. Para a coleta de informações foi utilizada a entrevista individual, semidirigida, com um fio condutor que permeou a construção das trajetórias laborais de cinco homens e cinco mulheres associadas da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social da Grande Florianópolis (ASAPREV). O estudo revelou que as trajetórias laborais são trazidas com múltiplos significados e que esses estão relacionados com as mudanças da vida social e com as relações surgidas no mundo do trabalho, entre elas encontramos a perda da rotina laborativa, sua reorganização da vida familiar, a busca de espaço para convívio dentro e fora das relações privadas e de novas atividades ocupacionais. A relação com a aposentadoria para os entrevistados é vivida de forma ambígua: de um lado, significa espaço de autonomia, de liberdade e, de outro de incertezas e inseguranças. Como a aposentadoria assegura a todos, fonte de sustento, o aspecto financeiro se reveste de vital importância. Esse é um elemento unificador dos interesses dos entrevistados/as, os congregando em torno das questões: redução e desvalorização do benefício previdenciário e a ineficácia das políticas de seguridade social insuficientes para manutenção da sua qualidade de vida.

Palavras Chaves: aposentadoria, relações de trabalho, envelhecimento, gênero.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to reveal the meaning of the distance from labor for men and women when they get retired. As an investigative practice it was used the qualitative research, developing the analysis of the labor trajectories reconstructing the social-cultural history of the studied group. To study the labor trajectories, it was researched theory contributions that supported the discussions: work, pension, oldness and gender relation. To collect information it was used the individual interview, half commanded by a conductor wire that permeated the construction of the labor trajectories of five men and five women. The research revealed that the labor trajectories are brought with several meanings and that those meanings are related to changes of social life and the relationship emerged in the labor world, among those changes are the loss of the labor routine, its reorganization of the family life, a seek space for the acquaintance in and out of the private relation and new occupation activities. The relation with the pension for the interviewed people is lived in an ambiguity way, on one hand it means autonomy space of freedom and on the other of uncertainties and insecurities. As the pension assures for everyone the supporting source, the financial aspect revests itself of vital importance. This is a unified element of the interests of the interviewed people; assemble them in relation to the following inquiries: reduction and depreciation of the providence benefit and the ineffective politics of social security, insufficient for the life quality maintenance.

Key words: pension, labor relationship, oldness, gender.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição das idades e média das idades dos participantes em anos	35
Tabela 2	Distribuição das idades e média das idades de início de trabalho dos participantes em anos	37
Tabela 3	Distribuição dos participantes por idade e média das idades quando ocorreu a aposentadoria	39
Tabela 4	Distribuição e média do número de filhos dos participantes.....	42
Tabela 5	Distribuição dos participantes por anos e média dos anos como residente em Florianópolis.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição dos participantes em anos	34
Gráfico 2	Distribuição dos participantes quanto ao início do trabalho e opção pela aposentadoria	36
Gráfico 3	Distribuição quanto ao nível de escolaridade	41
Gráfico 4	Distribuição quanto ao estado civil	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Distribuição dos participantes por função ou profissão exercida quando se aposentou.....	38
Quadro 2	Distribuição da procedência dos participantes	43

LISTA DE ABREVIATURAS

AME	Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento
ASAPREV	Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social da Grande Florianópolis
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPESC	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina
NUSSERGE	Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio
PUC	Pontifca Universidade Católica - SP
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1	CONHECENDO OS APOSENTADOS/AS, SUJEITOS DA PESQUISA E CHEGANDO ATÉ ELES	22
1.1	Percurso Metodológico	22
1.1.1	Natureza da pesquisa	23
1.1.2	O método biográfico: modalidade trajetórias de vida	25
1.1.3	Perfil dos entrevistados: aposentados/as associados/as da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social da Grande Florianópolis	34
2	O SIGNIFICADO DO TRABALHO NOS DIFERENTES CONTEXTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E CULTURAIS	45
2.1	As Transformações Históricas do Significado do Trabalho	45
2.2	Associando Premissas de Relações de Trabalho com uma Perspectiva Relacional de Gênero	55
2.3	Trajetórias Laborais dos Entrevistados/as e o Significado do Trabalho	58
2.4	As relações do mundo do trabalho permeadas pelos espaços de poder	65
3	APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO: conflito entre liberdade e resistência	71
3.1	O processo de Envelhecimento Social e o desligamento do trabalho	71
3.2	Ordenamento da Seguridade Social e a Previdência Social	79
3.3	Significado da Aposentadoria e do Envelhecimento: liberdade e autonomia versus incertezas, insegurança e medo?	89
3.3.1	A aposentadoria e seus caminhos	89
3.3.2	A aposentadoria e o viver mais	96
3.3.3	A aposentadoria – quão está seguro o aposentado	99

3.3.4 Aposentadoria: uma experiência coletiva, diferente para homens e mulheres	103
Considerações Finais	106
Referências	112
Apêndices	120
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento	121
Apêndice B – Roteiro de Entrevistas	124

INTRODUÇÃO

“Como deveria ser a sociedade para que o homem continue sendo homem quando velho?
A resposta é simples: seria necessário que ele fosse tratado como homem.” (BEAUVOIR, 1970, 302).

O interesse desta pesquisa reside em examinar, no cenário de avanços significativos de expectativa de vida que vem ocorrendo, com transformações demográficas sem precedentes, as alterações substantivas que aconteceram na vida de trabalhadores e a garantia dos seus direitos previdenciários.

A população brasileira, com mais de 40 anos, cresceu consideravelmente a partir de 1960 e mudou a pirâmide etária nacional. Os trabalhadores/as estão cada vez mais se desligando do mercado de trabalho com maiores possibilidades de desfrutarem um tempo de vida mais longo⁹.

A ênfase na investigação encontra-se em desvelar o significado de como os trabalhadores/as atravessam esse período de suas vidas, assinalando potencialidades e/ou dificuldades para incorporar novos vínculos em seu processo vital. Trata-se de reconhecer não só o significado do desligamento do mercado de trabalho, mas as implicações e as relações demarcadas pelas novas determinantes sociais do mundo contemporâneo.

A sociedade brasileira, desde o final dos anos 1980, defrontou-se com uma complexa crise econômica recessiva, que em decorrência traz uma nova configuração da sociedade com profundas transformações nas relações de trabalho, de proteção social, que modificaram o Sistema Previdenciário com suas reformas consideráveis que dizem respeito aos direitos conquistados pelos trabalhadores/as. Nesse contexto, homens e mulheres trabalhadores/as brasileiros vivenciaram uma crescente insegurança jurídica nas relações de trabalho, além disso, a identidade coletiva dos trabalhadores/as tende a ser destruída pelo desemprego. As conquistas trabalhistas, que redundaram nos direitos de cidadania social, estão sendo suprimidas ou solapadas; entre elas, ressaltamos a aposentadoria. Identificada como uma das conquistas das relações do trabalho, a aposentadoria como norma

⁹ Com as últimas reformas previdenciárias foram estabelecidos novos critérios para obtenção dos benefícios previdenciários, criando-se assim novas regras para obtenção da aposentadoria.

estabelecida no mundo dominado pelo capital se apresentando como um rito de passagem que pode estigmatizar a pessoa como inativa, implicando muitas vezes em decretar sua falência como ser produtivo e, por extensão, como sujeito social.

Paralelamente à questão da Política Previdenciária, é necessário considerar o processo de transição demográfica, uma realidade no Brasil, onde segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰, a expectativa de vida dos brasileiros em 2000 chegou a 70,5 anos. Em 2003, a esperança de vida, estimada ao nascer, subiu para 71.3 anos. De acordo com o IBGE, a mortalidade infantil caiu 8.6% em relação à apresentada no ano 2000; o patamar do indicador de expectativa de vida poderia ser superior em dois ou três anos, não fosse o efeito das mortes prematuras de jovens por violência.

Acreditamos ser necessário destacar que, desde as primeiras preocupações com a situação do envelhecimento no país, estivemos participando, como profissional do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC)¹¹, na condição de delegada, representando o Estado na elaboração de um diagnóstico¹² da situação deste segmento da população. Com esta ação, começou a identificar que o país também era composto por uma população envelhecida e detentora de necessidades.

No ano de 1976, sob a responsabilidade de um governo militar, o Ministério da Previdência e Assistência Social, realizou três Seminários Regionais e um Nacional, buscando estabelecer um diagnóstico para a questão da velhice no país e apresentar as linhas básicas de uma política de assistência e promoção social para o idoso.

O acompanhamento deste processo de mudanças, as condições e características de cada momento histórico decorridos durante pouco mais de 25 anos, e as vivências deste segmento da população foram-nos possibilitando reconhecer toda essa configuração, diretamente vinculada à nossa prática

¹⁰ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>, Acesso em: 24 nov. 2004.

¹¹ Atuamos nessa instituição durante 28 anos, tendo como principal desafio as questões relativas a seguridade social e as demandas profissionais inerentes aos processos de aposentadoria e envelhecimento dos beneficiários da previdência social pública estadual.

¹² A realização de três seminários regionais e um nacional, no ano de 1976, buscou estabelecer um diagnóstico para a questão da velhice no Brasil. Os eventos foram coordenados pelo gerontólogo Marcelo Antônio Salgado, sob os auspícios do Ministério da Previdência e Assistência Social e do apoio pessoal do ministro dessa pasta Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva. Esse diagnóstico foi indiscutivelmente o marco de uma nova era nas atenções públicas com relação à velhice.

profissional e, também, por estarmos envolvida na organização da Política Estadual e ocupado diversas funções no Conselho Estadual do Idoso.

Tendo como referência este contexto da vida profissional, este projeto começou a ser delineado quando processualmente passamos a olhar este segmento da população sob uma nova ótica. Nesta perspectiva, foi possível perceber que grande parte dos problemas apresentados pela população envelhecida eram decorrentes da problemática da aposentadoria, na forma de escassos recursos econômicos, da perda da atividade laborativa e, também, do rompimento de laços sociais, implicando em uma depreciação na qualidade de suas vidas. Tais vivências nos levam a concordar com Minayo (1993, p. 90) quando afirma que “[...] a escolha de um tema não emerge espontaneamente da mesma forma que o conhecimento não é espontâneo. Surge de interesse e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos”.

Para Gentilli (1998), a prática profissional do Serviço Social, como qualquer atividade considerada trabalho, carece de precisões e discriminações em relação à transformação dos seus objetos de trabalho em produtos, assim como do próprio processo de transformação. Neste sentido, escolhemos por desvelar, a partir da ótica das relações de gênero, como homens e mulheres, no contexto de suas experiências de vida, atravessam o período do desligamento da sua atividade laborativa ingressando na condição de aposentado/a.

As projeções feitas prevêm que, no ano de 2025, haverá no Brasil, entre 33 a 34 milhões de pessoas idosas, representando 14% da população. Este percentual colocará o país em 6º lugar no ranking mundial em relação ao envelhecimento populacional¹³. Fenômeno que traz repercussões significativas nos aspectos demográficos, biológicos, econômicos e comportamentais. As transformações na estrutura etária do país estão ocorrendo sem que, no entanto, as conquistas sociais tenham atingido a grande maioria da população, ocasionando impactos diferenciados nos processos de envelhecimento que ocorrem, com contrastes e profundas desigualdades sociais, sem visarem o atendimento das demandas de dignidade e cidadania.

¹³ De acordo com Lairenti, (1990, p. 144) “o envelhecimento populacional é decorrente da diminuição das variáveis mortalidade e fecundidade, caracteriza-se por uma diminuição relativa e contínua de jovens com aumento crescente da importância relativa dos mais idosos, enquanto a idade entre dois grupos (20 a 60 anos) permanece relativamente estável.”

Corroborando com a informação expressa acima, Kaleche (1996) afirma que mesmo que uma pessoa viva hoje em condições precárias, sem água potável, sem esgotos sanitários, em péssimas condições de moradia e trabalho, subalimentada, suas chances de sobreviver até a velhice são muito maiores do que num passado recente. Esta afirmação evidencia que a transição demográfica em países em desenvolvimento, como ocorre no Brasil, é mais fruto das conquistas tecnológicas da área da saúde do que de mudanças no padrão sócio-econômico da população.

A partir de um olhar ampliado, o todo e as partes se imbricam na compreensão do processo de envelhecimento, pois se o ato de envelhecer é individual, o ser humano vive na esfera coletiva e, como tal, sofre as influências da sociedade na qual está inserido. Beauvoir (1970), ao refletir sobre o significado do envelhecimento e suas implicações, nos ensina que, para o ser humano definir o que seja progresso ou regressão, supõe-se que tome como referência um determinado fim; mas nada é dado a priori, no absoluto. Cada sociedade cria seus próprios valores: é no contexto social que a palavra declínio pode adquirir sentido preciso. Diante das complexidades econômicas, sociais e políticas pelas quais a sociedade contemporânea vem passando, homens e mulheres se deparam com uma nova realidade que indica novos pressupostos no que se refere ao mundo do trabalho e das relações sociais. Deste modo é de suma importância destacar os estudos de Debert (1998); Haddad (1993), alertando para as questões decorrentes do aumento da população idosa e as mudanças do mundo do trabalho. Segundo Debert (1998) acreditava-se que o trabalho exigido na área industrial submeteria homens e mulheres a um declínio da capacidade individual laborativa:

Muito embora nunca se tenha encontrado evidências objetivas que sustentassem a associação entre o envelhecimento e a perda da capacidade para o trabalho, tal concepção se fortalece com outras suposições negativas acerca do desempenho dos velhos, referindo-se a suas habilidades obsoletas, capacidade de aprendizado reduzida, resistência à mudança e lentidão nas decisões. (DEBERT, 1998, p. 32).

Em decorrência deste quadro macrosocial de mudanças afirma-se uma ruptura dos liames sociais, a exclusão, a desagregação, a vulnerabilidade das relações sociais das pessoas que se encontram nesse patamar de vida. As referências teóricas mais utilizadas na compreensão desse fenômeno afirmam a existência de um novo tipo de questão social.

Como esclarece Iamamoto (1999, p. 27) entende-se por questão social um "[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...]" isto é, o sistema capitalista estabelece um processo de produção social cada vez mais coletivo, enquanto que a apropriação dessas riquezas ocorre sempre de forma privada. Assim sendo, a questão social se manifesta com suas disparidades nas esferas econômicas, políticas e culturais das classes sociais. A questão social está colocada a partir da produção e reprodução das riquezas, sendo traduzida pela erosão dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pela precariedade das relações de trabalho. Portanto são problemáticas engendradas por estruturas econômicas, sociais e políticas desencadeadoras de desigualdades sociais.

Convém destacar que, no âmago da atividade produtiva, esta desigualdade é identificada tendo em vista que o lugar que o trabalhador/a ocupa neste espaço repercute no que ele desfruta no espaço social, estabelecendo desta forma uma sociedade marcada por essa dimensão que se reflete nas esferas econômica, política, cultural e política. O trabalho concede a pessoa em geral, um status capaz de preencher uma função social determinada, tornando-a útil ao sistema. Na perspectiva de análise, a manifestação da questão social não pode ser reduzida somente ao processo de pauperização dos trabalhadores/as, pois ela assume, como abordamos, outras múltiplas facetas. Implica, portanto, perceber também o movimento instaurado pelas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade no que concerne ao modo de organização do trabalho e ao significado que lhe é atribuído no processo das relações sociais.

Trata-se de uma nova desigualdade social imposta pelas novas relações, originada pelo avanço do capitalismo, que consiste na forma como os trabalhadores/as desenvolveram suas atividades no sistema produtivo e vivenciaram sua aposentadoria, a partir dos aspectos social, político, econômico cultural e psicológico instaurados por esse eixo regulador da vida engendrada pelo sistema capitalista.

Uma das faces mais perversas da questão social configura-se pela exclusão social expressa na vida dos/as trabalhadores/as que não encontram mais um lugar de reconhecimento na sociedade ou, até muitas vezes, são banidos desse universo. Portanto, um dos fenômenos dessa relação diz respeito à aposentadoria

vivenciada enquanto exclusão social e às conseqüentes relações desiguais que podem se estabelecer a partir da escolha desse direito social.

A exclusão do mundo do trabalho, desencadeada pelas transformações já elencadas, constitui-se em aspecto que merece uma reflexão e um novo olhar. Nessa perspectiva, um grande contingente de homens e mulheres encontra-se alijado do processo produtivo não tendo espaço para sua colocação no mercado de trabalho, que se apresenta altamente restritivo. De outro lado, a não valorização da experiência e o descarte daqueles, cuja idade e perfil não correspondem aos critérios de competência e interesse definidos pelo mercado, delineiam uma situação que exige atenção enquanto questão social.

A realidade da exclusão social deve ser analisada segundo Sposati (2001, p. 25) “[...] não só a partir da dimensão socioeconômica e cultural; é preciso entender o impacto da exclusão do ponto de vista do sujeito, porque é este sofrimento da exclusão que o movimenta no sentido de alterar ou não essa situação”.

Para o Serviço Social, alguns recortes da questão podem tornar-se objeto de estudo e pesquisa como a aposentadoria vivenciada enquanto exclusão social, pois os estudos ainda são diminutos neste campo da pesquisa profissional, tornando-se imprescindível um olhar ampliado com uma prática investigativa possibilitando uma leitura e o possível desvelamento dessa realidade.

Nesse sentido, esta investigação possibilita, a partir dos relatos dos trabalhadores/as, estabelecer a relação entre o desligamento das relações de trabalho e as condições que se apresentam frente à significação que o trabalho adquire na sociedade capitalista. O sistema imputa ao trabalhador/a uma identidade que poderá ser a única que terá acesso nas relações atinentes à atividade laborativa.

A ruptura da identidade profissional ocorre com o processo de desligamento do mercado de trabalho pela aposentadoria, agravada pela perda do espaço de reconhecimento dessa esfera que atinge as relações laborais e a necessidade de estabelecer novos elos que nos remetem às questões que merecem ser desveladas.

É, pois a, aposentadoria um processo constitutivo da vida dos/das trabalhadores/as que guarda uma relação muito próxima com o mundo do trabalho. Falar portanto, de aposentadoria pressupõe sua contextualização no mundo de

produção capitalista e também, traçar seus reflexos na vida dos/as trabalhadores/as que dedicaram seus esforços e capacidades durante um longo período de suas vidas.

A presente investigação se propõe a refletir sobre as categorias trabalho e aposentadoria, tendo como interface a questão do envelhecimento, sob a luz das relações de gênero. A questão de pesquisa que nos instigou a mergulhar neste estudo foi: **“Qual o significado do desligamento do mercado de trabalho para homens e mulheres quando ocorre a aposentadoria?”**

A temática é atual e relevante, visto que, pensar em aposentadoria significa preparar a população que envelhece para as mudanças em suas atividades laborativas que podem continuar ou não, após o recebimento do benefício previdenciário, até sua desvinculação total do mercado de trabalho. Desta forma, o Serviço Social é requisitado para intervir diretamente no processo de grupos comunitários e organizações, na perspectiva de instrumentalizar os/as trabalhadores/as para um maior controle de suas vidas e melhor poder de decisão diretamente relacionado a seu fortalecimento e autonomia.

Assim, na busca de aprofundar conhecimentos sobre a temática de modo geral e a questão do nosso objeto de pesquisa de modo específico, estruturamos o trabalho em três capítulos.

No primeiro, objetivando situar o caminho que percorremos para delimitação e entendimento do objeto de pesquisa, apresentaremos os caminhos metodológicos da pesquisa, mostrando as características fundamentais da investigação qualitativa, descrevendo o método biográfico na modalidade trajetórias de vida, enquanto estratégia metodológica utilizada, explicitando os procedimentos metodológicos adotados, apresentando a seguir o perfil dos entrevistados/as.

Apresentaremos, no segundo capítulo, o referencial teórico sobre o trabalho com suas transformações históricas, e as relações de gênero, numa perspectiva relacional, as quais servem como base para construção e interpretação da questão de pesquisa, trazendo a trajetória laboral dos entrevistados e o significado empreendido no trabalho. Abordamos, também, como resultado da pesquisa a configuração estabelecida por meio das entrevistas, das relações de trabalho permeadas pelas de poder.

No terceiro capítulo, traremos um estudo sobre o processo do envelhecimento social e aposentadoria, focando a seguridade social e a previdência

como suporte teórico para proceder a discussão e análise das narrativas dos entrevistados em suas experiências enquanto aposentados/as. Para organizar os dados empíricos coletados nas trajetórias laborais apresentaremos, sob forma de itens, esses resultados, caracterizados pelo desligamento do trabalho e a aposentadoria; as relações com o prolongamento da vida; a questão previdenciária e por último a aposentadoria como experiência coletiva, mas desigual para homens e mulheres.

Nas considerações finais, focaremos as conclusões e propostas fundamentadas após os resultados obtidos pela pesquisa, esperando que este estudo aporte contribuições e interesses sobre a temática do trabalho, possibilitando, assim colaborar com propostas de intervenções relevantes para o processo de inserção do Assistente Social junto a esta temática.

1 CONHECENDO OS APOSENTADOS, SUJEITOS DA PESQUISA E CHEGANDO ATÉ ELES

“O mundo dos velhos, de todos os velhos, é, de modo mais ou menos intenso, o mundo da memória. Dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. Eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião.” (BOBBIO, 1996, 29).

1.1 Percurso Metodológico

Neste capítulo, apresentaremos e discutiremos o percurso metodológico na construção da pesquisa. Com este objetivo, introduzimos a discussão conceitual sobre pesquisa qualitativa discorrendo sobre a definição do objeto e a escolha do método biográfico na modalidade trajetórias de vida, enquanto estratégia metodológica, como também os procedimentos metodológicos utilizados no processo de construção do trabalho.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, nosso projeto foi submetido à avaliação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH)¹⁴, tendo recebido sua aprovação e sendo considerado como tema relevante de estudo.

Uma realidade mundial é a de que as pessoas estão vivendo cada vez mais tempo e que tal fato gera o envelhecimento populacional. No Brasil ocorre uma revolução demográfica com um processo de envelhecimento acelerado da população, trazendo transformações nas relações sociais, políticas, econômicas, como também no modo de como se percebe o processo de envelhecer. Aliada a essa questão, aparece a maneira estigmatizante da aposentadoria com o rompimento de laços sociais, a diminuição dos recursos econômicos, o que desencadeia uma perda de qualidade de vida. Tais processos atingem, de forma

¹⁴ Projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos- sob o nº 233/05 com parecer de aprovação por unanimidade dos relatores, em reunião na data de 08/08/05.

explícita e implícita, o modo de viver e os papéis que cada um desempenha na sociedade. Assim, se estabelecem desafios de como enfrentar essa nova realidade, repensando a necessidade do estabelecimento de políticas públicas para atendimento dessa população.

1.1 1 Natureza da pesquisa

Optamos por estudar o significado da aposentadoria para homens e mulheres, pelo desligamento das relações de trabalho. Para desenvolvermos nossa prática investigativa escolhemos a abordagem da pesquisa qualitativa, entendendo que ela é fundamental por incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. Minayo (1993) caracteriza a pesquisa qualitativa como uma articulação compreendida entre conteúdos, pensamento e existência.

Fizemos uso da pesquisa qualitativa por considerar que ela abarca relação inseparável entre o mundo natural e o social entre o pensamento e a base material, entre a ação de homens e mulheres enquanto sujeitos históricos e as determinações que os condicionam, entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos pesquisados.

É importante salientar que vivemos em um período de transição paradigmática em que as fronteiras entre as áreas do conhecimento estão cada vez menos definidas, a ciência pós-moderna tentando dialogar com outras formas do conhecimento deixando-se penetrar por elas incidindo em outra configuração. Este movimento vem propiciar uma profunda reflexão na hierarquia entre os conhecimentos científicos e do senso comum (SOUSA SANTOS, 2003).

Todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum, conforme adverte Sousa Santos (2002). A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum, por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação como mundo. Aborda ainda que o senso comum tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do dialogo com o conhecimento científico.

Assim Sousa Santos (2002, p. 40) postula que:

[...] o conhecimento do paradigma emergente tende a ser conhecimento não dualista, um conhecimento que supera as distinções dicotômicas tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual, animal/pessoa.

O autor aponta para a superação da distinção entre ciências naturais e ciências sociais e afirma: que à medida que as ciências naturais se aproximam das ciências sociais estas se acercam da humanidade.

Essa revolução científica assenta-se na direção de um novo paradigma e, na concepção de Souza Santos (2002), os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade, são parte integrante dessa mesma explicação.

Nessa perspectiva de transição paradigmática, trazemos a opção pela escolha da pesquisa qualitativa, com a premissa de que é possível apreender a prática social empírica dos sujeitos em sociedade, e que existe uma relação direta entre sujeito e objeto.

Para Hopf (1991, apud LISBOA, 2003b, p. 11), a Pesquisa Qualitativa está sedimentada em complexos sistemas de percepção e interpretação, nos quais os dados empíricos qualitativos requerem processos de interpretação hermenêutica, bem como pretendem revelar as conexões objetivas entre estruturas, para proceder uma análise dos contextos de ação individual ou coletiva.

Conforme destaca Minayo (1993, p. 21), a abordagem qualitativa:

Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

É portanto uma atividade racional que busca investigar o indivíduo e o mundo em que ele vive. Além disso, ao contemplarmos a abordagem qualitativa para o objeto da nossa investigação social, estamos considerando que as pessoas envolvidas no processo de pesquisa são “[...] sujeitos de estudo, gente em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados” (MINAYO, 1993, p.22). Ancoramos nosso estudo na premissa de que o objeto construído encontra-se em constante processo de transformação com seu dinamismo e provisoriedade e que faz parte da realidade humana vivida socialmente.

Acreditamos, e Minayo (1993) corrobora com seus estudos nessa direção, afirmando que não é possível desconsiderar que qualquer produção científica na área das ciências sociais é uma criação e, desta maneira, carregada da marca do autor.

Integramos esse pensamento, afirmando que não existe trabalho de campo neutro; que no processo de construção o objeto é também sujeito que por sua vez interage permanentemente com o investigador.

Desta forma, deve ser salientado que os nossos valores enquanto pesquisadora não foram excluídos da investigação, mas foram submetidos à devida e rigorosa vigilância, não sendo permitido que interferissem no desenvolvimento da metodologia da pesquisa, condição vital para a confiabilidade acadêmica de todo e qualquer estudo.

1.1.2 O método biográfico: modalidade trajetórias de vida

Diante destes pressupostos trazemos o método biográfico que integra um campo metodológico da pesquisa qualitativa e que permite abordar o objeto da pesquisa nos aspectos da realidade social, com sua especificidade e com percepções da experiência vivenciada. No seu desenvolver dinâmico, permite captar a partir de relatos a reconstrução da história vivida com os significados da ação humana.

Segundo Marre (1991, p. 91), esse método tem o objetivo de reconstruir,

[...] em cada história de vida a presença de relações básicas e complexas, que dizem respeito às categorias sociedade, grupo e indivíduo, expressas no relato oral. São relações ligadas à estrutura social e grupal e, ainda à idéia de rearranjo e re-apropriação do social que o indivíduo faz como unidade singular do seu relato.

Trata-se de apreender através da narração não somente o que é comum a todas as histórias de vida, mas igualmente o modo singularizado de como esse é vivido individualmente pelos entrevistados.

O referido autor acrescenta, ainda, que o/a pesquisador/a necessita realizar uma leitura descontínua da cada história de vida, ou seja, as trajetórias não são lineares, mas sim marcadas por rupturas, influenciadas pelo contexto, pelo devir, pelo grupo e tecidas de forma singular pelo sujeito. Sendo assim, o método biográfico proporciona a apreensão das especificidades, valoriza as singularidades e busca decifrar os conteúdos.

O método biográfico tem como variantes as seguintes modalidades: histórias de vida, relatos orais e trajetórias. Esta construção tem contribuído para uma nova abordagem teórico-metodológica nas ciências sociais (GIDDENS, 1989; TORAINE, 1994 apud LISBOA 2004, p. 11), que alicerçam esses estudos qualitativos juntando as duas figuras da modernidade: razão e sujeito, bem como estabelecem uma relação entre os dois pilares da sociedade: ação e estrutura. Ação e estrutura encontram-se imbricadas em toda atividade da prática humana. Trabalhar qualitativamente significa, portanto, dar conta de entrelaçar a dimensão pessoal e subjetiva com a estrutura social.

Outro aspecto relevante, apontado por Marre, é a contribuição do método biográfico para a reconstrução da história humana como:

Conteúdo de uma memória coletiva, pondo em relevo a ação humana dos indivíduos que atuaram e colaboraram na expansão desta memória. Não se deseja outra coisa se não sugerir que numa história social vivida, não só os líderes maiores, mas também os humildes contribuem através de seus gestos, seus atos e suas lutas, para fazer uma história, na qual têm o direito de se sentirem reconhecidos, eles e seus filhos. (MARRE, 1991 p. 91).

Com essa compreensão, afirmamos que homens e mulheres são parte da história e não meros observadores do seu desencadeamento. Os significados, valores, tradições, que são construídos, vivenciados e repassados de geração para geração, constituem parte integrante da vida humana.

Tendo como referência estas reflexões, utilizaremos como orientação em nossa investigação o método biográfico na modalidade trajetória de vida. Essa modalidade permite perceber nos diferentes campos de interação, de forma temporal, as relações que homens e mulheres estabeleceram e/ou estabelecem em determinada dimensão de suas histórias de vida.

Para Lisboa (2004), trajetórias de vida podem ser apresentadas de formas diferentes dependendo do conteúdo que as compõem e que vai ao encontro da questão de pesquisa colocada pelo pesquisador:

Por exemplo: se desejo saber que tipo de ocupação remunerada as mulheres, sujeitos de minha pesquisa, já tiveram ao longo de suas vidas, vou pesquisar a Trajetória Ocupacional dessas mulheres; se desejo saber o itinerário migracional que um determinado grupo percorreu, vou pesquisar a Trajetória Migracional; se desejo saber a duração do tempo em que adolescentes permaneceram cometendo infração, vou pesquisar a Trajetória Infracional; se desejo saber como um determinado grupo de pessoas se sente após ingressar na aposentadoria, vou pesquisar a Trajetória Laboral, e assim por diante. (LISBOA, 2004, p.04).

Como o nosso objeto de estudo traz, no seu bojo, a questão da aposentadoria como principal conteúdo a ser investigado, resgatamos por meio da modalidade trajetória laboral de homens e mulheres, seus relatos e experiências, de forma contextualizada, culminando com o desligamento do seu último vínculo de trabalho.

Desta forma, os sujeitos participantes da pesquisa possibilitaram contemplar um conjunto de experiências e expressões significativas no contexto das relações de trabalho, tendo em vista o desligamento pela aposentadoria. Diante de tal pressuposição, passamos a evidenciar os procedimentos metodológicos que serão utilizados nesta proposta.

Ressaltamos que o processo metodológico inclui os pressupostos teóricos, a escolha do grupo de pesquisa, a definição de instrumentos de coleta das informações e a descrição de como essas informações serão organizadas e processadas. O aporte teórico utilizado nesta pesquisa compreende as relações do mundo do trabalho, contextualizadas e articuladas transversalmente com as questões do envelhecimento e do desligamento das atividades laborais de homens e mulheres trabalhadores/as.

Nesse momento, a preocupação colocada voltou-se para o aprofundamento e abrangência da compreensão do objeto de pesquisa, definidos pela escolha do universo e da amostra.

A busca se deu a partir da definição do universo de pesquisa contextualizada pelos/pelas associados/as da Associação de Aposentados e

Pensionistas da Previdência Social da Grande Florianópolis (ASAPREV), que mantém, atualmente, um cadastro de 1500 integrantes. A referida associação congrega trabalhadores/as e aposentados/as pelo regime geral da Previdência Social, os quais fazem jus ao benefício da aposentadoria.

O objeto de investigação em que o pesquisador está interessado segundo Marre (1991, p. 109) “[...] deve considerar como unidade de pesquisa uma trama de relacionamentos que une os diversos elementos de um conjunto ou até de um campo determinado”.

Com esse entendimento, entramos em contato com a referida associação agendando nossa participação em reunião de diretoria objetivando apresentar nossas intenções metodológicas e solicitar autorização para a pesquisa com a realização de entrevista com associados/as. A resposta foi favorável à nossa demanda.

Na construção da pesquisa, tínhamos estabelecido como critério da amostra a aposentadoria por tempo de contribuição¹⁵, trazendo assim o entendimento de que essa modalidade difere das demais experiências da aposentadoria, que ocorrem por doença ou por idade. Definido ainda, que o período, na condição de aposentado/a deveria ser de no máximo dez anos, com vistas a captar as memórias recentes das vivências e que a idade limite dos entrevistados/as deveria ser de 65 anos. Outro critério considerado foi o do vínculo empregatício, pois ele caracteriza e identifica a relação formal de trabalho, passamos, então à busca dos sujeitos de pesquisa. Por meio de consulta ao cadastro da ASAPREV, identificamos todos/as os sujeitos que respondem aos critérios acima elencados.

Assim, percebemos o que Marre (1991) já havia alertado quando nos trazia a orientação de Bachelard, de que o método biográfico em via de elaboração permite reconstruir, em cada história de vida a presença de relações básicas e complexas, que dizem respeito às categorias sociedade, grupo e indivíduo, expressas no relato oral. Desta forma, o método adotado para a coleta de dados contribuiu para podermos captar a face interna da experiência humana, os aspectos

¹⁵ No regime geral de previdência há concessões de aposentadoria: por idade, especial, por invalidez e por tempo de contribuição, essa última na operacionalização da previdência social está identificada com o código 42. Por período de contribuição o prazo é de 30 anos para as mulheres e de 35 para os homens. Por idade, é de 65 anos para homens e de 60 anos para as mulheres. No meio rural a aposentadoria ocorre com 60 anos para os homens e 55 para as mulheres.

da vida desses trabalhadores/as, permitindo propor uma explicação do conjunto de dados reunidos, a partir de uma conceitualização da realidade.

Com esses critérios de amostragem, recorreremos a Marre que afirma que a pesquisa tem o desafio de:

Cobrir e alcançar, com grau suficiente de evidência qualitativa, a totalidade dos temas, fatos, estratégias e juízos vividos pelos indivíduos pertencentes ao grupo social investigado, do qual se pretende reconstruir a trajetória e, sobretudo, seu movimento histórico no contexto social de outros grupos. (MARRE, 1991, p. 111).

O critério inicial na busca desses sujeitos de pesquisa foi o cadastro fornecido pela ASAPREV pelo qual escolhemos 10 sujeitos, com os quais entramos em contato telefônico para expor nossas intenções como pesquisadora e a metodologia da pesquisa. Obtivemos resposta favorável de cinco mulheres e um homem. Por acreditar ser imprescindível para o estudo a entrevista com homens, pois nos interessava reconhecer como se estabelecem as relações de gênero em nossa busca de pesquisa, retomamos uma nova procura, no cadastro, direcionada ao sexo masculino.

Neste estudo as entrevistas foram realizadas com 10 sujeitos sendo cinco do sexo feminino e cinco do sexo masculino, escolhidos por estarem em situação definida pelos critérios e apresentarem disponibilidade para os encontros.

Para atingir esse escopo, visando a aplicação operacional da investigação, utilizamos os postulados de Marre (1991), que subsidiaram a delimitação da amostra a partir de dois critérios: o de diversificação e o de saturação.

A diversificação refere-se à identificação de pessoas que são capazes de analisar os temas, fatos, estratégias e itinerário do grupo social pesquisado, possibilitando assim abarcar o campo da investigação. Já, a saturação, indica o esgotamento da amostra pela incapacidade de acrescentar informações relevantes à pesquisa. Diante disso, tínhamos definido, a priori, dez sujeitos de pesquisa, contudo obtivemos, no primeiro contato, o critério de saturação, não sendo preciso realizar novas abordagens.

Na tentativa de contemplar as exigências teórico-metodológicas, escolhemos, como técnica de coleta de informações, a entrevista individual,

semidirigida, centrada na questão de pesquisa e mediada por um fio condutor. “Esta é uma das variantes das metodologias qualitativas utilizada, principalmente, em construções biográficas, onde se estabelece um ‘fio condutor’ de acordo com a problemática de pesquisa”. (LISBOA, 2000, p.30).

O fio condutor facilita a direção, serve de orientação e de baliza para o pesquisador no transcorrer da entrevista semi-dirigida. Não pretende ser um limitador, restringindo outras informações e relatos, mas um guia que procura conhecer, em profundidade, a dimensão da história de vida desejada.

A coleta dos depoimentos foi realizada em duas situações, nove entrevistas coletadas nas instalações da Associação dos Aposentados/as e uma conduzida na sala do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero (NUSSERGE) em face da pela proximidade do local de moradia da entrevistada.

A trajetória laboral foi a base de nossa investigação, sendo que o fio condutor se constituiu pelos seguintes componentes: a) origem do/a entrevistado/a, local e data de nascimento, escolaridade, cotidiano familiar, número de filhos, estado civil, características culturais; b) locais onde trabalhou, tempo de permanência, remuneração (diferença entre homens e mulheres), funções/cargos exercidos, representação, participação e reivindicações das relações de trabalho, motivos do desligamento do trabalho, significado do trabalho na sua vida; c) e, finalmente, o processo de desligamento, significado da aposentadoria e processo de envelhecimento, concepção de trabalho após a aposentadoria, mudanças ocorridas com a aposentadoria.

Esse fio condutor foi o mediador na análise dos dados empíricos e da construção teórica. Tal movimento ocorre de forma espiral e constitui o grande desafio do pesquisador, que, ao transitar nessa ordem, reconhece a possibilidade da elaboração de novos conhecimentos e alcança outras percepções na práxis profissional. Nessa perspectiva, tivemos como referência para a análise as quatro categorias já elencadas (trabalho, envelhecimento, aposentadoria, e relações de gênero) ao longo de nossa construção teórica acerca do objeto de estudo, as quais foram mantidas haja vista que esse método desafia o/a pesquisador/a a identificar as categorias e relacioná-las entre si, estabelecendo livres associações entre os conceitos, identificando questões significativas que vão ao encontro da questão de pesquisa, estabelecendo relações e comparações que possam contribuir para a produção de conhecimento.

O trabalho da pesquisa constou, nessa etapa, com o processamento e tratamento das entrevistas, que se constitui pela transcrição das gravações. Acreditamos que essas etapas trazem profundas implicações éticas. O ato de transcrever as fitas gravadas deve ser fiel aos significados expressos pelos/as entrevistados/as.

Com o intuito de minimizar qualquer interferência no conteúdo que o/a entrevistado/a manifestou por ocasião da entrevista, entregamos o texto transcrito para o/a narrador/a a fim de que pudesse conferir ou alterar, caso julgasse oportuno. O argumento metodológico para tal procedimento está pautado no fato de que a trajetória trazida pertence ao narrador/a e contém a sua história, cabendo-lhe, portanto, o direito de conhecer o texto e avaliá-lo.

Com vistas a apreender ao máximo a riqueza e complexidade de todas essas informações, recorreremos à estratégia de codificação dos dados proposta por Strauss e Corbin (1996) citados por LISBOA (2000). A codificação evidencia a intrínseca relação entre as categorias por meio de uma organização sem rigidez metodológica e esquemática.

Os referidos autores indicam três momentos que constituem o processo de codificação. Inicia-se por uma ampla identificação e articulação dos dados, denominada codificação aberta, de onde emana

[...] o potencial de encontro entre o material empírico e o conhecimento sobre o contexto do pesquisador. É comum extrairmos dezenas, talvez centenas de elementos conceituais que deverão ser agrupados mediante o processo de categorização. (LISBOA, 2004, p.17).

Nessa etapa do processo de levantamento, a denominação e categorização de dados foi constituída pela leitura de todas as entrevistas, quando foram elencados os depoimentos relacionados às categorias de trabalho, aposentadoria, envelhecimento e gênero, que constavam no roteiro inicial da entrevista das trajetórias laborais. A pesquisadora emvidou, nesse momento, esforços no sentido de analisar o conteúdo vivenciado.

Após essa extensa categorização, os autores sugerem uma nova articulação, um re-ordenamento dos dados com base no referencial teórico da pesquisa, denominada de codificação axial. Nessa etapa do processo, foram ordenados os dados obtidos na fase anterior, após revisão e consentimento do entrevistado/a, segundo categorias relativas a cada dimensão de análise.

Nesse momento, colocam-se os desafios de transformar os dados, situações, ações e interações em conceitos, identificar as variáveis, características das respectivas categorias e sub-categorias e de estabelecer uma lógica de análise (LISBOA, 2004).

Esse processo levou-nos à codificação seletiva que foi constituída pela integração das categorias chaves aprofundadas na discussão da pesquisa. Os dados empíricos, estruturados de acordo com as categorias analíticas previamente estabelecidas. O fio condutor utilizado permaneceu sendo o indicativo para a análise, contudo, todo esse percurso buscou incorporar de forma dinâmica os elementos trazidos pelas trajetórias e, principalmente, responder com propriedade à questão de pesquisa.

Após esse percurso, desenvolvemos a análise das trajetórias laborais como um todo, com vistas a reconstruir a história sócio-cultural do grupo investigado, de forma a articular todos os elementos identificados no tempo e no espaço, discorrendo acerca dos diferentes ritmos, estratégias, conjunturas, valores e significados, ordenando a totalidade do material coletado, não somente em cada trilha, mas na sua relação com as outras. Esse processo é denominado por Marré (1991) de totalidade sintética. Segundo o referido autor

Não haverá compreensão profunda dos elementos, frases, eventos, proposições incluídos na história de vida, se não há uma grande atenção ao caráter sintético da reconstrução de todos os elementos singulares, de maneira que eles possam concorrer para formar essa totalidade sintética (MARRÉ, 1991, p.132).

Com essa construção, discussão e análise esperamos fazer inferências e realizar interpretações estabelecidas no quadro teórico-metodológico acerca do significado do desligamento do mercado de trabalho para homens e mulheres quando ocorre a aposentadoria, contribuindo dessa forma para o estudo da temática.

Considerando que as entrevistas foram gravadas e constituem nossa principal fonte de dados, estabelecemos com os sujeitos envolvidos na pesquisa um termo de consentimento de informações, garantindo a privacidade e o sigilo ético dos depoimentos fornecidos.

Uma outra questão a ser abordada diz respeito ao tratamento e publicação dos dados coletados, que merecem um olhar de forma ética. É primordial que o/a pesquisador/a ao processar a transcrição das narrativas esteja atento a todos os sons, silêncios, ênfases, que podem estar contidos no processo estabelecido pela entrevista. Com o objetivo de constituir uma relação transparente com os/as entrevistados/as mantivemos contato com os mesmos entregando o texto transcrito para que pudessem conferir e efetuar alterações que julgassem pertinentes. Quanto à divulgação dos dados coletados, mantivemos o acordado com os entrevistados/as, seria mantido o sigilo da fonte oral, omitindo-se dados que pudessem identificar a situação, nomes, lugares.

No item que segue será apresentada uma caracterização dos/das entrevistados/as do ponto de vista da idade quando ocorreu a aposentadoria, idade que iniciou sua atividade laborativa, estado civil, nível de escolaridade, tempo de residência em Florianópolis, trabalho ou função que exercia quando se aposentou, procedência e número de filhos.

Os entrevistados possuem características pessoais que compõem sua história de vida. Estas informações são elementos importantes que devem ser valorizados para qualificar o trabalho proposto. Esclarecemos, no entanto, que por se tratar de um perfil, não mostra a totalidade das suas características, apenas fornece uma noção parcial dos seus conjuntos.

1.1.3 Perfil dos entrevistados: aposentados/as da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social da Grande Florianópolis (ASAPREV).

Quem são os aposentados/as associados da ASAPREV? Pessoas que fizeram a escolha para a aposentadoria por uma opção ou porque já estavam no fim da trilha, pela lógica do mercado? Como se desenha o universo dessas pessoas? Para onde estão caminhando? Que mecanismos de inclusão social são construídos para os aposentados e aposentadas?

A seguir, apresentaremos dados empíricos característicos desses entrevistados/as e alguns relatos de suas experiências acumuladas em suas trajetórias laborais, bem como da sua relação com a aposentadoria.

Gráfico 1 - Distribuição das idades dos participantes em anos

Fonte: da Autora

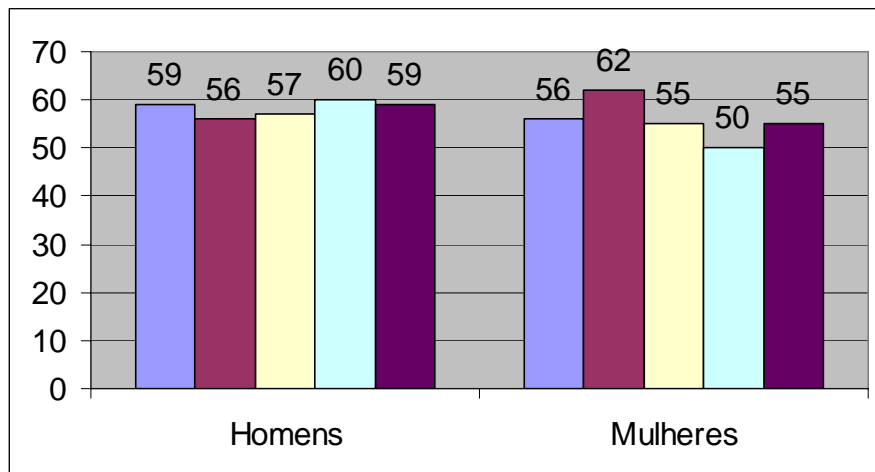


Tabela 1 - Distribuição das idades e média das idades dos participantes em anos

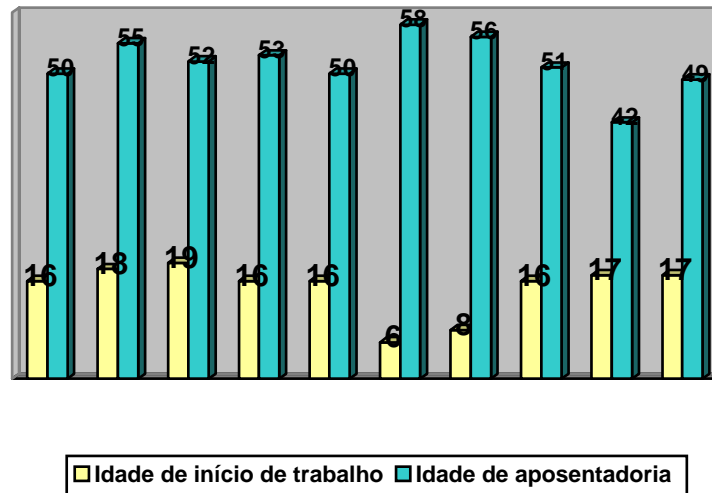
Entrevistados	Idades e Média
E1	56
E2	62
E3	56
E4	57
E5	55
E6	55
E7	50
E8	60
E9	59
E10	59
Média	56,9

Fonte: da Autora

Como podemos observar no Gráfico 1 e na Tabela 1, quando analisamos a totalidade dos dados, identificamos que, conforme o universo da amostra que nos propomos a estudar, é correspondente a um universo de 50% de homens e 50% de mulheres. E quanto à distribuição dos participantes por idade, a prevalência recaiu entre o período compreendido entre as idades de 55 a 59 anos. Sendo a idade média dos entrevistados (as) de 56,9 anos. Por outro lado, quando centramos a observação na variável sexo, identificamos que o grupo feminino é mais jovem que o masculino, com exceção de uma entrevistada que apresenta a idade mais avançada dentre todos contando 62 anos. Esta constatação leva-nos à reflexão de que na análise global dos relatos, podemos ter diferenças importantes nas observações dos entrevistados (as) por se encontrarem em fases distintas do processo da vida. Existem características individuais, sociais e culturais que fazem com que esse processo não seja único para todos os seres humanos; entretanto, as expectativas e adaptações às perdas e aquisições decorrentes do processo do prolongamento da vida são distintas entre os indivíduos quando atravessam essa etapa.

Gráfico 2 - Distribuição dos participantes quanto ao início do trabalho e opção pela aposentadoria

Fonte: da Autora



O trabalho, desde o surgimento do capitalismo manufatureiro, passou a estabelecer o modo pelo qual homens e mulheres produzem bens de consumo e serviços necessários à sobrevivência. Tornou-se o meio pelo qual os trabalhadores (as) aferem recursos financeiros, ou seja, o salário é a fonte de sua sobrevivência, como também é a base da construção da sua identidade social.

Uma característica importante nessa amostra de pesquisa, pode ser observada no Gráfico 2, pelo qual revela-se que, para quase a totalidade dos entrevistados, o trabalho formal instituiu-se na vida dessas pessoas a partir dos 16 anos de idade, podendo ser considerada tardia tendo em vista a realidade da grande parte dos trabalhadores brasileiros.

Constata-se que os dois entrevistados que iniciaram sua vida laboral com as idades de 06 e 08¹⁶ anos foram os que fizeram a opção pela aposentadoria de forma mais tardia e que, por necessidade financeira, tiveram que retornar ao mercado de trabalho. Verifica-se essa informação no relato seguinte:

Comecei a trabalhar muito cedo, quando ainda era criança. Mesmo assim, depois de aposentado tive que voltar a trabalhar, pois o meu orçamento pesou e bastante e o meu salário diminuiu. E, olha as barreiras são grandes, mas a necessidade é maior. (E9)

¹⁶ Um dos entrevistados trabalhava como carregador de malas na estação ferroviária e o segundo trabalhava na agricultura.

Tabela 2 - Distribuição das idades e média das idades de início de trabalho dos participantes em anos

Entrevistados	Idades e Média de Idades de Início de Trabalho
E1	16
E2	19
E3	06
E4	16
E5	17
E6	16
E7	17
E8	16
E9	08
E10	18
Média	14,9

Fonte: da Autora

Pela tabela 2 observamos a média das idades que os entrevistados iniciaram de forma sistemática sua atividade laborativa como forma de suprir suas necessidades financeiras. A idade média dos entrevistados para ingresso no mercado de trabalho foi de 14,9 anos. A trajetória laboral de cada entrevistado/a evidencia a realidade vivenciada, com a necessidade de buscar, no trabalho, sua fonte de sustento.

Cabe ressaltar que a legislação da Previdência Social previa, na década de 1960, o trabalho para menores de idade, conforme fala de um entrevistado:

Comecei a trabalhar dia 20 de janeiro de 1964 e eu tinha 16 anos. Então eu fui fazer a carteira profissional do Ministério do Trabalho e que na época se chamava de carteira de menor, e a gente ganhava meio salário mínimo, que na época era de Cr\$17600, 00, e eu ganhava Cr\$ 8800,00. (E4)

Para o trabalhador/a que iniciou sua atividade laborativa na década de 1960, período que vigorava no Brasil o sistema taylorismo-fordismo, as operações de trabalho eram racionalizadas com combate de redução de tempo e aumento de ritmo de trabalho. Essa realidade é demonstrada na fala a seguir:

Comecei a trabalhar como motorista de ônibus, com uma carga de trabalho bastante grande e com riscos de acidente constantes.(E8)

Trabalhando na indústria metalúrgica, tive um acidente de ferro que pegou o meu joelho que me impede de fazer atividades físicas até hoje. (E10)

Quadro 1 – Distribuição dos participantes por função ou profissão exercida quando se aposentou

Fonte: da Autora

Entrevistados	Profissão/Função
E1	Secretária
E2	Professora Primária
E3	Vigilante
E4	Técnico de Eletrônica
E5	Professora Línguas
E6	Auxiliar Administrativo
E7	Bancária
E8	Porteiro
E9	Garçom
E10	Engenheiro Civil

O Quadro 1 expõe a função ou profissão que os/as entrevistados/as mantinham no período que optaram pela aposentadoria. Do grupo de mulheres entrevistadas todas afirmaram que mesmo com dificuldades, tiveram acesso à educação e à profissionalização, como corrobora o depoimento abaixo:

Embora meus pais só tivessem estudado até a quarta série primária, eram bastante instruídos, desde muito cedo, transmitiram aos filhos o gosto pela leitura, música e conhecimentos gerais. Incentivaram para que estudássemos e tivéssemos uma formação profissional. Principalmente minha mãe achava muito importante que eu, como mulher, exercesse uma profissão. Não queria que seguisse seu caminho, que parou de trabalhar ao se casar. Mostrava-me como era importante ser independente financeiramente, como era motivador dedicar-se a outra atividade que não só a doméstica. E, sobretudo, o quanto era mais valorizada pela sociedade a mulher que trabalhava e que tinha por isto mesmo “direito a opinião”. Jamais concebi me formar profissionalmente e não exercer a profissão. (E5)

De outro lado, também devemos considerar as transformações que o trabalho vem sofrendo ao longo da evolução histórica da sociedade, a partir do século XX, tornando o processo de trabalho um instrumento de mercado. Nesse direcionamento o processo das relações de trabalho definiu novos critérios para o aproveitamento e direcionamento das atividades produtivas desses trabalhadores (as) como expressa o entrevistado:

As dificuldades que são impostas pela atual política do governo são imensas, as leis que protegem os trabalhadores estão por se esgotar. Eu tive que continuar trabalhando; consegui um emprego, mas não foi na função que me aposentei. Mas não é fácil, pois para quem se aposenta não são permitidas outras ocupações de maneira geral. (E8)

Ainda, em busca dos direitos, como relata este outro entrevistado:

Mesmo com qualificação e com vontade de trabalhar, resolvi me aposentar. Sai nesse momento com um pedido de aposentadoria, era mais em defesa dos meus direitos de trabalhador que se sente ameaçado com os despropósitos da direção desse país. (E10)

Tabela 3 – Distribuição dos participantes por idade e média das idades quando ocorreu a aposentadoria

Entrevistados	Idades e Média de Idade da Aposentadoria
E1	50
E2	52
E3	53
E4	50
E5	49
E6	51
E7	42
E8	58
E9	56
E10	55
Média	51,6

Fonte: da Autora

As transformações recentes no mundo do trabalho, acentuadas, sobretudo, na década de 1990, promoveram a retirada das atividades formais de um grande contingente de pessoas. Conforme podemos verificar pela Tabela 3, tal realidade é constatada pela opção da aposentadoria às vezes de forma precoce. Essa realidade é corroborada pela narração das duas entrevistas a seguir:

Resolvi entrar com o pedido de aposentadoria. Foi em função das modificações na legislação do INSS, impostas pelo governo federal, esse governo que visava apenas privatizar as empresas. (E10)

Da mesma forma, este outro participante também optou pela aposentadoria precocemente, tendo em vista as insistentes divulgações da chefia imediata da inviabilidade do Sistema Previdenciário.

Eu não pensava em me aposentar tão cedo, mas o que aconteceu foi tão rápido. Era época de mudanças das privatizações, e a mídia só falava que iria mudar a

legislação, então todo mundo assustava a gente que iríamos perder até direito adquirido. E então foi de repente, eu não cheguei a pensar. O chefe do setor de pessoal informou as pessoas que poderiam requerer a aposentadoria, dizendo olha é bom que façam já, porque não sei o que vai acontecer amanhã. E foi assim que fomos embora do trabalho sem pensar no que tínhamos de qualificação e tudo que poderíamos dar ainda. (E7)

A deteriorização do salário da aposentadoria é evidenciada pelos entrevistados/as, pois, depois de algum tempo nessa condição, percebem o descompasso entre os valores de seus benefícios com a sua demanda econômica. Por não existir o reajuste do valor da aposentadoria com o salário mínimo, uma desvalorização e diminuição do poder aquisitivo ocorre precarizando a vida dos aposentados/as. Tal situação obriga-os a ir em busca de outra atividade remunerada e a concorrer no mercado de trabalho, submetendo-se muitas vezes a condições precárias de trabalho onde também se intensificam as atividades informais. Dos entrevistados, um homem e uma mulher retornaram ao mercado de trabalho por meio do contrato formal e três homens trabalham em relações informais e de forma eventual impulsionados pela necessidade financeira. Os demais entrevistados permanecem dependendo dos recursos da aposentadoria e um dos entrevistados conta com a ajuda de familiares. Como expressa este depoimento:

Como me aposentei cedo, tentei voltar, mas existem muitas barreiras. O mercado quer pessoas mais novas e eu como garçom, já não tinha o mesmo desempenho, engordei, até o meu uniforme, a minha roupa já estava apertada. Como o meu salário diminuiu, o meu orçamento familiar pesa, aí tive que depender de outras pessoas, como dependo até hoje do meu filho que me dá uma ajuda porque se for depender só do meu, não teria condições. (E9)

Este outro participante também menciona a idade como principal entrave para conseguir emprego.

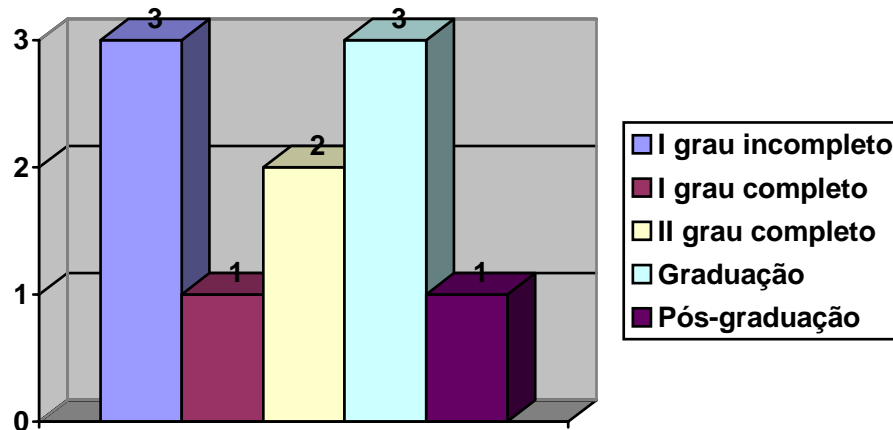
Voltar às atividades do trabalho são muitos os obstáculos, idade e qualificação, estão buscando trabalho de todas as formas e como aposentado fica mais difícil ainda, só na informalidade. (E8)

Nas narrativas apresentadas pode ser observado que o mercado de trabalho tende a excluir o/a trabalhador/a, na medida que envelhecem. Segundo Haddad (1993) o processo de envelhecimento populacional traz consigo algumas questões no que diz respeito aos gastos públicos com a Seguridade Social, com a

produtividade no trabalho dos indivíduos, como também na disputa por espaço no mercado de trabalho.

Gráfico 3 - Distribuição quanto ao nível de escolaridade

Fonte: da Autora



O Gráfico 3 expõe o nível de escolaridade dos entrevistados, identificando um homem e duas mulheres que conseguiram acessar o 3º grau de escolaridade, tendo cursado uma universidade. Foram aproveitados no mercado de trabalho conforme verificamos no quadro que contempla a condição funcional de trabalho que foi desenvolvida até atingir a aposentadoria. Um dos entrevistados teve a possibilidade de prosseguir sua formação com um curso de pós-graduação. Os que não atingiram o 1º grau de escolaridade e que são em número de três, apontam-nos para análise que a exclusão ao acesso à escola foi determinada pelo fator econômico.

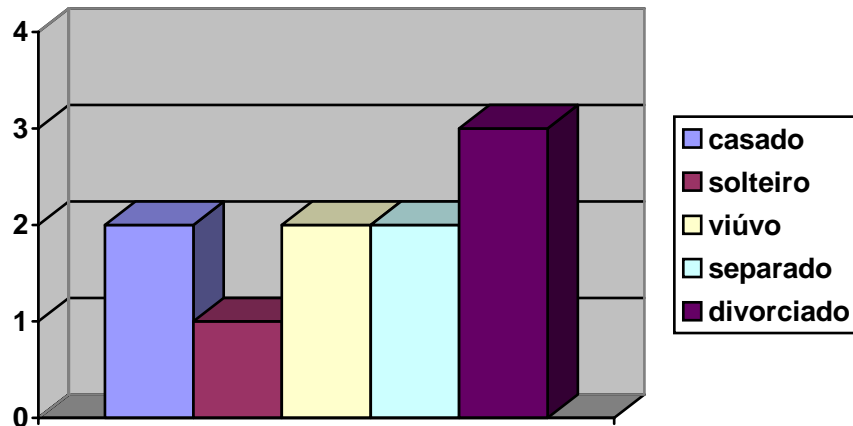
Verifica-se essa informação pelo relato a seguir:

Minha escolaridade é aquilo que na época foi possível atingir 4ª série do 1º grau, mas eu sempre tive vontade de aprender por isso estimulei minhas filhas a estudarem (E8).

Dos entrevistados, dois concluíram o 2º grau, indicando que o universo pesquisado se constitui de um grupo heterogêneo quanto à escolaridade e, conseqüentemente, ao exercício profissional.

Gráfico 4 - Distribuição quanto ao Estado Civil

Fonte: da Autora



No Gráfico 4, trazemos a distribuição quanto ao estado civil dos entrevistados e entrevistadas. Conforme podemos observar, os entrevistados que permanecem na condição de casados são dois, na situação de viúvos encontramos dois e separados judicialmente também dois. Na condição de divorciados aparecem três entrevistados e uma entrevistada que nunca contraiu núpcias. A totalidade dessas informações leva-nos à análise de uma heterogeneidade quanto ao estado civil desse grupo de pessoas.

Tabela 4 - Distribuição e média do número de filhos dos participantes

Entrevistados	Números de Filhos e Média
E1	2
E2	2
E3	4
E4	6
E5	2
E6	00
E7	2
E8	2
E9	3
E10	2
Média	2,5

Fonte: da Autora

Quando associarmos as informações do Gráfico 4 quanto ao estado civil, aos dados da tabela 4 que apresenta o número de filhos, verificamos que todos os que constituíram família em um período da vida permanecem convivendo com seus familiares, na maioria com mais de um membro da família como observamos no relato de algumas entrevistadas:

*Hoje moro com uma tia e uma filha solteira (E4).
Moramos eu e minha filha caçula (E2).
Como fiquei viúvo, hoje moro com uma filha (E8).*

Quadro 2 - Distribuição da procedência dos participantes

Entrevistados	Procedências
E1	São Borges/RS
E2	Encantado/RS
E3	Florianópolis/SC
E4	Florianópolis/SC
E5	Blumenau/SC
E6	Cachoeira do Sul/RS
E7	Caçador/SC
E8	Biguaçu/SC
E9	Imbituba/SC
E10	Timbó/SC

Fonte: da Autora

Tabela 5 - Distribuição dos participantes por anos e média dos anos como residente em Florianópolis

Entrevistados	Anos e Média de Tempo de Residência em Florianópolis
E1	06
E2	05
E3	56
E4	57
E5	07
E6	07
E7	26
E8	38
E9	44
E10	30
Média	27,6

Fonte: da Autora

O Quadro 2 e a Tabela 5 que contemplam a procedência dos entrevistados e a distribuição dos anos vividos na cidade de Florianópolis, apontam-nos para a análise em duas direções. A primeira diz respeito ao fluxo

migratório dos entrevistados para a capital em busca de estudos, trabalho, enfim, melhores condições de vida. Essa informação é identificada nas falas de seis entrevistados que apresentam o maior número de anos vividos em Florianópolis. Como expressa a fala a seguir:

Como minha família morava no interior do estado e meu pai era aposentado ele resolveu vir com todos para cá. Isso porque a vida lá era difícil até para estudar, para trabalhar. Então, a gente veio com todos para tentar a vida. Em uma cidade maior que poderia dar trabalho e estudo para todos (E9).

A segunda análise leva-nos na direção de que Florianópolis, por ter sido, nos últimos anos, considerada uma cidade com excelente condição de vida, tem trazido muitas pessoas aposentadas para residirem aqui, como é apontado no depoimento:

Estou morando na cidade de Florianópolis desde dezembro de 1999. Vim para cá depois de aposentar-me. Resolvi me transferir para cá por moradia mesmo. Quando vinha a trabalho nos últimos anos, eu já não olhava como turista. Quando eu decidi vir para cá disse, vou vender sanduíches... Escolhi a casa por intermédio de jornal, eu acho que é isso que eu quero (E1).

As inúmeras transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho têm influenciado de forma decisiva as relações do binômio atividade laboral e identidade do trabalhador, em especial, quando se pensa na sociedade contemporânea pela adoção de inovações tecnológicas no cotidiano profissional. A introdução de novas formas de organização do processo produtivo, considerando automação, inovações tecnológicas, políticas de gestão de pessoal, tem dado uma nova configuração a essas relações, como está contextualizado no capítulo que apresentaremos a seguir.

2 O SIGNIFICADO DO TRABALHO NOS DIFERENTES CONTEXTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E CULTURAIS

2.1 As Transformações Históricas do Significado do Trabalho

Nas últimas décadas do século XX, tornou-se comum falar das mudanças na sociedade e na vida dos homens e mulheres a partir das transformações do mundo do trabalho. Essas transformações, centradas nos avanços das forças produtivas e no conhecimento científico, expressam-se, atualmente, na reorganização dos processos de produção e acumulação capitalista e, principalmente, no redimensionamento do conteúdo e da forma do trabalho das pessoas.

De forma simultânea e articulada, a objetividade dessas transformações aparece com uma diferenciação contínua no aspecto qualitativo das atividades individuais, ocasionando uma ruptura nos parâmetros de identificação coletiva centrada no trabalho.

Caracterizar o trabalho, enquanto fundamento das transformações da organização social em geral, exige percorrer um trajeto que nos permita concebê-lo a partir de suas expressões conceituais. O trabalho, entendido como manifestação concreta, como atividade fundamental do ser humano, cuja ação se encontra em todo o tempo e todo lugar, é o centro e o fundamento do vínculo social. Nos estudos desenvolvidos por Méda (1998, p. 17), é trazido na seguinte perspectiva:

El trabajo es la actividad esencial al hombre en virtud de la cual se relaciona con su entorno - la Naturaleza, ala que se enfrenta para crear algo humano - y con los demás, con y para los cuales desempeña esta tarea. El trabajo expresaria, por tanto, en mayor grado nuestra humanidad, nuestra condición de seres finitos, creadores de valores, y también nuestra condición de seres sociales. El trabajo sería, pues nuestra esencia y nuestra condición.

Para Bayman (2001) o primeiro uso da palavra trabalho (labor) no sentido de esforço físico, foi dirigido para atender às necessidades materiais da comunidade,

e registrado em 1776. Um século depois, veio a significar, além disso; o corpo geral dos trabalhadores/as e operários tomam parte na produção e, pouco mais tarde, também os sindicatos e outros corpos que ligavam os dois significados e mantinham essa vinculação, reformularam-na como questão política em instrumento de poder político. O trabalho assim apresentado traz a dimensão estrutural de sua composição, sua trindade, isto é, a labuta física como fonte de riquezas, mostra a ligação com seu destino, o bem estar da sociedade e a auto afirmação do movimento trabalhista, como trajetória de auto constituição.

A divisão do trabalho se iniciou “[...] há dezenas de milênios nas obras materiais do homem, a partir de seus primeiros esforços para se adaptar às variações de seus meios naturais e, subseqüentemente para os transformar”. (FRIEDMAN, 1983, p. 23). Abordado na configuração histórica, o processo de trabalho se efetiva num movimento em que o homem/mulher se distingue enquanto ser vivo, utilizando suas forças e potencialidades para transformar a natureza em formas úteis à sua vida. Como ressalta Marx (1985, p. 202), o trabalho:

[...] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...], põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

É, nessa perspectiva, que a força do trabalho é o próprio trabalho, caracterizado como uma atividade exclusivamente humana. Com esse movimento, a relação imediata do homem com a natureza, como objeto de labuta e do desprendimento metabólico do organismo humano, como meio natural, converte-se em uma relação social.

Entendemos o trabalho como um elemento mediador entre o homem e a natureza, com vistas a responder a determinadas necessidades; contudo, no desenvolvimento desse processo, fica evidenciado o estabelecimento de novas necessidades e possibilidades, desencadeando não só a transformação da natureza, mas também a transformação do próprio homem. É, nessa relação, que os seres sociais se transformam e modificam as relações entre si.

O trabalho é um ato fundamental do mundo dos seres sociais, ou seja, por meio dele irão produzir e reproduzir sua vida, transformando a natureza de maneira a responder às suas necessidades. Trazendo o trabalho sob forma exclusivamente humana, Marx (1985, p. 202) afirma que:

[...] no fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera, ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem vontade de subordinar sua vontade.

É, nessa dimensão, que o homem e a mulher manifestam a sua consciência portadora de determinações, estabelecendo sua relação com a natureza numa operação impregnada mentalmente de um projeto, para depois operá-la na prática. Assim compreendido, o trabalho, constitui-se em uma atividade resultante da ação física e mental, tendo como resultado a produção de bens e serviços disponíveis à vida humana individual e social.

Cattani (1997, p. 269), ao abordar as transformações no mundo do trabalho e seus conceitos indica que:

[...] na sociedade capitalista, o trabalho contido na mercadoria possui duplo caráter: trabalho concreto e trabalho abstrato. O trabalho concreto corresponde à utilidade da mercadoria (valor de uso), à dimensão qualitativa dos diversos trabalhos úteis. O trabalho abstrato corresponde ao valor de troca da mercadoria, independentemente das variações das características particulares dos diversos ofícios. O conceito de trabalho abstrato alude ao dispêndio da energia humana, sem considerar as múltiplas formas em que é empregada. É nessa qualidade de trabalho humano abstrato que o trabalho cria o valor das mercadorias.

Quando falamos da sociedade do trabalho, dizemos que o trabalho, em geral, é uma categoria simples, que existiu desde as formas mais antigas da humanidade. Mas, quando os vetores econômicos são as relações econômicas capitalistas, sua dimensão adquire complexidade. O trabalho concreto, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens/mulheres e a natureza, é expresso pela materialidade das mercadorias. O trabalho abstrato compõe o trabalho concreto, cumprindo papel decisivo na criação dos valores de troca; contudo, nas relações capitalistas de produção, seu caráter é velado.

A centralidade do trabalho fica caracterizada justamente pelo fato de que a sua realização atravessa e, ao mesmo tempo, complexifica as relações sociais. Para Lessa (2002, p. 25-26),

[...] todo ato de trabalho resulta em conseqüências que não se limitam à sua finalidade imediata. Ele também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torna cada vez mais desenvolvida e complexa. É este rico, contraditório e complexo processo que, fundado pelo trabalho, termina dando origem à relação entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, que é denominado de reprodução social.

A associação dos homens e das mulheres, numa relação de cooperação, estabelece o que denominamos de o marco inicial e formal do caráter social do trabalho. A cooperação se constitui no mecanismo pelo qual a forma interdeterminada da atividade individual busca uma determinidade coletiva. Nesse processo de associação, as formas de pensar expressam o ato pelo qual a produção e reprodução da vida se processam.

No cerne do processo, conforme prospecção de Marx (1985), na essência do capitalismo, encontramos a exploração do trabalho, que assim compreendido, é composto fundamentalmente por três elementos: “1- a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2- a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3- os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX, 1985, p. 202). Assim, sinalizando que os meios de trabalho são fatores indicadores entre as diferentes épocas econômicas, porque servem para medir o desenvolvimento da força humana e, além disso, indicam as condições sociais em que o trabalho é realizado.

O trabalho, sob a égide das relações capitalistas de produção, assume várias formas; uma delas é a feição política necessária à reprodução da ordem econômica. Para Bravermann (1977, p.54), “[...] a produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho”. Tendo em vista esse horizonte, entendemos que o/a trabalhador/a atua sob o controle do empregador/a, portanto, a ele pertence o resultado do seu trabalho. O/a empregador/a, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital, sendo o produto do trabalho agregado ao

valor desse capital. É dessa relação que, embora seja em geral um processo simples para criar valores úteis, que torna-se um processo para a expansão do lucro. Nessa perspectiva, que concebe o contrato como forma de estabelecer a compra e a venda do trabalho, Huberman (1986, p. 199) assim se pronuncia: “[...] é evidente que o trabalhador não se vende ao capitalista (isso faria dele um escravo), mas vende a sua única mercadoria que possui – sua capacidade de trabalhar, sua força de trabalho”. Essa é a forma dissimulada da exploração capitalista pois, o contrato, como forma inicial do processo de trabalho é um ato livre e realizado por ambas as partes envolvidas, empregado/a e empregador/a. O trabalhador/a não tem obrigação de assumir o trabalho, como tinham os servos e os escravos aos seus senhores. Mas o trabalhador/a, caso não opte por esse livre contrato estará impossibilitado de assumir-se enquanto pessoa e ser social, pois não terá meios para produzir e reproduzir sua vida.

O processo de trabalho, que é inerente a qualquer forma de produção material, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho nas relações capitalistas, se apresenta sob os seguintes aspectos:

[...] o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho (MARX, 1985 p.209).

Assim, a mais valia não nasce durante a compra ou venda da mercadoria, mas muito antes, durante a sua produção. Dessa forma, temos que a força de trabalho não apenas transmite seu próprio valor enquanto mercadoria, mas também acrescenta o da mais valia.

Em Huberman (1986), encontramos algumas interlocuções com os escritos de Marx, que demonstram como o trabalho é explorado e que a mais valia é a medida dessa exploração no sistema capitalista. O autor destaca que a forma pela qual os homens vivem está determinada pela maneira como eles ganham a vida, pelo modo de produção predominante na sociedade em determinado momento. Portanto, o modo de produção da vida material é

determinante para o caráter geral adotado pelos processos de vida social, política e material. Assim sendo, assinalando as características da contradição da sociedade capitalista, tem-se o fato “[...] de que enquanto a produção em si é cada vez mais socializada, o resultado do trabalho coletivo, a apropriação, é privado individual. O trabalho cria, o capital se apropria” (HUBERMAN, 1986, p. 206).

As inúmeras transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, denominadas comumente de reestruturação produtiva, têm sua origem no contexto do capitalismo monopolista. A reestruturação produtiva em curso consiste em compatibilizar mudanças institucionais e organizacionais, tanto nas relações de produção e de trabalho, quanto na redefinição das funções dos estados nacionais e de todo mercado financeiro, com vistas à garantia de lucratividade.

A análise de Harvey (1993), ao indicar as transformações da economia política introduzidas pelo capitalismo, destaca que a produção em função dos lucros permanece como princípio organizador básico da vida econômica. Argumenta, ainda, que o longo período de expansão capitalista, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como determinantes um conjunto de práticas de controle do trabalho, das tecnologias, dos hábitos de consumo e das configurações de poder político e econômico, identificados como Fordista- Keynesiano.

Antunes (1996), em suas reflexões focando as dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho pontua que a década de 1980 caracterizou-se por uma dupla crise no mundo do trabalho: aquela que atingiu a materialidade, a objetividade da classe trabalhadora e uma outra no plano da subjetividade do trabalho.

A primeira dimensão da crise, que diz respeito ao mundo do trabalho, está diretamente vinculada à revolução tecnológica no interior do capitalismo. O padrão fordista de produção fabril e a lógica taylorista de organização do trabalho deixaram de ser o único modelo dominante no processo. A emergência de um conjunto expressivo de processos produtivos no interior do capitalismo, principalmente o chamado toyotismo japonês, altera o padrão fundado no binômio fordismo-taylorismo.

O sistema Toyotista nasce no Japão, no início dos anos 1950, como lema da família Toyota: Proteja a empresa para proteger a sua vida. A extensão desse

pensamento no Toyotismo explicita que, além do espaço privado, o espaço público é visto como um prolongamento do espaço privado dos trabalhadores/as. Nesse modelo, o envolvimento do/a trabalhador/a no projeto da empresa é fundamental, e, como experimento do capital, avançou na década de 1980, espalhando-se depois para a maioria dos países. O Toyotismo se originou pela necessidade de destruir o sindicalismo de classe, instaurando um sistema produtivo que, gradativamente, se insere numa produção sintonizada com a demanda. O sistema que responde imediatamente à demanda e possui a flexibilidade para alterar o processo produtivo conforme as necessidades cotidianas do mercado.

Essa flexibilização do aparato produtivo rompe com a relação do fordismo entre um homem e uma máquina e estabelece a relação, em média, de um homem e cinco máquinas. O trabalho parcelar da linha de montagem fordista é substituído pelo trabalho em equipe, não mais operário em massa, mas o trabalhador que se envolve no universo ideário da empresa. O sindicalismo de classe torna-se um sindicalismo de empresa de envolvimento. Para Antunes (1996, p. 80-81):

É então um processo de organização do trabalho fundado numa resposta imediata à demanda, numa organização flexível de trabalho, numa produção integrada e que supõe necessariamente o envolvimento do trabalhador, acarretando o estranhamento do trabalhador, sua alienação do trabalho, que se torna menos despótico e mais manipulatório. Nesse sentido a necessidade dos déspotas do sistema de controle de tempos e movimentos do taylorismo, de controle rígido, de produção controlada, do despotismo fabril, do sistema de mestres, contra mestres e feitores, tudo aquilo que marca os escalões hierárquicos da fábrica é gradativamente substituído por um sistema em que o trabalhador torna-se vigia de si mesmo. Ele é o déspota de si mesmo, ele não se avilta com o chicote, ele se avilta no plano do ideário, a empresa é sua empresa, a produtividade é a produtividade da sua empresa.

Dentro dessa lógica, vários autores argumentam que o modelo Japonês diminuiu a separação típica da empresa capitalista que mantinha o trabalho intelectual e o trabalho manual (os elaboradores e os executores), mas Antunes aborda, em outra direção, que o fato de torná-los uma coisa una, sob o domínio de um só capital, tornou o sistema mais complexo.

Esse cenário criou o universo das chamadas empresas flexíveis, as empresas enxutas, que caracterizam a empresa capitalista com produção flexível

definida pela demanda /consumo, com ausência de estoques, na terceirização do emprego, entre outras.

É nesse sistema de flexibilização do trabalho que está também suposta a flexibilização (redução ou desmontagem) dos direitos do trabalho. Essa lógica necessita do trabalho parcial, do trabalho de terceiros e do parceiro também chamado de subtrabalho, uma subproletarização do trabalhador/a, de forma que flexibiliza e dá efetividade a um modo de produção essencialmente destrutivo. Se a classe trabalhadora já é uma classe fragmentada, isso é um desafio para os sindicatos ou para uma proposta anti-capitalista, que tem de caminhar no sentido de incorporar e dar mais coesão a tantas fragmentações. Essa posição é fundamental para o capital na medida em que ele se retrai do âmbito de luta para esse universo e não se vislumbra nada além da imediatividade para além do capital. Essa crise está atingindo sobremaneira a subjetividade da classe trabalhadora, a sua consciência política, tornando os desafios mais amplos para o movimento sindical.

Vivemos, segundo Harvey (1993), um momento de transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política, expressando, de forma assertiva, que a regulamentação é a materialização do regime de acumulação. Caracterizada na história recente como o regime de acumulação flexível, essa nova forma de acumulação teria as seguintes características: é, antes de tudo, marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas e, finalmente, envolve também um novo movimento, cunhado pelo autor Harvey (1993) de compressão do espaço-tempo no qual a tomada de decisões privada e pública se estreita no mundo capitalista.

As transformações que se sucedem pela produção capitalista, implicando diretamente nos processos de constituição da vida dos/as trabalhadores/as, têm causado severas conseqüências no interior do mercado de trabalho em particular e da sociedade de forma geral. Esse processo tem apresentado características mundiais, delineadas pela retração das políticas públicas, principalmente nas áreas de previdência social, saúde, assistência social, intensificadas pela redução das

conquistas sociais, universais para o conjunto da população, provocando um aumento da desigualdade e exclusão social. A natureza do trabalho se transforma, faltam empregos e proteção social, homens e mulheres voltam-se para um mercado onde se intensificam e avançam as tão discutidas atividades informais, isto é, o eufemismo para o emprego não registrado. Dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁷, de janeiro de 2004, revelam que, no ano de 2003, o desemprego atingiu 185,9 milhões de pessoas no mundo do trabalho, o que corresponde a 6,2% da força do trabalho global.

Dados históricos levam-nos a concluir que a realidade social, em qualquer país capitalista, é marcada pela desigualdade social. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)¹⁸, de 1999, mostram que de cada 10 pessoas que conseguem exercer atividade laborativa, somente quatro conseguem filiar-se à Previdência Social pública. No total, são 40,2 milhões de desprotegidos da Seguridade Social. A pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE)(2002) indicou que, da população entre 18 a 24 anos, 30% encontram-se excluídos do mercado de trabalho. O Atlas da Exclusão Social, elaborado por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pontifícia Universidade Católica (PUC) (2003), aponta que 42% dos municípios brasileiros (o que equivale a 21% da população brasileira) estão em situação de exclusão social. O estudo indica ainda que mais de 25% dos brasileiros vivem em condições precárias, com baixa renda, sem emprego formal e baixo acesso à educação.

Todos esses dados levam-nos a refletir que enfrentamos um momento de duro ataque ao trabalho, de constantes perdas salariais, de instabilidade no emprego, intensificação destrutiva da força de trabalho, expressa pelo desemprego estrutural ou crônico. Essa tendência cada vez mais se acentua, imputada pelo capital, expulsando do processo de trabalho milhares de pessoas, situação que é traduzida por Antunes (2002) como a própria desefetivação do trabalhador (a). Essa realidade tem, no âmago da sociedade do trabalho, seus reflexos decisivos, porque o lugar que o trabalhador (a) ocupa no sistema produtivo reflete o espaço que o mesmo detém na sociedade. Portanto, delimitando os mecanismos de desigualdade e exclusão social, encontramos em nossa realidade, também como eixo central, a

¹⁷ Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br>> Acesso em: 11 out. 2004.

¹⁸ Fonte: Ministério da Previdência: Curso de Formadores.

vulnerabilização do trabalho. Podemos afirmar que vivemos num período de precarização do trabalho, caracterizado pela terceirização dos serviços, o surgimento de relações informais ou incompletas de emprego, desregulamentação dos direitos do trabalho conquistados em leis e contratos coletivos, gerando insegurança no emprego e dificuldade de organização sindical.

A própria condição da vida humana, conduzida pelas transformações objetivas da sociedade capitalista, deixa de ser um problema circunscrito no espaço local. Tanto as possibilidades de civilização quanto as possibilidades de barbárie se põem como possibilidades que estão calcadas na ordem mundial. Como salienta Ianni (2001a, p. 47),

[...] a reprodução ampliada do capital, compreendendo a concentração e centralização, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em escala mundial, tudo isso reduz drasticamente, ou mesmo elimina, qualquer possibilidade de projetos nacionais.

Isto é, qualquer projeto nacional somente pode ser imposto e realizado a partir do patamar estabelecido por uma economia política de âmbito mundial. A sociedade global já é uma realidade, não só em termos econômicos, mas também políticos, sociais e culturais. A universalização e a diferenciação são processos que, no desenvolvimento da produção capitalista, estão diretamente relacionados com a criação de uma sociedade globalizada, abstratamente fundamentada no trabalho de todos, com a diferenciação social dos indivíduos.

Diante da progressiva dimensão negativa do trabalho, a dimensão positiva que o caracteriza enquanto atividade intencional e criativa é minimizada e obscurizada face às transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Torna-se necessário ressaltar que, diante de um contexto de amplas proporções, que envolve sociedade, cultura, regimes políticos, economia, enfim, uma totalidade complexa e contraditória, enfrentamos um grande desafio, o desafio da modernidade, que, segundo Méda (1998), é de poder reconhecer o indivíduo, mas também integrá-lo, ao mesmo tempo, a um universo de direitos e obrigações, que devem abarcar algo mais que um contrato comercial dentro desse complexo universo de trabalho.

É na busca de redesenhar um novo projeto, em que os homens e mulheres possam substancializar aquilo que Arendt (1999) denomina de humanidade socializada, e que ganha sentido com o entendimento do trabalho para além da produção de riquezas, dispondo de outros meios de expressão, como o fortalecimento das solidariedades coletivas, por meio de unificação de lutas e propósitos. Veja-se como se expressa Arendt, (1999, p. 128):

Somente quando a vida da sociedade como um todo, ao invés da vida limitada dos indivíduos, é vista como o móvel gigantesco do processo de acumulação, pode este processo seguir totalmente livre e à plena velocidade, isento dos limites impostos pela duração da vida individual e da propriedade individual. Somente quando o homem deixa de agir como indivíduo que se interessa apenas por sua própria sobrevivência, e passa a ser um membro da espécie, ou *Gattungswesen*, como dizia Marx; somente quando a reprodução da vida individual é absorvida pelo processo vital da espécie humana, pode o processo vital coletivo de uma humanidade socializada atender à sua própria necessidade, isto é, seguir o seu curso automático de fertilidade, no duplo sentido da multiplicação de vidas e da crescente abundância de bens que elas exigem.

Com essa projeção, a vida dos homens e mulheres não se esgota no ato da produção, são as relações e a dimensão inter-pessoal os ingredientes imprescindíveis para a viabilização do projeto pessoal e social. O acesso à sociabilidade, à utilidade social e à integração faz-se necessário por meio do trabalho economicamente produtivo como, também, pelas atividades criativas, a reflexão, o lazer e a convivência comunitária.

É nessa direção que o/a trabalhador/a poderá encontrar o fundamento do vínculo social na sociedade contemporânea.

2.2 Associando Premissas de Relações de Trabalho com uma perspectiva Relacional de Gênero

Para entender que o curso da vida, estabelecido pelas correntes históricas, desencadeia impactos na forma de viver dos seres humanos, foi imprescindível incorporar na análise deste estudo a perspectiva de gênero.

Dentre as inúmeras desigualdades sociais que caracterizam as relações de trabalho, a categoria analítica gênero emergiu por possibilitar reconhecer no

mundo do trabalho as relações de poder entre homens e mulheres enquanto produção cultural e construção social da sociedade. Considerando a heterogeneidade das sociedades, depreendemos que advém também uma diversidade de situações de gênero, merecedoras de estudo e análise e que tal foco não desconsidera que a classe social e a etnia também são categorias analíticas responsáveis por delimitação do espaço social.

Com base na discussão proposta por Lagarde (1996, p.21), “a categoria gênero é uma categoria relacional que busca explicar a construção de um tipo de diferença entre os seres humanos e não pode ser reduzida à mulher”. Dentro dessa construção simbólica que é a categoria de gênero, está contido um conjunto de atributos definidos às pessoas a partir do seu sexo biológico. Privilegiamos, em nosso estudo, as relações de gênero, buscando compreendê-las na perspectiva relacional dos homens e das mulheres, como produção cultural e social querendo reconhecer as diferentes formas de apresentar as relações desse cotidiano no mundo laboral.

Como afirma Britto da Motta (1999), a condição de gênero é definidora da vida das pessoas, não só por constituir-se em fundamento da vida social e da análise, mas também pela trajetória de vida diferenciada pelas prescrições sociais. E sustentando sua argumentação, Lavinias (1991 apud BRITTO DA MOTTA 1999, p. 201), afirma que “[...] a constituição de uma identidade social qualquer que seja, implica necessariamente no processo simultâneo de construção da identidade de gênero”. Assim, no processo de reconstrução de identidade de um saber extenso é permitido configurar a partir de vários espaços como a família, o mercado de trabalho, as instituições, com demarcações historicamente situadas, diferenciadas nas culturas e nas sociedades.

Assim gênero é uma construção simbólica que, como toda a identidade se estabelece por relações configuradas no campo das identificações coletivas, abrindo-se um campo para essas interpretações, como bem expressa Scott (1995, p. 89) “[...] o gênero, então fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana”.

O gênero, enquanto categoria analítica, postula expressar que existe um sistema de relações sociais baseado nas diferenças e que, como postula Scott (1995), é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças

percebidas entre os sexos; e se organiza de uma forma primitiva de dar significado às relações de poder. Como afirma Lagarde (1996) a categoria gênero explica a relação entre os sexos evidenciando as desigualdades sexuais presentes nas sociedades correspondente à ordem sócio-cultural.

É necessário, compreender que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, tendo como base as diferenças perceptíveis entre os sexos, que são calcadas nas relações de poder, nas quais a representação dominante age de forma natural e inquestionável. Não podemos pensar o poder como algo que emerge de forma natural, mas como algo resultante de relações que se estabelecem historicamente a partir da vida em sociedade.

Tal tarefa implica e exige uma difícil reconstrução e, como expressa Souza Lobo (1991, p. 261), a “[...] relação entre os direitos universais de cidadãos e cidadãs que historicamente vivem experiências diferentes, nem definitivas, nem essenciais, mas construídas através das formas culturais, do imaginário e da história das relações entre sexos”. Esta perspectiva traz, para foco de análise, que as relações de desigualdade de gênero são produtos da ordem social hegemônica.

Com esta compreensão, a perspectiva de gênero constitui-se como elemento definidor dentro da dimensão fundamental da vida social, no que se refere às trajetórias de vida dos homens e das mulheres no mercado de trabalho, diferenciadas pelas regulações sociais, estabelecidas com sua abrangência, dando contorno ao processo existencial.

A categoria gênero é trazida como um marcador social (LOURO, 1997) que condiciona e define a trilha de um/a trabalhador/a, bem como sua concepção e vivência do processo de envelhecimento e do significado do desligamento da atividade laborativa.

Os aportes teóricos que sustentam os estudos já apresentados permitem nos introduzir essa discussão nas relações no mundo do trabalho. Esse espaço nomeia um campo definido pelas relações sociais entre homens e mulheres no qual se estabelece a divisão sexual do trabalho. Segundo Souza Lobo (1991, p. 200-201) “[...] as relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino – os gêneros. Nesse sentido a divisão sexual do trabalho é um dos lócus das relações de gênero”.

Essas diferenças vão ser evidenciadas e analisadas no próximo item, que descortina as trajetórias laborais de homens e mulheres e as suas relações com o mundo do trabalho.

2.3 Trajetórias Laborais dos Entrevistados/as e o Significado do Trabalho

O trabalho é uma atividade essencial para homens e mulheres cuja ação se encontra em todo o tempo e em todo lugar, representando fonte de vida, de riqueza, de sobrevivência como trajetória de autoconstituição. Através dele, são conquistados, desenvolvidos e manifestados desejos, criações, satisfações econômicas, prazer e realizações.

No entanto, nas relações de trabalho existe um outro lado; a labuta física e mental, ações repetidas, extensas jornadas e riscos de trabalho, ambiente desfavorável para a saúde e para a qualidade de vida dos trabalhadores.

A trajetória laboral de cada entrevistado/a explica as diferentes percepções que sustentaram as relações de trabalho dando o significado do trabalho para o aposentado/a, envolvido por uma gama de aspectos sócio-econômicos, culturais e sociais que compõem a história de vida de cada um.

O início da atividade profissional ainda sob forma de vínculo informal deu-se para os homens, segundo as suas falas, fundamentalmente por dois motivos: Primeiro, na família permeava tradição de que os homens deveriam, desde cedo perceber o trabalho como algo que proporcionaria ensinamentos e respeito perante a sociedade. Em segundo, a iniciação no trabalho como necessidade financeira, como forma de sobrevivência. A fala a seguir corrobora com essas informações.

Comecei a trabalhar muito cedo, trabalhava no serviço braçal, roçando, assim capinando, trabalhando, pra poder sobreviver (E3).

A concepção de trabalho enquanto criação e fonte de realização, com identificação com a figura masculina (do pai) para o menino, está expressa no depoimento a seguir.

Eu comecei a trabalhar faltavam cinco dias pra eu fazer 17 anos. Minha primeira experiência de trabalho foi o que sonhava. Bom meu pai de criação trabalhava numa empresa, ela era de telefonia e na época eles diziam que passava de pai pra filho, como eu tava sempre nessa empresa e um funcionário ia sair e o diretor da empresa perguntou se eu queria trabalhar ali. O meu sonho sempre foi trabalhar com esse meu pai de criação. Tinha muito orgulho pelo serviço que ele prestava na Empresa. Pude assumir a atividade juntamente com o meu pai (E4).

O trabalho, sob a égide das relações capitalistas, assume várias formas; uma dessas feições é evidenciada na fala do entrevistado a seguir quando expressa a necessidade de sair do trabalho do campo e buscar a cidade pela precarização da natureza do trabalho. Expressa ainda, com consciência crítica, a falta de apoio e valorização do setor agrícola em nosso país, deslocando o trabalhador dessa área, impelido pela busca de autonomia e independência.

Eu nasci trabalhando, porque nós éramos colonos e vivíamos na zona rural. Eu ia para roça com meu pai. Ele não me deixava em casa porque ele dizia que se ficasse em casa ia pra casa dos outros brigar e incomodar com os filhos do vizinho, então tinha que estar junto com ele para ele dar educação. Desde cedo trabalhei na roça, até 23 anos. Plantávamos arroz, feijão, banana, cana, nós tínhamos estufa de fumo, engenho de farinha, laranjal, arrozeira. E aos 23 anos, eu parti para buscar fora, queria buscar independência. Eu desprezei a atividade da roça porque não obtínhamos valor, a gente começava a plantar demandava tempo e dinheiro e quando ia colher e aquilo ali não valia quase nada. Então eu resolvi sair e tentar a vida no trabalho como motorista (E8).

A identidade do homem passa pelo trabalho que assume pelo papel atribuído pela sociedade para ele. Dentro deste conjunto de atributos definido, homens e mulheres buscam, no seu cotidiano, atuar segundo os seus atributos:

Comecei a trabalhar muito cedo. Com oito anos eu já trabalhava e já trabalhava bastante, a família era grande e a necessidade de sobrevivência... Era serviço pesado, era varrer trem na estação do trem, era carregar mala para as pessoas que iam viajar, era carregar coisas que as pessoas que tinham armazém e pediam para eu carregar. Não tinha hora do dia, da noite, isso aí não tinha dia, isso aí com oito anos eu me lembro que, ah outra coisa, pescaria, ia ajudar a pescar com os pescadores. E esse trabalho era remunerado, mas tinha que ser entregue aos meus pais para ajudar no sustento da família como era o costume da época (E9).

Os meios de trabalho são fatores que indicam as condições sociais em que o trabalho é realizado. Na fala do entrevistado, a seguir, fica caracterizado o empenho da força humana empreendida na sua atividade laboral. Contempla, também, a problemática da precarização do trabalho vivenciada nessas relações com a exclusão do mercado presente nos nossos dias.

Minha relação com o trabalho foi iniciada em virtude de necessidade financeira, pois os recursos materiais para manutenção da minha família eram escassos. Outro motivo pelo sentimento que o homem só pode ser valorizado quando executa alguma coisa útil para si e para a sociedade. Mas hoje esses valores não mais têm significado, quando olho o desemprego, pessoas sem chance de

trabalhar, sendo rejeitado mesmo com qualificação, ou trabalhando sem direitos sociais garantidos (E10).

E o trabalhador/a, como evidencia o depoimento, enfrenta um duro ataque ao trabalho, pelas constantes perdas salariais, pela instabilidade do emprego expressa pelo desemprego e pela falta de oportunidades. Essa realidade cada vez mais presente é imputada pelo capital, expulsando do mercado de trabalho as pessoas, trazendo reflexos decisivos na sua vida pessoal e social.

Trabalhei no início numa atividade muito desgastante, fui vigia, pois a condição do trabalho de noite e no frio é difícil. Com a umidade e a friagem eu peguei essa bronquite. Mesmo doente resolvi estudar de dia para fazer o curso de vigilante. Essa doença tenho até hoje (E3).

Como elemento desencadeador para o início da trajetória profissional as mulheres entrevistadas expressaram que o fator determinante foi, inicialmente, o trabalho do lar, o cuidado da casa, dos irmãos menores, o auxílio a vizinhos no atendimento a crianças.

Comecei a trabalhar muito cedo, na casa dos meus pais no serviço caseiro, ajudando as vizinhas a cuidar de crianças, para que elas pudessem trabalhar, tive esse compromisso até os meus 16 anos, daí pude estudar até concluir o primeiro grau. E depois como tinha terminado meus estudos comecei já a trabalhar como auxiliar de escritório, pois eu muito atenta e prestativa acompanhava de longe o trabalho de uma secretária. A partir daí persegui o sonho de também ser secretária Ah eu gosto da minha profissão. E foi bom, gosto de trabalhar, gostava de trabalhar (E1).

Com o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo no espaço urbano, encontramos nesse depoimento elementos dessa realidade.

Meu primeiro trabalho formal foi como professora, quando as mulheres começaram a buscar trabalho fora do lar, mas desde cedo zelei cuidando dos meus irmãos menores, e como filha mais velha tinha minhas responsabilidades domésticas. Depois fui ser professora, nunca exerci outra atividade a não ser de professora. Fui para o Estado e depois fui para a particular e ali permaneci por 22 anos, dois períodos, trabalhando com crianças, porque eu me especializei em alfabetização (E2).

O significado do trabalho apresenta suas particularidades como também suas diferenças, o que dá direção é a história vivida individualmente. O trabalho não se reveste de uma única forma conceitual, depende do sentido a ele dado que é

sustentado pelas vivências, necessidades, aptidões, relações sociais que são elementos da vida cotidiana das pessoas. Como pode ser observado no relato:

Minha vida como trabalhadora se iniciou aos 17 anos de idade, já como atividade remunerada, com carteira assinada, tudo. Foi em uma empresa de Transportes Coletivos, trabalhando no Departamento de Contabilidade. Trabalhei três anos lá. Depois eu trabalhei na área bancária até me aposentar. Bom, eu comecei a trabalhar porque eu queria ser independente, e é esse, o primeiro, o significado maior era a busca da independência, não depender de pai primeiramente e depois não precisar depender de marido também. Depois é uma realização pessoal, me sentir útil, fazendo algo, criativo, prazeroso envolvente, então trabalho pra mim significa estar viva, atuante (E6).

São justamente esses elementos que dão sentido ao trabalho, dependendo da busca de cada um, da sua singularidade como também das suas relações. Assim sendo, os significados dados ao trabalho apresentam sua heterogeneidade.

Percebe-se que a escolha profissional das mulheres entrevistadas deu-se, motivada inicialmente, pelo trabalho inerente à função da mulher, relacionado ao cuidado do ser humano, como foi explicitado: professora primária, professora de línguas, secretária e assessora.

Como eu não tinha herança, não tinha nada, bens nenhum, então o trabalho foi tudo, eu sabia que o caminho era trabalho, trabalho e mais trabalho, então o italiano é assim mesmo, é voltado para o trabalho, mas eu sabendo que eu não tinha nada, eu fui buscando isso, a família estava em primeiro, em segundo lugar estava o meu trabalho, o meu trabalho tinha uma importância fundamental. Era dele que provinha tudo, porque dali vinha o nosso sustento. Era através dele também que eu me realizava, porque percebia as crianças se desenvolvendo, como dizem alfabetizar é um dom. Permitir que alguém acessasse esse mundo com a nossa colaboração é muito importante. Eu sempre digo, caiu do céu essa oportunidade pra mim, eu sei, agora eu me sinto privilegiada, porque aquilo era tudo pra mim, uma coisa que foi prazerosa, pra mim o trabalho foi uma coisa muito prazerosa (E2).

A concentração do trabalho feminino em determinados espaços ocupacionais é destacado também nesta fala:

Minha iniciação no trabalho ocorreu aos 17 anos, eu estava no 2º ano do II Grau, que na época era magistério. Comecei a trabalhar quando ainda estudava com 17 anos, como professora substituta. Essa é uma pergunta difícil, mas assim, pra começar, a história da minha profissão, foi uma coisa assim, porque acho que eu escolhi essa profissão quando criança foi uma coisa tão forte em mim, que a

princípio eu brincava com as colegas, distribuía caderninho, fazia a chamada, em seguida eu brincava de dar aula pro meu irmão (E5).

Quanto ao significado do trabalho que os homens e mulheres entrevistados/as instituíram para si, aparecem valores como reconhecimento social, aliados à satisfação pessoal e profissional que guiaram suas trajetórias laborais. O significativo que passou a dar sentido à manifestação concreta da atividade fundamental do ser humano foi trazido pelas expressões contidas nas falas dos entrevistados como dever, fonte de engrandecimento, de enobrecimento, de prazer, forma de sobrevivência com dignidade.

O significado do trabalho está associado, também, aos mitos de origem com forte sentimento existencial da condição humana de obrigação e de compromisso com a vida.

O significado do trabalho para mim é um dever! Não é só um dever, uma obrigação, porque tem que trabalhar para poder manter os seus dependentes. Mas, além disso, o que significa trabalhar, no sentido de sair todo dia, se envolver com uma atividade é ter praticamente a visão do mundo. É ter compromisso com o outro e consigo mesmo. Ter o dia-dia preenchido por tantas horas. Essa relação traz a sensação de prazer de vida. É como eu disse, é um dever, uma obrigação, porque se não trabalhar a gente não sobrevive, então a gente tem aquela coisa de levantar cedo, é uma coisa que a gente tem que cumprir, de conviver com os outros, trago isso desde a minha infância (E9).

Com essa dimensão, o trabalho atinge uma importância ímpar, quando é capaz de unir a singularidade do trabalhador com a exterioridade social. O trabalho, assim entendido, é capaz de transcender o ser que trabalha.

Eu não posso falar porque eu amo trabalho, pra mim é tudo. Quando eu to triste eu trabalho, quando eu to feliz eu trabalho, eu acho que é uma coisa maravilhosa, é muito importante é uma fonte de alegria. Nascemos para criar para ir busca de conhecimentos. Eu acho que o trabalho engrandece, e nas horas de dores ele é uma panacéia, um remédio, um anestésico, e nas horas de alegria é uma alavanca para tu subir mais um degrau, saber mais, eu acho importante, é o motor da vida. E sem ele eu acho que não dá pra viver. (E1).

Na história do capitalismo, encontramos o desenvolvimento das forças produtivas intrinsecamente ligadas às relações de produção, sendo o trabalho social a fonte geradora de produtos e riquezas e a exploração da força de trabalho o fator determinante da dominação e das relações de poder. O depoimento a seguir explicita como ocorre essa dinâmica:

Aos 16 anos fui trabalhar numa empresa do Estado com serviços eventuais, mas não tinha contrato. O primeiro serviço foi na empresa de construção civil que na época estava começando a construir os condomínios, na cidade. E que tipo de Serviço era de servente, trabalhando na betoneira, fazendo concreto, trabalhei três anos. Aí trabalhei de servente nos prédios aí de outros condomínios, trabalho duro braçal, com sol ou chuva Aí trabalhei de vigia de noite e resolvi estudar de dia pra fazer o curso de vigilante me preparando, pois o serviço exige preparo. E foi assim que eu ingressei na minha profissão e passei a lutar por ela. Pelo direito ao trabalho justo pela remuneração. Trabalhei como vigilante num banco por uma firma de vigilância, por mais de três anos e pouco dessa forma que me deu mais condições de avaliar o desgaste do trabalho e as dificuldades que o trabalhador enfrenta com esse tipo de atividade (E3).

O trabalho, em sua qualidade subjetiva, como centro organizador das atividades humanas, da auto estima e das referências sociais, bem como de orientações morais fica também manifesto nos conteúdos das falas dos entrevistados/as. Indica, igualmente a posição enquanto categoria vital que determina um lugar social de emancipação:

Intrinsecamente, o trabalho abre horizontes para um mundo bem mais vasto: direciona tua criatividade para outro campo; aumenta teu círculo de amigos; te exige atualização e reciclagem constante; te põe em contato com a vida, fora das quatro paredes da tua casa; te faz sentir participante da “evolução” do mundo. (E5)

Outra percepção abordada é a do trabalho como uma porta que se abre para a vida, para a atualização, reciclagem e desenvolvimento da criatividade, que são dimensões mais intrínsecas do trabalho, que possibilitam espaços para a auto realização da existência humana. Como ilustra mais um depoimento:

Olha o trabalho na vida é tudo, o trabalho engrandece o homem, a mulher, a pessoa que não trabalha ele não tem orgulho na vida, porque o maior orgulho na vida é você receber dinheiro e poder gastar aquele dinheiro que é seu, chegar num lugar e “eu cheguei”, quem chegou, quem chegou, foi o Sr. que chegou, com o dinheiro no bolso você fica mais feliz, mais alegre, mais bonito, porque você tem coragem de qualquer coisa, sem dinheiro o homem não é nada, simplesmente nada. É um orgulho você chegar num lugar e dizer “ah onde é que tu trabalha?” Ah eu trabalho na firma tal, então o homem tem que se orgulhar desse tipo de coisa (E8).

O significado do trabalho é apresentado num duplo sentido, ou seja, essencial para o sustento da família e, de outro lado, como condutor e motivador da vida, como é trazido nas falas dos entrevistados:

Tem que trabalhar pra sobreviver né, e a gente ter a saúde adequada por que a gente não tem a saúde na mão, uma hora que dá uma dor, a gente tem um troquinho no bolso pra recorrer. É o trabalho que significa uma forma de sobreviver com dignidade, com liberdade acho que o trabalho nunca vai acabar como dizem. Uma pessoa sem trabalhar fica desanimada por que tem dívida para pagar, conta de luz, de água, tem que dar sustento pra família, e aí ele não tem donde tirar (E3).

Outra dimensão dessa relação apresentada diz respeito ao trabalho como fonte de vida e de satisfação, desencadeando o desenvolvimento de homens e mulheres e das suas relações entre si. A fala do entrevistado, que segue, indica que o ato do trabalho não se esgota em si próprio, mas sim possibilita o sentido da utilidade do homem enquanto ser produtivo, o desenvolvimento de seu potencial criativo e o estabelecimento do vínculo social.

O trabalho para mim é tudo. É o ar que eu respiro. Eu não sei, acho que é a minha vida. Se eu não tiver onde trabalhar, como trabalhar, minha vida não tem mais sentido, sinto um vazio. O que dá norte em minha vida é o trabalho. A sensação que eu tenho é que o trabalho é a minha vida, eu vivo em função do meu trabalho (E6).

Essa relação também é construída na atividade laboral da entrevista a seguir:

O meu trabalho eu vou dizer assim que pra mim foi muito gratificante por que era aquilo que eu queria, eu sempre sonhava em fazer o que o meu pai fazia, e consegui. O significado do trabalho em minha vida penso que toda a pessoa tem o direito ao trabalho, e como eu tive esse direito então eu fiz de tudo pra que não viesse perder, por que eu sei que hoje o emprego está muito competitivo. A gente vê aí gente formada em faculdades e não consegue emprego. Está sendo muito difícil buscar trabalho parece que ele não existe mais. A gente tem que se apegar com unhas e dentes então, era o que eu fazia, fazendo tudo aquilo que o chefe mandava para não repercutir alguma coisa contra mim, e assim fui tocando esses tempos todos. Trabalho é fundamental na vida do homem, enobrece, eleva a pessoa como foi o meu caso (E4)

Os entrevistados/as consideram o trabalho como fonte essencial para manutenção da vida. Entendem ao trabalho como sendo o elo importante nas relações interpessoais, como necessidade humana, do qual se origina o sustento, além de possibilitar a capacidade de colocar as pessoas em atividade. Nesse movimento, o trabalho é trazido como ato fundamental na vida dos seres humanos, expressando um significado de valor de caráter positivo. É nessa direção que o trabalho é um fundamento das transformações das organizações sociais integrando

um conjunto de direitos e obrigações, numa totalidade complexa que envolve a sociedade nos dias atuais.

2.4 As relações do mundo do trabalho permeadas pelos espaços de poder

Para Louro (1997), gênero se constitui em uma categoria analítica que, engendrada a partir da relação entre sexos, suscita a necessidade de pensar o feminino e o masculino como construções relacionais, bem como em articulação com outras categorias sociais. Com as abordagens teóricas trazidas anteriormente, a perspectiva de gênero numa dimensão relacional nos permite fazer algumas inferências sobre as relações vividas entre homens e mulheres e suas trajetórias laborais, como também refletir sobre a conjuntura dessas relações no mundo do trabalho. Contudo, não temos a pretensão de dar conta de uma discussão com a dimensão que a categoria gênero abarca na sociedade contemporânea.

A narração a seguir possibilita-nos introduzir a dimensão da perspectiva de gênero vivenciada no espaço público definida pela relação de poder nele presente, caracterizado pela desigualdade sexual:

Homens e mulheres durante muito tempo no início da minha carreira, no meu trabalho cada um tinha uma função específica e isso implicava nas nossas relações. As mulheres levavam muito mais tempo para conseguir chegar as funções de comando. Existia uma grande diferença, tanto que este cargo que no final da minha carreira assumi era muito cobiçado. Eu fui a segunda mulher a assumir, muitos homens tinham assumido este cargo. De forma velada sempre existia uma discriminação (E7).

Essa construção histórica da cultura masculina, definindo suas funções como superiores, sustenta-se à medida em que as mulheres permanecem à margem dos acontecimentos históricos e das relações sociais. Atualmente, mesmo com uma participação ativa nas atividades produtivas, as mulheres enfrentam ainda dificuldades para ascender a cargos de maior poder e de maior remuneração. Geralmente necessitam apresentar uma maior qualificação, maior tempo de escolaridade para poderem disputar postos de trabalho. Neste sentido, as mulheres que buscam inserção no mercado de trabalho ou estão inseridas, enfrentam

desafios para a sua permanência pela exigência de qualificação, menores salários e ainda a realização de uma jornada de trabalho doméstico.

Outro agravante é o vínculo existente entre o poder econômico e o poder sexual que é reforçado pelas desigualdades de gênero, vivenciado nos espaços público e privado, como é corroborado pela fala da narradora:

O marido já tem o rendimento dele, então dentro do lar as coisas são definidas por ele, o da mulher é só um complemento. Então tem que deixar para o homem a função de chefe de família (E3).

Nessas relações não é levado em conta que a contribuição econômica da mulher é fundamental para a sobrevivência das famílias, que, muitas vezes têm como principal fonte de sobrevivência.

A afirmação dessa narradora, no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, para homens e mulheres, expressa que nessas relações predomina a consciência de poder existente entre os sexos.

Nas reuniões a gente opinava e a melhor opinião prevalecia aquela que o pessoal mais gostava, mas na hora de executar o chefe é que determinava o que deveria ser feito. (E6).

O depoimento reforça o que afirmamos anteriormente, por intermédio de Scott (1995), que o gênero fornece meios para decodificar o significado e compreender as complexas conexões existentes nas formas do ser humano interagir. A identidade social da mulher vem se transformando por vários fatores que têm impulsionado e possibilitado a sua ascensão, entre eles a sua inserção no mercado de trabalho.

As diferenças de rendimentos e de exigências do mercado de trabalho continuam sendo uma das faces mais perversas das desigualdades entre homens e mulheres nessas relações; como é ressaltado por esse homem entrevistado.

Mulheres e homens no trabalho, elas trabalham bastante, mas nós que mandamos, e ainda ganhamos mais. Acho que o homem é mais folgado e a mulher mais responsável e se exige mais dela (E9).

A sociedade está pautada em valores nos quais a supremacia do homem é enfatizada. Os papéis pertinentes ao que cabe ao homem e à mulher são repassados pela sociedade pelos mecanismos de transmissão que ela mesma constrói. A partir da produção teórica desenvolvida por Souza Lobo (1991), podemos fazer inferências que nos permitem dizer que no lócus do trabalho, na divisão sexual do trabalho, são pensados e vividos o que se refere ao masculino e ao feminino.

O depoimento que segue expresso por uma mulher, reafirma essa direção de análise trazendo em sua fala, como são ocupados os espaços dos homens e das mulheres:

As mulheres chegam lá com muito esforço, não posso generalizar, mas dizem que o homem é que precisa galgar os cargos, que para a mulher o salário é só um complemento. Então tem que deixar o cargo para a chefia da família e de outra maneira exploram a idéia que a mulher tem que se afastar pela gravidez e depois cuidar dos filhos. Assim fica difícil ocupar esses cargos (E7).

Observamos na fala da narrativa a seguir, que nessa mesma relação social é estabelecida uma dupla jornada de trabalho como uma construção que tem apresentado poucas mudanças nas últimas décadas, acarretando muitas vezes diversos problemas de saúde para as mulheres.

Me aposentei com 25 anos de trabalho, mas sempre conciliando meu trabalho com as atividades de casa, lavar, passar, cozinhar e acompanhar os deveres de casa dos meus filhos. Eu nunca tive uma faxineira, administrei minha casa com dificuldades, pois meu marido esteve muitas vezes desempregado (E1).

O conteúdo trazido pela narração expressa o discurso instituído de que cabe às mulheres o cuidado da família, pois culturalmente, em nossa sociedade, são evocados esses sentidos por meio de conceitos e símbolos. O trabalho doméstico muitas vezes, sob a exclusiva responsabilidade das mulheres não tem o seu reconhecimento como valor econômico. Mas é, por meio dele, que podemos entender a dupla contribuição das mulheres trabalhadoras para o sistema econômico e para a economia familiar, trazido no depoimento acima.

É relevante ressaltar que sob o prisma da categoria analítica gênero, emergiram narrativas que nos obrigaram a ampliar e introduzir um aporte teórico que fosse capaz de dar conta dos conteúdos trazidos pelas falas, para os quais pudéssemos proceder a sua interpretação e discussão. Com essa necessidade, buscamos, numa primeira direção, aportes teóricos para a questão da violência moral no trabalho, por ter sido trazida essa questão em entrevista como expressa o depoimento:

A decisão de entrar com o pedido de aposentadoria foi mais por pressão. Eu não agüentava a carga diária, a tensão nervosa e emocional no trabalho, as exigências de atividades. Tudo isso me levou a pedir a aposentadoria. . Pressão do diretor que não deixa de ser um assédio moral, e aí eu para me ver livre dele entrei com o pedido de aposentadoria, porque já tinha tempo suficiente (E6).

A violência moral no trabalho, conforme discorre a narrativa não se constitui como um fenômeno emergente, ele sempre permeou as relações de trabalho. Nas trajetórias laborais de duas mulheres, apareceram depoimentos significativos que vêm diretamente ao encontro das relações diferenciadas entre homens e mulheres configurando uma relação de poder e opressão expressas por meio de assédio moral e assédio sexual. Tais ocorrências têm sido evidenciadas na última década, sobretudo devido às exigências do mercado de trabalho oriundas da falta de comunicação entre as pessoas, às pressões por produtividade e à desumanização dos ambientes de trabalho o que gera dificuldades nessas relações.

Estudos da área sustentam que nem sempre a prática do assédio moral no trabalho é de fácil comprovação, pois, na maioria das vezes, ocorre de forma velada, dissimulada, visando minar a auto-estima da pessoa e conseqüentemente desestabilizá-la. Os estudos da autora Maire-France Hirigoyen, apontam que o assédio moral no trabalho é:

Toda e qualquer conduta que caracterize comportamento abusivo, freqüente e intencional, por meio de gestos, atitudes, palavras ou escritos, que possam ferir a integridade física ou psíquica de uma pessoa, vindo a por em risco o seu emprego ou degradando o seu ambiente de trabalho.¹¹

¹¹ Conceito utilizado na cartilha do Núcleo de Combate a Discriminação a promoção da Igualdade de oportunidades, NUCODIS/DRT/SC.

Dentre as condutas mais comuns que caracterizam o assédio moral encontramos: críticas ao trabalhador na frente de outros, a ausência de cumprimentos ou palavras, proceder com instruções confusas e imprecisas, bloquear o andamento do trabalho, atribuir erros imaginários ao trabalhador, solicitar, sem necessidade, trabalhos urgentes ou sobrecarregar com tarefas, tecer críticas ou brincadeiras de mau gosto, componentes estes que configuram um quadro no qual se delinea a violência moral.

A trajetória laboral de outra entrevistada nos levou a prosseguir na análise da questão da violência contra a mulher com outro depoimento marcando esta questão no que diz respeito a assédio sexual. Tal ato continua presente na vida, na rua e no trabalho especialmente na vida das mulheres. Segundo Teles e Melo (2002, p. 22).

Assédio sexual é o ato de poder, exercido por uma pessoa, na maioria das vezes por um homem contra uma mulher. Geralmente tal pessoa encontra-se em posição superior no trabalho, ou em outro tipo de instituição hierarquizada (escola, igreja, etc.) e, aproveitando-se desta condição, obriga a outra a aceitar suas propostas sexuais mediante ameaças constantes de demissão, rebaixamento salarial e outras formas de perseguição.

A prática de violência pode ser corroborada com o depoimento a seguir, o qual exprime uma forma de discriminação, uma violação dos direitos humanos e da liberdade e atinge a cidadania da mulher trabalhadora. Tal situação foi vivenciada sem que a trabalhadora pudesse contar com uma rede de apoio, pois, na situação, as garantias e supremacia masculina foram determinantes.

Um registro ruim que tive na minha trajetória profissional foi que eu sofri... Falar é difícil, mas foi um assédio sexual. Tive um período difícil no trabalho. Eu hoje tenho outros conhecimentos, sei que poderia ter ido em um sindicato denunciar o que estava acontecendo, mas na época não tive esta percepção. Foi um período marcado negativamente, foram quatro anos enquanto o chefe esteve naquele cargo. Como eu não cedi ao assédio, então fui prejudicada, tive atrasos nas promoções que tinha direito e que era merecedora pela atividade desenvolvida. Fui deixada de lado, foi um período de desilusão. Eu fiz um escândalo, botei o chefe para fora da minha sala, quando ele tentou. Então eu me manifestei e ele passou a ter medo de mim. Ao mesmo tempo, no que ele podia, ele me castigava, ele tinha poder. Foi um momento bastante difícil da minha vida, que marcou minha vida de trabalho no qual eu me senti sozinha no mundo, todos os colegas de trabalho tinham conhecimento mas ninguém se manifestava por medo de perderem os seus cargos ou de sofrerem represálias. (E7).

O governo brasileiro reconhecendo essa problemática vem criando mecanismos para minimizar a situação de violência contra as mulheres. Com ações de impacto, o assédio sexual foi introduzido no aporte legal e faz parte do Código Penal Brasileiro. Passou a ser considerado crime a partir da Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. É considerado assédio sexual, o ato de constranger alguém para obter vantagem ou favorecimento sexual. A pessoa que pratica assédio usa sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício do emprego, cargo ou função. Constranger uma pessoa é obrigá-la, por meio de ameaças, a fazer algo que ela não quer. Dentre as ações de assédio sexual praticadas, temos o padrão ameaçar a empregada de demissão ou de não aumentar seu salário, caso ela não permita que ele a beije, entre outras situações.

A pena prevista nessas situações é de um a dois anos de detenção, mas pode ser ampliada dependendo do caso e de quem é o praticante.

Essa problemática é complexa, envolve medidas administrativas, legislativas, econômicas, sociais e culturais, sem as quais torna-se impossível estabelecer um tratamento global.

Diante dos depoimentos, o reconhecimento das questões de gênero revelam a realidade presente nas relações de trabalho. A categoria gênero não pode ser pensada somente como um problema exclusivo das mulheres, ou advindo de uma capacidade natural do gênero feminino, mas sim como consequência de uma construção histórica das relações sociais entre os sexos.

Um olhar atento ao mundo do trabalho revela que as desigualdades entre homens e mulheres, continuam a desafiar o conjunto da sociedade, impondo ações políticas estratégicas que possibilitem romper com esse ciclo e que tenham impacto sobre essas desigualdades. A organização do trabalho oferece riscos diferenciados para homens e mulheres, oriundos das pressões distintas que trazem agravo à saúde física e mental dos trabalhadores/as, mais acentuadas quando vivenciam a sua condição de aposentado.

3 APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO: conflito entre liberdade e resistência

3.1 O Processo de Envelhecimento Social e o desligamento do trabalho

Os seres humanos, desde há muito, preocupam-se e buscam explicações sobre o envelhecimento. A gerontologia tem, no envelhecimento humano, seu objetivo de conhecimento, na busca de compreender como e porque os homens e mulheres envelhecem.

Beauvoir (1970), em seu tratado sobre a velhice, relata que os estudos sobre concepções de envelhecimento encontram, como referência mais antiga no ocidente, um texto bastante sombrio, consagrado por Ptah-hotep, filósofo e poeta, escrito há 2500 a.C, que descreve a velhice como “[...] a pior desgraça que pode acontecer a um homem” (BEAUVOIR, 1970, p. 103). Em sua reflexão filosófica, Beauvoir orienta que não é fácil delimitar a velhice; ela compreende um fenômeno biológico, acarretado de conseqüências psicológicas e culturais, tendo uma dimensão existencial como todas as situações humanas, que é modificada pela relação do homem no tempo, estabelecendo, dessa forma, relacionamento com o mundo e com sua própria história. É constituído, portanto, de uma relação de interdependência de cada um desses aspectos, atuando sobre o outro de forma a estabelecer uma circularidade.

Aparece como fundamental, trazer o fato de que os seres humanos não vivem em estado natural; a sociedade a que pertencem lhes impõe um estatuto que é definido culturalmente, estabelecendo suas ações e representações. A preocupação com o envelhecimento na modernidade focaliza a velhice como estágio de vida, isolando-o do curso da vida como um todo, principalmente tendo em vista o afastamento do mercado de trabalho.

Estar alijado do sistema produtivo, quase define o que é ser idoso. A exclusão do mundo produtivo, valorizado na cultura brasileira, traz barreiras impeditivas de participação em diversas dimensões da vida social.

No entanto, o envelhecimento pode ser considerado sob diversos pontos de vista: cronológico, biológico, psicológico, social, fenomenológico, funcional, ético, estético, ergonômico, econômico, lúdico, entre outros. Cada um desses aspectos é estudado por uma ou mais ciências. Para termos uma imagem global, todas essas ciências devem ser ouvidas, pois todas elas têm algo importante a dizer sobre esse período da vida, sobre o comportamento do/a idoso/a, sobre sua maneira de ver as coisas e de agir, portanto, este estudo tem um caráter interdisciplinar.

Os avanços tecnológicos e científicos, especialmente na área das ciências biológicas, associadas às conquistas farmacêuticas e à implantação de medidas de saneamento básico, contribuíram para o aumento da expectativa de vida dos seres humanos. Veras (2003, p. 8) afirma que

[...] os processos de transição demográfica e epidemiológica no Brasil vêm se desenvolvendo de forma heterogênea e estão associados, em grande parte, às desiguais condições sociais observadas no país. A população idosa se constitui como um grupo bastante diferenciado entre si e em relação aos demais grupos etários, tanto do ponto de vista das condições sociais, quanto dos aspectos demográficos e epidemiológicos.

Cabe destacar, portanto, que a quantidade de anos nem sempre está acompanhada pela qualidade de vida; dessa forma, os estudos sobre os vários aspectos, sobretudo psicológico e social, são fundamentais para a compreensão do processo de envelhecimento.

No âmbito da teoria psicológica, Moragas (1991) argumenta que as teorias e esquemas utilizados para tratar do processo de envelhecimento são consideravelmente recentes, pois há pouco tempo essa área passou a se preocupar com o estudo da questão. Prevaecem as teorias que buscam explicar o desenvolvimento da personalidade, destacando duas correntes: a que considera o desenvolvimento dividido em etapas na busca de identidade pessoal, tendo como aporte teórico os estudos de Erik Ericson. E a segunda, que considera a velhice como processo único e indivisível, alicerçado pela teoria de processo, achando que a vida humana consiste num desenvolvimento dialético originado

por idéias e ações contraditórias que envolvem seres humanos e ambientes sociais, em constante transformação.

A análise de Debert (1997) em sua dimensão antropológica, destaca que os estudos contemporâneos na área do envelhecimento têm apresentado mudanças de enfoque, de uma abordagem que caracteriza o idoso/a como uma fonte de miséria para uma perspectiva de fonte de recursos. Na primeira, a representação da velhice como “[...] um processo contínuo de perdas em que os indivíduos ficariam relegados a uma situação de abandono, de desprezo e ausência de papéis” (DEBERT, 1997, p. 126). Essa caracterização pelo empobrecimento, discriminação e isolamento originou uma série de estereótipos, definidos por condutas sociais que a sociedade consagrou. Na segunda tendência, a contemporânea, que abarca uma socialização progressiva da questão do envelhecimento, a representação da velhice é reconstituída com novos significados, como detentora de experiências e saberes acumulados por seres ativos capazes de responder a desafios, redefinindo o envelhecimento como um período de explorar novas identidades “[...] que passam a ser tratados como momentos privilegiados para novas conquistas guiadas pela busca de prazer” (DEBERT, 1997, p. 126). Portanto, o que chama a atenção, quando pensamos na visibilidade alcançada pela velhice, é um duplo movimento que acompanha sua transformação em uma das expressões da questão social.

A concepção de envelhecimento na área social abrange vários enfoques teóricos, entre eles, destacamos os estudos demográficos, antropológicos, sociológicos, políticos, econômicos e sociais, que buscam compreender a representação social da aposentadoria, das relações sociais, dos direitos sociais, da organização institucional, da ocupação espacial, entre outros.

A preocupação da sociedade com o processo do envelhecimento deve-se sem dúvida, ao fato de que os idosos correspondem a uma parcela da população cada vez mais representativa do ponto de vista numérico. Uma nova categoria cultural é produzida formada por pessoas envelhecidas, identificadas como um conjunto autônomo e coerente, que impõe outro recorte à geografia social, a adoção de modos específicos de gestão.

A velhice emerge como uma nova etapa da vida, no contexto da descoberta de outros estágios, estruturada em conjunto de relações que, articuladas de forma dinâmica, lhe dão sentido e movimento. A análise do

envelhecimento, empreendida por Britto da Motta (1999, p. 193), que aborda as dimensões fundamentais da vida social, caracteriza que:

[...] os mais determinantes desses sistemas de relações são as classes sociais, os gêneros, as idades/gerações e as raças/etnias. Cada conjunto desses, constitui-se então numa dimensão básica da vida social, mas nenhum deles, analisado isoladamente, dá conta da sua complexidade.

O estudo do segmento populacional, que estabelece a velhice como categoria construída socialmente, reconhece um significado social e funções diferentes, de acordo com os períodos históricos, com a estrutura social, cultural, econômica e política de cada sociedade. Essas dimensões são definidas como categorias relacionais ou da experiência.

As transformações históricas decorrentes da modernização, apoiadas pelo processo de individualização, fundamentaram a institucionalização do curso de vida. As mudanças ocorridas nesse período, caracterizadas por experiências, dão a essa etapa novas configurações para o comportamento desse grupo etário, definindo fronteiras entre idades. Essa construção social estabelecida por

[...] estágios de vida foram claramente definidos e separados e a fronteira entre eles passou a ser dada pela idade cronológica [...]. Essa institucionalização crescente do curso da vida teria envolvido todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos. (DEBERT, 1997, p. 122).

Dessa forma, a idade passou a constituir-se em importante fator de organização social, definindo situações e posições na sociedade, como formalizador e dando o reconhecimento societal.

Essa perspectiva de que a sociedade organiza os ciclos de vida, é trabalhada por Debert (1994) que destaca três formas: idade cronológica, idade geracional e estágios de maturidade, atribuindo formato distinto ao agrupar as pessoas.

Assim, é necessário estar atento ao contexto histórico de como são introduzidas essas concepções, controlando cronologicamente as fases da vida dos homens e das mulheres. Verificamos que a Organização Mundial de Saúde (1984)

convencionou para os países do Terceiro Mundo o corte de 60 anos de idade como fator delimitador da velhice. Esse limite também foi adotado pelo governo brasileiro, nos dispositivos da Lei nº 8.842 de 1994, que estabelece uma Política Nacional do Idoso. Em maio de 2002, o governo Federal instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos, que considera público alvo todos os grupos populacionais específicos passíveis de discriminação entre os quais o grupo de pessoas envelhecidas. Em 2003, nas mesmas diretrizes, o governo brasileiro, criou-se o Estatuto do Idoso, com a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2004. A legislação brasileira também adota outros recortes etários, como o voto facultativo e a aposentadoria compulsória dos servidores públicos civis, sendo a idade obrigatória aos setenta anos de idade (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988). O Estado brasileiro fixa, também, a idade para acessar a aposentadoria e a idade para ingressar na Previdência Social como contribuinte. As empresas empregadoras definem a idade de exclusão desses trabalhadores/as no mercado de trabalho, tendo como conseqüência a difícil inserção na economia formal em virtude do fator etário. Assim, como afirma Almeida (2003, p.46):

[...] intimamente ligada ao processo que conduziu as sociedades ocidentais à modernização do Estado e da Economia e à modernidade cultural, à transformação da velhice em “questão social” prende-se a autonomização dessa etapa da vida e às conseqüências a ela associadas.

Mas Debert (1997) alerta para o fato de que a mudança na forma de conceber a imagem do envelhecimento não fornece instrumentos capazes para o enfrentamento dos problemas decorrentes da perda de habilidades cognitivas e de controles físicos e emocionais, que estigmatizam o/a idoso/a. Ao conceber essa nova imagem, se estabelece uma estratégia de exclusão desse segmento populacional do campo de preocupações sociais, transferindo-o para a esfera da responsabilidade individual. A autora identifica esse processo de dissolução de problemas como uma forma de reprivatização da velhice. Partindo desse pressuposto, acrescentamos que esse processo caracteriza um retorno às formas privadas e, sobretudo, individuais de proteção à velhice.

Ao tratar das novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida, Hareven (1999, p. 14), considera que:

[...] o interesse no significado do envelhecimento no começo do século XX não derivou da mera curiosidade. Estava relacionado a questões sobre os limites da utilidade e eficiência no trabalho que acompanhavam a industrialização e o movimento por proteção social para os idosos.

O efeito da velhice gerava questionamentos quanto à capacidade de produção e qualidade de ação do homem e da mulher envelhecidos, sendo identificado, no plano econômico, que a aposentadoria, em seu início, foi uma forma de estabelecer a incapacidade para o trabalho, não levando em conta o envelhecimento físico, nem cronológico.

Nas primeiras décadas do século XX, com as transformações na organização de produção, as indústrias passaram a exigir produtividade. Foi elaborado um novo conceito de envelhecimento profissional vinculado ao nível de produção e condições para o trabalho. Como assinala Simões (1997, p. 176), a institucionalização da aposentadoria foi um dos diversos meios disponíveis para uma cultura empresarial comprometida com a reestruturação da composição etária da força de trabalho.

No modelo de organização social predominante no mundo ocidental, efetivada pelo Estado capitalista, introduz-se a aposentadoria como um símbolo social do envelhecimento, com o rompimento do vínculo do/a trabalhador/a com a dimensão pública. Portanto, é decidida administrativamente a datação desse período pelo estabelecimento de uma idade para aposentadoria, outorgando aos trabalhadores/as alguns direitos e deveres, definindo assim seu desligamento do trabalho.

A palavra aposentadoria, enquanto vocábulo da língua portuguesa, remete etimologicamente à noção de recolhimento ao interior da habitação, dos aposentos, ou estado de inatividade do funcionário público ou funcionário de empresa particular ao fim de certo tempo de serviço, com determinado vencimento.

Conforme Debret (1998) os primeiros sistemas de aposentadorias obrigatórios foram estabelecidos na França, com a promulgação das leis de proteção social entre os anos de 1928 e 1930; com a criação da legislação em Seguridade Social em 1945 foi estendida a todas as categorias sociais.

Segundo Lopes da Silva (1977), a aposentadoria, no Brasil, tem seu registro inicial com o Decreto-Lei 4.682 de 24 de janeiro de 1923, a chamada Lei Elói

Chaves que criou as primeiras caixas de aposentadoria e pensões – CAPS para beneficiar os trabalhadores das empresas ferroviárias.

Segundo o Regulamento da Previdência Social, Decreto nº3048 de 06 de maio de 1999, o direito à aposentadoria é garantido ao segurado que contribuir financeiramente, pois ela é organizada com o caráter contributivo.

Trazemos a aposentadoria¹² como o ato do trabalhador/a retirar-se da atividade profissional em decorrência de certos riscos ou cumprimento de determinado tempo de serviço, fazendo jus a um pagamento periódico por conta de instituição previdenciária.

No entendimento de Haddad (1993, p. 19), no Brasil, a conquista da aposentadoria fez parte do conjunto de reivindicações do movimento operário estabelecido no início do século, que conseguiu, entre 1930 e 1938, que a cobertura previdenciária tivesse ampliação tornando-se objeto de atenção do Estado. A aposentadoria, portanto, muito mais do que um benefício, passou a representar uma vitória dos trabalhadores/as com garantias antes não reconhecidas, gerando um direito social do trabalho.

Para Salgado (1999), na sociedade atual, a aposentadoria aparece como uma das mais fortes organizações sociais dos sistemas sócio-políticos. Reveste-se de um caráter de lei social, de uma evolução do sistema de organização voluntária por parte de alguns trabalhadores, para um sistema organizado pelo Estado, tendo como obrigatória a contribuição financeira.

A seguridade social, operacionalizada pela Previdência Social, reconhece o direito do trabalhador/a ao benefício da aposentadoria¹³. Mas alguns autores, quando analisam os sistemas de proteção social, destinados a esse segmento populacional, identificam fatores diversos para a sua concessão, como a modernização dos equipamentos e a industrialização. Outros sustentam que é em decorrência das pressões políticas e da organização da categoria.

¹² Em Santa Catarina existem 517,9 mil aposentados, sendo que 291,3 mil recebem até um salário mínimo por mês. (Fonte: IBGE, 2003)

¹³ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, relatada no Curso de Formadores em Previdência Social, identificou em 1999 que os rendimentos de aposentadoria representavam o principal componente de renda, 54,1% das famílias. 85% dos idosos no Brasil vivem em domicílios onde existe a presença de parentes e somente 11,6% vivem sozinhos ou com pessoas sem laço de parentesco. Estudos sobre transferência inter-gerações mostram que o idoso contribui com sua aposentadoria para o orçamento familiar, desempenhando um papel importante nas estratégias de sobrevivência do grupo doméstico.

Como afirma Salgado (1993), a aposentadoria enquanto conquista dos trabalhadores/as abarca dois princípios que merecem reflexão, quais sejam: o da proteção social e o da desvalorização. Como a aposentadoria vem sendo concedida a pessoas cada vez mais jovens, fica perdida sua razão principal que consiste em estabelecer a incapacidade para o trabalho, permanecendo apenas a desvalorização da força de trabalho que é “[...] camuflada nos critérios de idade cronológica e tempo de serviço” (SALGADO, 1999, p.15) Por outro lado, o pressuposto de que se reconhece o direito do repouso remunerado, enquanto retribuição do sistema político ao trabalhador/a, caracterizado como princípio de proteção social.

Na sociedade industrial a nova organização do trabalho, tendo em vista a necessidade de mão de obra com formação técnica atualizada, novas exigências em virtude de novos processos tecnológicos e de produção imputa a substituição dos/as trabalhadores/as idosos/as.

Desta forma, o estudo da aposentadoria nos remete às questões do mundo do trabalho, do modo de produção capitalista, como também dos reflexos e transformações que situam a vida das pessoas que atingem este patamar de desligamento, quer seja por idade, quer seja por tempo de serviço.

Em Viena, no ano de 1982, foi realizada a Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento (AME) patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para traçar um plano de ação mundial com vistas ao melhoramento da qualidade de vida do grupo etário que cresce mais depressa – o das pessoas com idade acima de 60 anos. A partir desse evento foram intensificados estudos e pesquisas sobre as questões do envelhecimento, sendo apontado o limite cronológico para início da chamada terceira idade, que tomou por base a idade da aposentadoria estabelecida na maioria dos países. Tal limite proposto induz à associação corrente entre a velhice e a aposentadoria, embora, na prática, nem sempre se confundam¹⁴.

No entendimento de Carlos (1999) a associação corrente entre envelhecimento e aposentadoria nos remete a uma representação coletiva em que a pessoa não é mais percebida como sujeito de bens e serviços mas é conseqüentemente marginalizada nos contextos sociais contemporâneos que são pautados pelo valor produtivo. E acrescenta que:

¹⁴ Disponível em: <<http://www.idoso.ms.gov.br/artigo.asp?id=49>> Acesso em: 28 ago. 2004.

Quando um conjunto social se pauta por valores utilitários como no caso a sociedade contemporânea, a ausência de inserção no modelo proposto e em suas formas organizacionais e relacionais, repercutem na qualidade de vida e na integração de sua população (CARLOS, 1999, p. 86).

Para o autor, ainda se verifica a ocorrência de uma dupla aposentadoria no plano subjetivo: a primeira, legal, por tempo de serviço e a segunda, nem sempre com reconhecimento oficial, mas sim determinada pelos limites impostos pelo corpo como doença ou idade e pelo processo de exclusão do mundo do trabalho.

Para Zanelli (2000) a aposentadoria oficial implica no encerramento de uma carreira formal e na escolha de novas alternativas. Para o aposentado é inevitável pensar e decidir sobre uma posterior carreira: um trabalho autônomo, tarefas filantrópicas, práticas de lazer, cuidados com a casa, com a família ou o envolvimento com outras atividades. A sua inclusão em novos grupos sociais implica em conseqüências para a sua identidade e necessárias adaptações a uma nova realidade psicossocial.

A partir das conceituações apresentadas, podemos compreender a aposentadoria enquanto fenômeno individual e coletivo e o caráter histórico que marca esse movimento da vida. Assim é compreendida, a aposentadoria com sua expressão normativa da vida laboral como fenômeno individual e com sua expressão coletiva onde adquire significado no conjunto das relações sociais.

Homens e mulheres chegam à velhice por uma série de rupturas, sem ordem pré-determinada: a atividade laboral cessa, a saúde se altera, os meios de existência se reduzem, o isolamento se torna uma realidade; os dados referentes a essa realidade são complexos. Também podemos afirmar que o envelhecimento leva os homens e mulheres a assumirem a guarda da memória coletiva e, por isso, guias e intérpretes privilegiados do conjunto de idéias, acontecimentos e valores humanos, construídos nas relações do mundo do trabalho e posterior desligamento que mantém e orienta a convivência social.

3.2 Ordenamento da Seguridade Social e a Previdência Social

No âmbito do sistema capitalista, a Seguridade Social no mundo e no Brasil, está relacionada com o processo de acumulação e sua forma estabelecida pelas relações do trabalho, com a maneira de organização e luta dos trabalhadores e, sobretudo com a natureza do Estado. Harvey (1993) analisa que as transformações políticas e econômicas desencadeadas pelo capitalismo no final do século XX produziram modificações no modo de produção, nos processos de trabalho, no campo geopolítico, estabelecendo novas configurações nas relações econômicas e de poder no sistema mundial, convencionando novos hábitos de consumo e definindo poderes e práticas de Estado.

Dentro deste contexto, o capitalismo, com sua característica altamente dinâmica, com forças plasmadoras, recorre a um modo de regulamentação, assegurando seu funcionamento e estabilidade. Desta forma, o Estado atuou num esforço para controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Ao explicar esse controle, Harvey (1993, p.129) aponta:

Essas políticas eram dirigidas para áreas de investimento público – em setores como transporte, os equipamentos públicos etc... – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores.

As formas de intervencionismo estatal variaram conforme a postura de cada país seja no padrão dos gastos públicos, na organização dos sistemas de bem estar social ou no grau de envolvimento ativo do Estado, assumindo, portanto um papel especial no sistema geral de regulamentação social.

Configurada desta forma, a análise da política econômica e das políticas sociais encontra fundamentos no desencadeamento contraditório da história, por vezes vinculando essas políticas com a acumulação capitalista e, em algumas situações, dando resposta às necessidades sociais, como é possível vislumbrar fazendo uma retrospectiva histórica.

Os estudos de Vianna (1998) e Mota (1995) nos embasam em desenhar esse processo. Em 1871, surgiram, na Alemanha, medidas de proteção sobre o acidente de trabalho, ocasionando em 1881 a promulgação da lei que obrigava patrões e industriais a realizarem seguro de acidente de trabalho para os empregados, através de uma caixa subsidiada pelo Estado. Vislumbrando o seu aperfeiçoamento, o parlamento alemão aprovou em 1883 a Lei do Seguro Doença, em 1884 a Lei do Seguro Acidente e em 1889 a Lei do Seguro Invalidez, Velhice e Aposentadoria. Leis foram enviadas ao parlamento pelo Chanceler Otto Von Bismarck, mas também pela via estabelecida através da organização e pressão política e social dos trabalhadores sobre o governo alemão. Este modelo de proteção do seguro obrigatório é definido como Modelo Bismarckiano

Em 1911, o escopo dessas legislações foi ampliado e organizado em um Código dos Seguros Sociais da Alemanha, primeiro modelo na história mundial a conter os elementos da política social, servindo de base para a normatização em outros países europeus e difundindo-se em quase todos os países do mundo. Conforme Marshall (1967, p. 58):

O seguro social foi importante porque provocou uma forma de interferência nas relações industriais; uma nova relação entre o cidadão e Estado; e novos aspectos de finanças e administração. Além de ter aberto perspectiva para o Estado de Providência Moderno ou Welfare State.

Em consequência da II Guerra Mundial, muitas mudanças econômicas e políticas ocorreram, apagando muitos traços que se constituíam em divisores da sociedade. Ao findar a Guerra, os países capitalistas centrais, tiveram necessidade de realizar reformas fundamentais nos seus sistemas de proteção social, passando, assim, a conformarem os chamados Estados de bem-estar social na Europa ocidental. Foram estabelecidos pelo contexto político ideológico, sobretudo, afirmando a função pública, sob a influência de Keynes e com a elaboração de Beveridge.

Mostrando o perfil das medidas de proteção, Mota (1995 p. 128) afirma que:

É a partir do pós-guerra que, nos países desenvolvidos, os sistemas públicos de seguridade social transformam-se na principal forma de intervenção do Estado chegando mesmo a consolidar uma

determinada forma de organização conceituada como Estado de Bem Estar Social. Sua característica essencial é o papel desempenhado pelos fundos públicos no financiamento da reprodução da força de trabalho e do próprio capital, seguindo a tradição de Keynes.

Ao traçar a trajetória do sistema de Seguridade Social, Vianna (1998), introduz com a citação de Beveridge, para identificar o contexto político ideológico que presidiu a implementação do Estado de Bem Estar Social:

O Plano de Seguridade Social é (...) “fundamentalmente um meio de redistribuir a renda, priorizando as necessidades mais urgentes e fazendo o melhor uso possível dos recursos disponíveis que só pode ser levado a cabo por uma concentrada determinação da democracia britânica para libertar-se de uma vez por todas do escândalo da indigência física para o qual não existe justificativa nem econômica, nem moral (...)”. A prevenção da miséria, a diminuição e o alívio das enfermidades – objetivo especial dos serviços sociais – constituem, de fato, interesse comum a todos os cidadãos (Social Insurance and Allied Services, report by Sir William Beveridge present to Parliament by Command of his Majesty, November, 1942). (BEVERIDGE, Apud, VIANNA, 1998, p. 17)

Este é, portanto, o modelo Beveridgiano de Seguridade Social¹⁵, que demarca novos tempos para a política social e que influencia as reformas do sistema de proteção social durante os anos 40 e 50 em vários países, inclusive no Brasil.

A Seguridade Social integra um complexo sistema político-institucional organizado por políticas de proteção social, políticas sociais universais e políticas contratuais que, por sua vez, estabelecem seus respectivos conjuntos de ações nas áreas de assistência social, saúde e previdência social. Tais sistemas pertencem ao mundo ocidental e vinculam-se de forma estreita com as necessidades do processo de assalariamento.

A Previdência Social surge como uma das políticas de Seguridade Social, apresentando-se como sinônimo de seguro social e revelando-se pelas bases sociais e produtivas da sociedade. A previdência está segmentada como uma

¹⁵ Para Faleiros (1982), o plano de Beveridge propõe a segurança social do indivíduo (não da sociedade) do nascimento a morte. Trata-se da realidade da segurança do sistema capitalista de produção. Propõe-se um seguro mínimo obrigatório que mantém as desigualdades sociais, são criados mercados para a produção, estimulando o consumo e contribuindo para uma ordem social.

política de cunho contratual, concedendo a auto previsão do segurado e de sua família.

Postula Faleiros (1982, p.157), que a previdência ou os seguros sociais são formas de política social que foram desenvolvidas com o processo de exacerbação da contradição entre o capital e o trabalho. Na análise de Faleiros (1982) é dimensionado de que os seguros sociais não se constituem mecanismos de redistribuição de renda, pois conservam as desigualdades de salário, mantém as mesmas porcentagens de contribuição para as diferentes classes sociais e possibilita prestações desiguais segundo o lugar ocupado pelo contribuinte no sistema produtivo. Desta forma, as políticas sociais se constituem em respostas às manifestações das questões sociais e são entendidas como mecanismos de regulação social e política. Com essa compreensão, a prática da regulação capitalista, sob a égide do Direito, em suas diferentes articulações e configurações com a sociedade, estabelece a forma de regulação social.

Cartaxo (1995, p.64), em seus estudos, postula que: enquanto o Seguro Social conforma os direitos regulados a uma ocupação e à contribuição, a Seguridade tem como pressuposto a cidadania de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Analisando a questão da intervenção social e econômica do Estado no capitalismo monopolista, Braga (1986 apud MOTA, 1995, 127) assinala que “[...] a intervenção do Estado será feita nas políticas de regulação do mercado de trabalho e do processo de trabalho (legislação trabalhista, política salarial, regulamentação de profissões etc.)” nas medidas de controle da atividade política (legislação sindical) na regulação de normas de consumo coletivo (saúde, seguridade, educação etc); e nas políticas de composição das rendas do trabalho.

Em consonância, a análise de Harvery (1993), que contempla esse eixo de pensamento ao focar como opera o princípio organizador básico da vida econômica, estabelece, como hipótese, que ocorre uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política, expressando de forma assertiva que o modo de regulamentação é a materialização do regime de acumulação. Tal análise é abalizada por Lipietz: (apud HARVEY, 1993, p. 117)

Tem que haver, portanto, uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação que garantem a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o

esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação.

Santos (1994) sustenta que o histórico da interferência governamental na regulamentação das relações sociais no Brasil tem características semelhantes à experiência estabelecida em outros países. Conforme Santos (1994, p. 3).

Após o predomínio incontestável da ideologia capitalista mercantil, que fazia de todas as relações sociais contratos livremente ajustados entre os indivíduos juridicamente iguais e, portanto, submetidos aos códigos de direito privado, a crescente intensidade e magnitude dos conflitos gerados pela forma industrial de produção e acumulação de bens termina por provocar a ingerência no âmbito das relações de trabalho, em primeiro lugar, evoluindo posteriormente, para o que, por costume se denomina de legislação previdenciária.

Tendo por base esse contexto, o papel do Estado é redimensionado, criando as bases políticas e ideológicas para o provimento público do Estado de bem estar. Por meio de regulamentos sociais estabelecidos pela ordem estatal mais ou menos uniforme, diferenciando o início da ação em cada país; em termos de número de dimensões sociais; do formato burocrático de administração; da forma de financiamento e quanto à articulação dos programas sociais. Nesse sentido Santos (1994), indica que a interferência do Estado na regulação social é deflagrada de forma inexorável, com tendência à sua expansão, ocorrendo em ordem e ritmo variáveis, adquirindo perfis diferenciados em cada país, atendendo a uma política de bem estar delineada por um escopo de produção estatal, definida pela trajetória econômica e política expressa pelo desenvolvimento do capitalismo.

Ao ponderar sobre o surgimento de dispositivos materiais e legislativos adotados na ação estatal, visando intermediar a relação entre o capital e a sociedade, Mota (1995, p. 130) diz que:

Em níveis mais elevados a seguridade transforma-se em um instrumento de regulação social. O marco desse processo no capitalismo monopolista é o surgimento de instituições que substituem os sistemas patronais de seguros, para atender as novas necessidades do capital e do trabalho assalariado, como um direito do trabalhador.

Ao propor e analisar a dinâmica da ordem estabelecida pela política de Bem Estar Social, parte-se do pressuposto de que é impossível compreendê-la sem antes destacar que esse é um campo ideológico, historicamente concebido, socialmente construído e que espelha o resultado das políticas sociais e econômicas

adotadas pelos países e ditadas por agrupamentos econômicos internacionais. A Previdência Social no Brasil desenvolveu-se mantendo estreita relação com as fases da história econômica e social brasileira, interferindo sua relação de dependência com a questão tributária e com a distribuição de renda, ou seja, espelhando o modelo econômico adotado pelo país.

A trajetória do Sistema Previdenciário Brasileiro obedece a um percurso histórico, configurado pelo caráter de seguro social construído a partir de uma constante busca de ampliação do universo populacional de segurados. A Previdência Social foi o núcleo das políticas, sobre as quais se estabeleceu o embrionário Estado de Bem Estar Brasileiro, anunciado pela Constituição de 1988.

O princípio organizador que definiu a forma pela qual o sistema foi gerado e, também, a maneira como ele se articula às demais políticas, produz efeitos de âmbito nacional, tanto em termos de justiça social, quanto em termos de cidadania.

Ao definir o funcionamento do sistema previdenciário, levando em conta o aspecto redistributivo que produz, Santos (1994, p. 80) estabelece um paralelo com outras políticas fornecendo elementos para essa análise:

O percurso histórico do sistema previdenciário brasileiro até seu momento atual poderia ser descrito hoje em termos de comparação internacional, como um sistema misto [...] segue o sistema alemão no que diz respeito à diferenciação dos benefícios pagos em função da renda auferida antes da aposentadoria [...] e assemelha-se ao programa americano pelo seu aspecto contratualista entre segurado e Estado.

A análise da Previdência Social só pode ser estabelecida na medida em que compreenda o conjunto dessas políticas no contexto sócio econômico em que foram emergindo, a correlação de forças sociais numa determinada conjuntura, demarcada por ações segmentadas e organizadas por interesses objetivos e práticas concretas, definidas pela dinâmica da sociedade. As regras que dão forma concreta a esquemas previdenciários são resultado de consensos sócio-políticos e mudam conforme a evolução da própria sociedade.

A Previdência Social foi construída pelos trabalhadores brasileiros e tornada pública por constituir-se um espaço histórico na conquista formal de direitos, na expansão de relações sociais mais igualitárias, na busca dos direitos e deveres sociais, na ampliação da cidadania. Essa trajetória, contudo, é marcada pelo desrespeito aos seus segurados, universo composto pela grande maioria de

trabalhadores que, muitas vezes, não têm seus direitos respeitados e pelo tratamento dado às suas contribuições que não receberam adequada destinação pelo erário público.

A política econômica adotada pelo Brasil, no que se refere à política previdenciária, foi orientada pela lógica da acumulação, com passagem para a esfera da equidade retornando para o sistema de acumulação, esses períodos ficam caracterizados pelas políticas previdenciárias adotadas em cada governo.

Após 1930, a política econômica social estatal voltou sua atenção para a área previdenciária convencional. No governo de Getúlio Vargas, identificamos efetivos progressos na legislação social, com uma política de inclusão controlada dos trabalhadores, em um período de avanço de lutas populares, cooptação de lideranças e/ou regulação de ações. Portanto, a Previdência foi utilizada como instrumento visando a cooptação e controle, expressos pelas concessões de privilégios a determinadas categorias ocupacionais dependendo da organização, importância econômica e poder de pressão.

Assim ao abordar a política econômica social, pós 1930, identificada como um período no qual a aquiescência, caracterizada por uma relação entre poder estatal e trabalhadores, desemboca na extensão regulada da cidadania assim definida nos estudo de SANTOS (1994, p.68):

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal [...] A cidadania está embutida na profissão e nos direitos do cidadão, restringindo-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. (SANTOS, 1994, p. 68).

Desta maneira, o reconhecimento da cidadania era alcançado pelos trabalhadores por intermédio da cidadania regulada, definida por um processo seletivo desses segmentos populacionais com estruturas verticalmente controladas. Portanto, pelo mercado de trabalho, com ocupações reconhecidas por lei, através da carteira profissional, se estabelece o comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada. Esta análise é enriquecida pela contribuição de Sousa Santos (1994) quando traz a cidadania como parte integrante de uma *constelação sociopolítica* compreendida pela emancipação (princípio organizador de manifestações sociais) e pela subjetividade, que devem estar em equilíbrio para

evitar o excesso de regulação. Conforme estabelece Harvey (1993, p. 117): “[...] o mecanismo regulador dessa tensão é o princípio da cidadania que por um lado limita os poderes do Estado e por outro universaliza e igualiza as particularidades dos sujeitos de modo a facilitar o controle social das atividades e conseqüentemente a regulação social”.

Outro período com efetiva extensão legislativa é identificado na época do governo militar, quando foi ampliada consideravelmente a cobertura previdenciária a novas categorias profissionais, como também ocorre a expansão de políticas sociais. Santos (1994) caracteriza esse período como um recesso da cidadania política, o não reconhecimento do direito da sociedade em dirigir seus próprios destinos, concretizado na ação estatal altamente burocrática sem controle público.

A Constituição Federal de 1988 estabelece como objetivos fundamentais do Estado construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem comum. Em seu artigo 14 desvincula o direito à cidadania de uma profissão reconhecida por lei. Portanto, a partir dessa norma constitucional, o direito à cidadania passou a vincular-se a um código de valores éticos e políticos.

Com a reforma da Previdência Social introduzida pela emenda constitucional nº 20/98 e cristalizada pela emenda constitucional nº 41/2003 mudanças estruturais são impostas no Sistema Previdenciário. Um dos principais objetivos do programa neoliberal no Brasil vem sendo o de alterar a Constituição de 1988, expurgando os direitos sociais já conquistados. Este programa, entre suas medidas, propõe a reestruturação radical dos sistemas previdenciários, tornando-os um campo de atuação do mercado, sobretudo por meio da atuação dos chamados fundos de pensão. A efetivação do direito à cidadania via Previdência Social, só é possibilitada aos trabalhadores que detêm capacidade de desfrutar do trabalho e conseqüente capacidade financeira. A ordem da cidadania reguladora condiciona também um sistema de desigualdades sociais, decorrente da política previdenciária estatal.

A Previdência Social no Brasil foi ordenada pela expansão dos direitos sociais marcada por concessões a determinados segmentos ocupacionais, incluindo progressivamente a categoria de trabalhadores, o que contribuiu para a caracterização da idéia de privilégio.

O mecanismo adotado pela Previdência permitia que os trabalhadores excluídos, a maioria, estabelecessem uma relação de resistência, considerando os incluídos como privilegiados. Esse paradigma foi publicizado em fala pelo próprio presidente Lula¹⁶, veiculado nos meios de comunicação: “Se um cortador de cana tem que trabalhar até 60 anos, por que um professor universitário pode se aposentar aos 48 anos? Por que alguém pode se aposentar ganhando 17 mil por mês, enquanto tem 40 milhões de pessoas que não conseguem um emprego?” Aliadas também, a outras discussões, como o roubo astronômico nas contas da Previdência do setor público, temáticas que elevaram o ritmo e o clima dos debates que ocorreram entre servidores públicos, intelectuais, professores universitários, juízes, militares, envolvendo toda a sociedade, configuram o panorama da última reforma previdenciária.

Os direitos sociais no Brasil não foram universalizados como consequência da cidadania, não foram exercidos coletivamente e, como decorrência, não se reconhece que a sua existência, possa se estender para todos. Diante de um sistema extremamente complexo como é o sistema previdenciário brasileiro, dependente de uma estrutura demográfica com progressivo envelhecimento da população, com aumento da informalidade e precarização do trabalho, um sistema que depende das contribuições regulares advindas do emprego regular, avoluma-se, portanto, o grau de complexidade quanto à sustentabilidade orçamentária e gerencial.

A Previdência brasileira ocupa expressivo papel social; transformou-se na maior estrutura redistribuidora de renda do sistema público da América Latina, e em um dos grandes e potenciais sistemas financeiros do Terceiro Mundo, na iniciativa privada. O arcabouço previdenciário brasileiro subdivide-se em dois grandes segmentos: a Previdência Social, de caráter público, e a Previdência Complementar, de caráter privado. O setor público abrange o Regime Geral atendido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), voltado para os trabalhadores da iniciativa privada e o conjunto dos diversos Regimes Próprios, criados no âmbito da União, estados e municípios, para assistirem aos servidores públicos civis e militares.

Assistimos ao novo alarde de especialistas no decorrer de 2005, anunciando a necessidade de alterações nas regras de aposentadoria dos

¹⁶ Discursos utilizando a mídia para abordar a necessidade da reforma previdenciária. 2003.

trabalhadores da iniciativa privada. A sociedade em que vivemos é caracterizada pela tensão, num constante processo de ajustamento e modernização, com sintomas de agravo das desigualdades e dos níveis de exclusão. É preciso uma política capaz de erigir uma Previdência Social que tenha sustentabilidade, que se articule com o crescimento econômico do país, que valorize o trabalho e o trabalhador brasileiro.

3.3 Significados da Aposentadoria e do Envelhecimento: liberdade, autonomia *versus* incertezas, insegurança e medo?

3.3.1 A aposentadoria e seus caminhos

A vida em sociedade engloba um conjunto de relações que, articuladas de forma dinâmica, desenham um caminho na vida de homens e mulheres.

Numa dimensão fundamental, que são as relações de trabalho, privilegiamos a trajetória laboral de trabalhadores/as entendendo que abrange as relações básicas e complexas que dão conta de suas histórias, e que foram expressas por meio de seus relatos orais. Com a reconstrução da história da vida do entrevistado/a, recompondo sua unidade singular dentro de um universo do que é comum a todas as histórias laborais, configuramos a amostra desta pesquisa.

É no entrelaçar da dimensão pessoal e subjetiva do entrevistado/a, com a estrutura social da qual faz parte, que privilegiamos a trilha de um processo iniciado com a entrada no mercado de trabalho, com toda sua trajetória delineada por marcas, experiências e superações. Com ênfase no desligamento das relações do trabalho pela aposentadoria e na interface, a questão do envelhecimento, conforme metodologia já exposta, pudemos extrair indicativos para análise do significado da aposentadoria para esses trabalhadores/as.

Identificamos, assim, na codificação seletiva, dois grupos de falas que ordenam os indicadores e que dão conta da vivência dos nossos interlocutores no que se refere às situações concretas vivenciadas por eles, no processo de se

desligarem do mercado de trabalho com a aposentadoria. Assim, a primeira divisão que estabelecemos foi dos depoimentos que expressavam a relação da aposentadoria como um espaço de autonomia, de independência numa condição de ser livre, de ter possibilidade de fazer o que gosta de ter prazer com a vida e de ser independente. A segunda divisão aponta-nos para um espaço de incertezas, insegurança e medo dos entrevistados/as, por viverem condição de não terem mais um lugar na sociedade, de serem estigmatizados como inativos, de sofrerem com as perdas financeiras e sociais, entre outras.

Em suas histórias, muitas trajetórias constaram de semelhanças; outras contaram com suas diferenças na forma de trilhar esse percurso da vida. Mas, no seu desenho, todas caminharam em busca de formas de sobrevivência e de identidade pessoal, estabelecendo uma intrínseca correlação com outras dimensões de suas vidas.

O modelo de organização social que predomina no mundo ocidental, adotado pelas relações capitalistas, outorga aos trabalhadores/as alguns direitos e deveres nas suas relações de trabalho e, conseqüentemente, depois, quando ocorre o seu desligamento pela aposentadoria. Foi, nessa trilha, que os entrevistados/as trouxeram suas histórias, permeadas por lutas, por conquistas, por esforços, a fim de conquistarem a sua sobrevivência e superarem obstáculos enfrentados na vida laboral. O fio condutor da entrevista nos levava muitas vezes a pontos comuns. O sentido da inutilidade, da ociosidade, do envelhecimento, da instabilidade, do medo de ser descartado, estavam presentes nas suas falas. Havia também a necessidade de retirar-se das atividades, ora admitida, ora negada, afirmando a valoração da experiência interna, que projetaram no decorrer da sua existência. De um outro lado, as falas expressar a expectativa de querer fazer, de ter prazer no prolongamento da sua jornada.

A aposentadoria se constitui em um dos acontecimentos que mais marcam a vida de homens e mulheres. No modelo de organização social predominante, a aposentadoria é um símbolo do rompimento do vínculo formal do trabalho, criando uma nova etapa no ciclo de vida das pessoas. Como o trabalho ocupa um espaço fundamental na vida dos seres humanos, funcionando como organizador das suas relações, o desligamento da atividade profissional acarreta uma ruptura social. Ao pensar, portanto, na sua relação com essa etapa da vida, de estarem desligados da atividade do trabalho, os interlocutores reconhecem a

aposentadoria como um espaço de possibilidade de ser independente, de ter liberdade, de estar disponível, de ser respeitado, ou seja, a conquista da autonomia, como podemos observar nas falas a seguir:

Hoje eu não tenho horário para chegar em casa, eu já estou aposentada, a minha vida financeira já está assegurada, tenho onde morar, então eu não tenho mais horário para voltar, eu não quero dar satisfação, eu tenho a chave da casa, eu chego à hora que eu quero, só ligo para minha filha “a mamãe não vai chegar tal hora”, então tenho uma vida muito prazerosa, uma nova vida, mas eu tive um longo trabalho para fazer isso (E2).

O depoimento a seguir revela que continua a necessidade de assegurar a sua auto imagem como empregado eficiente e do reconhecimento dos trabalhos prestados.

Acho que sou respeitado e sou visto como referência pelos trabalhos prestados. Quando encontro os companheiros que eram vigilantes na empresa que eu trabalhava e eu os cumprimento, escuto depois falarem, ah ele está aposentado, teve uma ficha funcional intocável (E3).

A aposentadoria representa a possibilidade de desvincular-se da atividade contratual do trabalho, acessando, por meio de seus direitos previdenciários, a ter uma liberdade de horários e de compromissos decorrentes dessa conquista profissional e pessoal. Nos depoimentos a seguir, as falas expressam essa nova condição:

Eu não penso como uma ociosa ou não tão jovem, que não está mais contribuindo, porque eu já trabalhei tanto, já contribuí tanto não tenho mais essas necessidades, hoje me sinto melhor em poder usufruir, sem muito planejamento. As possibilidades trazidas pela aposentadoria... Sem dúvida, penso que é estar estou mais disponível para tudo, descobri o prazer em fazer outras atividades (E5).

De forma recorrente, essa fala nos traz a dimensão de liberdade.

As facilidades que encontrei como aposentada, minha liberdade isso pra mim é o maior tesouro que eu conquistei, não ser controlada, você ser dona de você mesma e fazer o que você sentir vontade (E7).

Para os autores Zanelli e Silva (1996, p.28), o rompimento das relações de trabalho acarreta impacto na vida do trabalhador/a, variando de pessoa, dependendo do contexto global de sua vida. Os autores argumentam ainda que a aposentadoria envolve mais que um término de carreira, implica na interrupção das atividades praticadas durante muitos anos, o rompimento dos vínculos e a mudança

de hábitos, tendo como decorrência mudanças significativas no mundo pessoal e social. A fala a seguir corrobora com essa direção de análise:

Acabei ficando muitas noites sem dormir, emagreci bastante, ao mesmo tempo subiu a minha pressão, acordava todas as manhãs e pensava o que fazer hoje (E10).

Um outro aspecto relevante que é trazido neste depoimento e que expressa o que a lógica de uma empresa capitalista faz com seus trabalhadores: a necessidade da venda de sua força de trabalho que permanece no âmago da pessoa, permeando suas relações mesmo depois de estar na condição de aposentado/a. A entrevistada ressalta a necessidade de produzir alguma atividade para que possa se sentir incluída no sistema econômico.

Quando eu vim para cá, eu vim morar na beira da praia, e passei muitas tarde só, não interessava quando fazia faxina na casa ou não fazia, ia lá na rua, ah eu ia para a beira do mar, ia para voltar em meia hora ficava duas, três, quatro horas, achei que era muito inútil fazer isso, “olha, mas ela fazia horrores e agora está na beira da praia”, aí comecei a juntar conchinha, levar para a casa e lavava, comecei a colecionar e comecei a vender, já dava até um aluguel quase, meu trabalho inicial foi na beira do mar (E1).

Mas o trabalho também é trazido como fonte de socialização, de possibilidade de inclusão social, como decorrência da valorização individual e social que é expressa no depoimento a seguir como componente desse universo:

Parece, no meu caso que tu é gente enquanto trabalha, e de repente tu não és mais nada (E9).

Outro aspecto de grande relevância a ser considerado são as transformações que se operam nas relações de trabalho, produzindo impacto na vida dos trabalhadores/as, como as novas tecnologias, a necessidade do mercado contar com as pessoas jovens, que parece ser capaz de substituir a força de trabalho humano dos mais envelhecidos.

Eu tinha uma boa colocação na empresa, nunca tive problema com colegas embora sempre trabalhasse com a diretoria, ou gerência sempre tive relacionamento muito bom com todos os empregados. Eu sempre fui muito faceira porque era só eu de mulher no escritório, passa, mexia um ano e continuava só eu de mulher da minha divisão. E no último ano foi colocado uma pessoa bem mais jovem para atender os diretores, e eu fiquei com a responsabilidade de fazer o trabalho interno. Eu passei a não ter mais o relacionamento de antes, via os colegas que não são colegas são amigos, e esses mais achegados, sentia muita falta do contato com o público (E1).

Apesar de estarem aposentados, o trabalho como fonte vital, continua a permear as discussões das suas relações sociais. Para alguns entrevistados, o trabalho foi buscado como manutenção no meio social, tendo em vista que a sua inserção propicia reconhecimento, espaço para demonstrar vitalidade, experiência e capacidade de romper com essa situação, conforme o depoimento a seguir:

Porque por mim acho que eu estaria lá, mas chegou o momento que eu tive que sair, mas com dor no coração. Pensei que tinha me preparado para quando isso ocorresse, que eu estava tranqüila. O sentimento de deixar aquela coisa boa e prazerosa, o meu trabalho foi uma coisa prazerosa, então me doeu, eu fiquei com dois corações, mas eu não me sinto aposentada (risos) (E2).

Os relatos das experiências vividas no processo da aposentadoria permitem identificar um espaço de contradição, pois, de um lado, manifesta, em suas falas o gosto pela liberdade pela independência, de outro, o conteúdo expressa também um espaço de incertezas, de insegurança e de medo.

*Eu não dormia, insônia eu já tinha, eu já estava em pânico, pânico de ficar dentro daquela casa, tinha tudo, não faltava nada, olhava para um lado uma montanha linda, do outro lado o mar, e o vazio pegando. Não adianta ter piscina bonita, e não sei o quê, tava me faltando alguma coisa (E2).
Nunca imaginei parar de trabalhar, pois isso seria a morte para mim. Não posso ficar sem trabalhar, vou trabalhar até morrer (E8).*

Como vários outros conceitos presentes nos estudos de Beauvoir (1970) que continuam a permear nossas discussões, temos a aposentadoria que é definida pela pensadora como uma opção que introduz na vida de homens e mulheres uma descontinuidade radical. De um lado uma ruptura com o passado, de outro um novo estatuto que lhes traz certas vantagens – descanso, lazer – mas também graves desvantagens – empobrecimento, desqualificação. Desta forma, o ato de aposentar-se representa a desvinculação do trabalho, implicando a idéia de tempo livre, de todo o tempo do mundo, de fazer o que quiser, do ócio, mas, em suas falas, os entrevistados associam o direito ao tempo livre ao sentido da inutilidade:

Eu achava que estava praticamente bem preparado pra ficar mais ocioso, por que é diferente, tem gente que diz: é quando eu me aposentar eu vou pra beira do rio pra pescar, isso é muito fácil a gente falar por que a cada ano que passa a gente fica 30 dias em casa, que seriam as férias, mas só que a gente que não se lembra quando se aposentar não é 30 dias que fica em casa ele vai ficar até a morte, e vai acabar com os peixes do rio e ele não. Então é, eu achei que não era por aí, que tinha que ir a busca de outras coisas pra não ficar ocioso tinha que buscar ser útil (E4).

Esta ambigüidade se reflete nas narrativas dos entrevistados quando expressam a idéia da aposentadoria como umas férias muito prolongadas, ou como uma condição de pessoas ociosas. A falta de uma identidade valorizada e aceita pela sociedade, a relação com a inatividade, a condição de estar excluído das relações de produção dão conta das experiências vividas pelos entrevistados/as.

No fundo, no fundo, ninguém está preparada e quando tu recebes a bendita cartinha do INSS te comunicando que tu ta aposentada sabe, te dá um mal-estar, mesmo que seja uma coisa que tu pediu. Eu pedi minha aposentadoria, mas no momento que cheguei em casa e estava lá aquela carta no apartamento, quando eu abri, eu fiquei tão mal.

No fundo era o que eu queria e ao mesmo tempo eu estava decepcionada comigo por que eu estava me aposentando e eu não sabia mais quem era eu (E5).

Como a aposentadoria nos remete à noção de recolhimento, contemplada enquanto vocábulo da língua portuguesa, a categoria dos/das trabalhadores/as quando atingem essa etapa, é denominada nos seus registros formais como inativo, conforme depoimento a seguir:

O termo aposentado, aposentadoria, te dá a sensação que tu não tem mais condições de continuar trabalhando ou fazer alguma outra tarefa ou atividade. E aí aquilo te derruba! Te põe pra baixo essa palavra! O termo aposentadoria é um termo que desmonta a pessoa, que põe pra baixo, diz assim, teu tempo terminou aqui ta, chega... pára ... Vai pra casa, põe teu chinelinho e vai fazer teu tricozinho, vai para tuas funções... (E6).

Quando vou preencher algum formulário e vejo a pergunta tento fugir ou deixo o espaço em branco, quando olho o meu contra cheque do recebimento de salário e leio que a minha condição que é de inativo, é muito triste. Acho que não faço mais parte do mundo (E10).

As concepções de trabalho produtivo, presentes na lógica das relações capitalistas que é pautada pelo valor gerado, criam um estigma da aposentadoria como ponto final da capacidade produtiva das pessoas. Como a sociedade capitalista valoriza aquele que se encontra no mercado produtivo em detrimento daquele que já contribuiu, este passa a ser considerado como peso social, prescrevendo-se para a sociedade o que deve ser pensado sobre o aposentado/a e a aposentadoria. Como confirmam os depoimentos seguintes:

Quer dizer, eu não gosto de dizer que eu estou aposentada eu não gosto, eu detesto dizer que estou aposentada porque você dizer que está aposentada, você está assinando que está velho né, (risos) então eu sinto um peso, uma grande dificuldade de dizer que eu sou uma aposentada (E7).

Quando vamos dizer assim, quando o ordenado, quando o salário é convincente é uma coisa dá para viver, pro lazer, pra gozar a vida, pra aquilo que se deixou, lá atrás, aquilo que ele fez lá atrás, agora quando não tem outra maneira, o jeito é continuar na batalha, trabalhar (E9).

Como consequência da aposentadoria, os entrevistados/as apontaram em suas falas as dificuldades dessa condição. Entendemos que, nesses depoimentos, estão contidas medidas para o seu enfrentamento: manter novos vínculos e relacionamentos, manter atividades em que se sintam úteis, organizar-se por meio de associações, construir redes de sustentação e mecanismos de defesa dos seus direitos.

Uma dificuldade da aposentadoria é não procurar um mundo novo. Pra quem não reconhece isso, mas jamais fique em casa, a vizinhança que se aposenta, eu sempre falo, estabeleça novas amizades e outros vínculos. Eu encontro conhecidas minha que não encontram esse caminho, estão deprimidas, envelhecidas (E2).

Nessa outra fala fica reiterada a necessidade de empreender esforços no sentido de buscar coletivamente os seus direitos previdenciários, sendo que muitos dos aposentados/as não conseguem integrar um grupo que seja propulsor de suas demandas.

Acho que o mercado de trabalho não permite novas ocupações pra quem se aposenta e o salário tende a se desvalorizar por isso os aposentados devem se unir para combater o que vão perdendo (E6).

A necessidade de novas ocupações, de encontrar novos elos que dêem significados a suas vidas, pois a aposentadoria ainda guarda o resquício da idéia de ser improdutivo, que se construiu ao longo do desenvolvimento histórico da aposentadoria.

Eu estava me sentindo sozinha, isolada, gostava de estar aposentada, mas ao mesmo tempo sentia falta de conversar com os amigos por isso entrei como voluntária em uma instituição (E7).

A aposentadoria, como compensação financeira adequada:

A única coisa que eu acho que a aposentadoria deveria ser uma coisa maior, para pessoa poder ter aquele lazer, ter uma remuneração que fosse condizente com a necessidade (E9).

Esses elementos compõem a tônica das narrativas trazidas pelos entrevistados/das os quais conclamam os demais aposentados/as com vínculo em associações e organizações a lutarem na busca de seus direitos e da sua dignidade.

A aposentadoria é uma etapa da vida como outras, que precisa ser construída. Não se tem a ilusão, como profissionais da área social de que um sistema de seguridade social elimine as desigualdades sociais inerentes à repartição de rendimentos nas sociedades capitalistas, mas que possa atuar como um efetivo instrumento de redistribuição de renda, de estabilidade, de agregações sociais, ao operacionalizar os direitos coletivos da aposentadoria. Homens e mulheres entrevistados, que vivenciaram essa trajetória da vida, desenham um universo de eventos e significados dimensionando o que significa aposentar-se. A análise desses conteúdos pode nortear a intervenção dos profissionais de Serviço Social, nos processos de trabalho com grupos comunitários e organizações, instrumentalizando-os para assumirem um maior controle de suas vidas e adquirirem maior poder de decisão.

Assim, no próximo item, trataremos da relação da aposentadoria para homens e mulheres com o processo de envelhecimento social.

3.3.2 A aposentadoria e o viver mais

A inatividade profissional impõe profundas modificações em relação a um compromisso e rotina de vida que foram alicerçados ao longo da trajetória laboral. Essas mudanças no estilo e forma de vida exigem um grande esforço de adaptação, mais ainda quando associadas a uma etapa da vida em que outras perdas também se processam. Acreditamos que o capitalismo com sua forma de expropriação da força de trabalho do trabalhador/a traz repercussões na percepção da aposentadoria e no processo de envelhecimento. Observamos, pelas narrativas, que as falas expressam sublinearmente três dimensões do processo aposentadoria *versus* envelhecimento, a primeira refere-se a estar envelhecido, ou seja, o desligar-se do mercado de trabalho por não dar conta das suas exigências; a segunda diz respeito

a sentir-se envelhecido implicando a percepção de alterações no próprio corpo, que levam o desenvolvimento de ações no sentido de manter uma atividade física e agilidade mental. E a terceira implica em não querer envelhecer, e a recusa em ver o envelhecimento como uma realidade inerente ao processo da vida. Nas duas últimas dimensões ocorre uma correlação com a questão da saúde física e mental.

Nessa perspectiva, buscamos recortar nas trajetórias apresentadas, trechos que desnudem a temática:

Acho que a velhice não tem apenas o aspecto fisiológico, tem a questão da idade mental, está na cabeça da pessoa ficar velho ou não, agora o que é determinante é com o que ela está envolvida, seu trabalho, sua atividade, enfim, o que faz parte do seu mundo. Quando existe ocupação, produção, quando existe sentimento de utilidade tudo caminha bem (E2).

Ficar parado isso dá um sentimento ruim. Eu me sinto um peixe fora da água, por isso procuro não ficar ocioso, pois a ociosidade leva a gente a envelhecer (E10).

Quando chega esse tempo é preciso desacelerar, já não tenho tanta energia não quero me expor muito para não ficar sem (E5).

O envelhecimento e as relações com o mercado também são foco das narrativas, como o trecho a seguir em que o entrevistado universaliza uma condição presente na vida do trabalhador/a, a qual diz respeito à relação entre a exclusão do mercado de trabalho e o envelhecimento, que coexistem na nossa sociedade de relações capitalistas.

Não acho que exista oportunidade para o aposentado trabalhar novamente, ele fica sem opção, nem para quem tem 40 anos não aceitam mais, tudo é renovado. Os empresários não olham para as pessoas que têm bastante experiência, por exemplo, para trabalhar no controle de estoque não deixam uma pessoa vivida, que tem experiência, responsabilidade, pra botar uma pessoa que tem 20 e poucos anos. É a juventude que eles querem (E3).

Nessa mesma linha de argumentação, a fala desse entrevistado mostra a consciência das dificuldades que o trabalhador/a envelhecido enfrenta para manter-se ou inserir-se no mercado de trabalho, ao destacar que nem mesmo a transformação educacional pode garantir a manutenção no mercado de trabalho.

Não se consegue envelhecer no mercado de trabalho, o sistema no qual estamos submetidos não garante lugar para todos (E10).

Mesmo quando a aposentadoria ocorre de forma precoce, depois dos 40 anos de idade, o trabalhador/a é considerado velho para continuar a exercer atividades no mercado de trabalho. Em sua discussão sobre a questão do envelhecimento, Veras (1994) afirma que “[...] em relação aos postos de trabalho para os idosos, existem barreiras adicionais, pois eles são tidos como de baixa produtividade, baixa versatilidade e baixa plasticidade em vista de um mundo tecnológico cada vez mais sofisticado”. (VERAS, 1994, p. 201). Não ter acesso ao mercado de trabalho representa medo, angústia, insegurança, pois os entrevistados/as relacionam essa falta de oportunidade de trabalhar com o sentimento de rejeição, incapacidade e improdutividade.

Em suas falas, os entrevistados/as expressam que necessitam ter preservada sua auto-imagem como pessoas capazes de continuar contribuindo profissionalmente:

Eu tenho saúde e não quero pensar que um dia vou envelhecer, nem aceito que me chamem de velho, faço minhas caminhadas, quando trabalho e não quero pensar que isso deve acontecer na minha vida (E3).

A correlação do processo de envelhecimento com a necessidade de manter os cuidados com a saúde física e mental são preocupações dos/as entrevistados/as, tendo em vista a carência da política de saúde no país, conforme depoimento a seguir :

Não tem como admitir o processo de envelhecimento, ele é implacável. Sim vamos todos envelhecendo, um carro quando é zero ele tem 10 anos, ele precisa de manutenção e a velhice a mesma coisa, se a gente tem que ter certos cuidados com a saúde né, e a nossa saúde hoje está precária, a nossa saúde hoje está doente, a nossa saúde está na UTI, infelizmente o que a gente sonhou para o Brasil está ficando cada vez mais longe (E4).

Os depoimentos seguintes explicitam que os entrevistados não estabelecem relação entre aposentadoria e envelhecimento e exprimem um sentimento de medo com relação a adoecerem. É possível observar que não entendem o envelhecimento como uma totalidade que inclui as dimensões: biológica, psíquica, cultural e existencial, mas numa visão fragmentada tendo a dimensão biológica como referência. Podemos destacar que esses conteúdos podem estar vinculados à forma hegemônica de mostrar a velhice como um tempo de perdas e decadência, portanto revestido de conotações negativas. No entanto em alguns depoimentos desvelamos a possibilidade de que o envelhecimento não é só

revestido de situações de declínio físico e mental, mas também de ascensões individuais e coletivas, aquisições que se processam de forma simultânea:

Eu não tenho preocupação com o envelhecimento nem associa a ele estar aposentada, tenho minha cabeça ocupada sei que somente meu corpo vai envelhecer, eu só tenho medo de ficar doente (E1).

Eu acho que com 59 anos de idade tenho muito que fazer na vida. Acho a velhice um cansaço, uma saturação. Acho que não se deveria ter idade (E9).

Se a gente tem uma mente aberta, livre e sadia sabe que o que envelhece é o corpo. A nossa mente jamais envelhece, então não tenho a aposentadoria aliada ao envelhecimento, mas a nossa cultura marca a nossa vida com essa tarja (E6).

Nos depoimentos apresentados, no que diz respeito ao próprio sujeito, os entrevistados/as não relacionaram a aposentadoria com o processo de envelhecimento, mas se evidencia uma necessidade de ocupação como fonte de vida para os seres humanos, o que irá conferir-lhes uma melhor qualidade de vida.

A respeito de compreender o envelhecimento, afirma Beauvoir (1970, p.5) que não é possível adotar um ponto de vista nominalista nem conceitualista. "A velhice é aquilo que acontece às pessoas que se tornam velhas: é impossível encerrar essa pluralidade de experiências num conceito ou numa noção". A autora assinala ainda, a referência que cada sociedade estabelece seus próprios valores, sendo que é no contexto social que o envelhecimento adquire seu sentido. Velhice é, portanto, entendida com uma totalidade interativa, incluindo a dimensão biológica, psíquica, cultural, existencial e fisiológica. Constitui-se em um movimento dialético que partindo do processo individual de envelhecer, coexiste com a esfera coletiva da vida, da qual sofre influência e estabelece conexões, implica em um processo de constantes mudanças.

O envelhecimento e a sua relação com a aposentadoria constituem uma experiência contemporânea, configurada por um contexto de imagens e de espaços, perdas e conquistas que devem manter uma relação estreita com a busca de novos elos, como forma de permitir estabelecer novos projetos de vida apontando para um futuro aberto. Dentre esses aspectos apontados, merece destaque o que se refere à relação com a Previdência Social, que será abordado no item a seguir.

3.3.3 A aposentadoria – quão seguro está o aposentado

As transformações desencadeadas pelas políticas neoliberais expressas na discussão discutida no item dois desse capítulo, acerca da Seguridade Social e do conseqüente modelo brasileiro adotado, possibilita-nos fazer inferências e analisar, nos conteúdos manifestos nas falas dos/as entrevistados/as quando expressam uma busca formal de direitos, relações financeiras mais igualitárias e exercício da cidadania, por estarem vivendo na condição de aposentado/a

A condição financeira dos aposentados/as sofreu alterações a partir da década de 1970, quando, segundo Haddad (1993, p. 35), ocorreu a primeira grande alteração na concessão dos benefícios previdenciários. A lei nº 6205 de 29 de abril de 1975 definiu que os benefícios dos aposentados/as e pensionistas teriam como fator de correção o sistema especial de atualização monetária, desvinculando-os do salário mínimo.

A situação financeira dos aposentados/as da Previdência Social tem se agravado nos últimos anos, conforme revela o depoimento de uma entrevistada, que tem atuação como diretora da ASAPREV:

Minha bandeira é essa, mesmo que ano que vem eu não seja eleita pra nada, eu vou ficar nessa associação para ajudar pessoas a buscar os seus direitos previdenciários, porque o governo nos abandonou. O aposentado tem direito de saber que o que ele recebe não é o correto. O objetivo da associação é conscientizar seus associados acerca dos seus direitos e criar instrumentos para reconquistar os seus ganhos reais. E o governo não te dá, tu tem que correr atrás e entrar com uma ação na justiça (E2).

Com ações organizadas, a Associação de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social mantém o movimento em nível estadual e federal, dando visibilidade e atuando numa movimentação cotidiana de resistência e de garantia de direitos. Segundo Britto da Motta (1999 p. 217) “As associações de aposentados/as constituem-se em respostas políticas, por vezes vigorosas, aos prejuízos impostos pelo Estado (um Estado que cada vez mais se desvencilha de obrigações sociais) aos ‘inativos’”.

O reconhecimento da entidade é sentido a partir do empenho e demonstração de força no desenrolar de ações judiciais necessárias, impetradas por profissionais que atuam em favor do trabalhador/a:

Está hoje muito ruim é o que a gente ganha da aposentadoria, trabalha-se por 30 e poucos anos e o que a gente pagou e não é somado (E3).

Quando eu me aposentei eu ganhava nove, nove salários mínimos e meio, hoje eu ganho seis, seis e meio, isso tudo foi justamente por que o governo federal desvinculou a aposentadoria do salário mínimo, por que antigamente a Senhora se aposentava com 10 salários mínimos ia morrer com dez salários mínimos, então hoje a senhora se aposenta com dez salários mínimos e dentro de três, quatro, ou cinco anos está ganhando a metade (E4).

As duas últimas reformas da Previdência Social, conectadas com a política neoliberal, que tem como estratégia a redução do sistema público, o afastamento do Estado e o fortalecimento do mercado, impulsionaram o setor previdenciário privado e agravaram a insegurança e o medo do trabalhador/a quanto à ineficácia das políticas de Seguridade Social, o que é corroborado com a fala de um dos sujeitos da pesquisa:

Resolvi entrar com pedido de aposentadoria, foi em função das modificações na legislação do INSS impostas pelo Governo Federal, por este governo que visava apenas privatizar as empresas (E4).

O cenário que se apresenta ao trabalhador/a é imputado pela insegurança gerada pelas mudanças no sistema previdenciário que tem como objetivo o corte dos direitos sociais. As medidas adotadas pela política econômica dos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, solidificou-se a corrosão do sistema previdenciário, repercutindo na concessão e benefício das aposentadorias e com conseqüência nos seus cálculos e reajustes.

A idéia transmitida de forma uníssona nos depoimentos é de indignação pelas medidas governamentais que lesam os aposentados/as, como mostram as falas a seguir.

Eu tinha medo de correr o risco de perder meus direitos, de perder aquilo que o trabalho me garantia, pois a legislação já não se sustenta, é mudada a todo o momento (E4).

As leis que protegem os trabalhadores estão por se esgotar estamos sendo lesados (E8).

O governo nunca valorizou quem deu o seu suor para a construção da riqueza desse país, ainda hoje persegue com o achatamento o seu direito na aposentadoria (E10).

A possibilidade de criar um movimento cotidiano de uma categoria como estratégia de preservação e de conquistas de determinados benefícios e privilégios é contida na fala seguinte, como estratégia de política de um segmento profissional:

Fui liberado da firma para trabalhar no sindicato dos vigilantes. Foi o começo da nossa batalha para ter um salário melhor para defender nosso direito Luto pela corporação, trabalhei e continuo a trabalhar por ela. (E3).

Essa narrativa nos chama a atenção sobre a noção de cidadania regulada, presente nas discussões de Santos (1994) com a concepção de cidadania embutida num sistema de estratificação ocupacional reconhecendo e limitando os direitos dos trabalhadores/as aos direitos da sua profissão, efetivados ao longo da história da política previdenciária brasileira. Tendo essa premissa como base, cada categoria de trabalhadores seguia buscando resolver suas demandas apoiadas no desempenho, organização, barganhas e pressões do segmento. Ao mesmo tempo em que ocorria uma intervenção do Estado com medidas segmentadas que geraram no Sistema Previdenciário Brasileiro, ora com um padrão corporativista, ora clientelista.

Somente com disposições da Constituição Federal de 1988, com seus avanços sociais, é que foram introduzidas medidas de caráter universalizante e que passaram a ser regulamentadas, estabelecendo entre outras coisas, um valor mínimo para todos os benefícios previdenciários (de um salário mínimo) Mas com a propalada crise da Previdência Social, divulgada pela mídia e pelos órgãos governamentais, as reformas previdenciárias possibilitaram um enxugamento das políticas públicas, introduzindo o desmonte da política previdenciária, uma depressão no sistema, gerando desvalorização do valor do benefício previdenciário e fragilidade na concessão dos direitos trabalhistas.

Com os depoimentos trazidos, fica expresso que as conseqüências do modelo neoliberal adotado pelos países capitalistas repercutem e comprometem a dimensão econômica, com a perda e diminuição dos direitos trabalhistas e sociais. As reformas previdenciárias, com discursos articulados centrados nos aspectos demográficos e econômicos, desconsideraram a dimensão política, moral dessa conquista, levando esse segmento da população a uma condição excludente, como se constata no depoimento a seguir:

Aposentado quer dizer que a pessoa cedeu o lugar que ele trabalhava pra outro, que no momento também precisava e o mercado não dá conta de todo mundo. E como eu estou vivendo trabalho porque, pra não ficar em casa, meio triste pensando em coisa ruim, então trabalho para me distrair, para aumentar a renda que cada dia fica menor para o aposentado brasileiro (E3).

Nesse universo que buscamos recompor com os entrevistados/as encontramos um quadro com reivindicações explícitas de caráter redistributivo, por uma aposentadoria que não mais acompanha financeiramente o desenrolar da vida quanto a questões financeiras e reconhecimento social enquanto pessoa capaz de produzir. Outra faceta que ganha espaço e força fica expressa pelos aposentados/as enquanto participantes da sua organização, espelhando uma identidade política da sua relação com a aposentadoria desvinculada das segmentações profissionais. No item a seguir, trataremos a aposentadoria como uma experiência construída de forma coletiva, mas que expressa características diferentes para homens e mulheres.

3.3.4 Aposentadoria: uma experiência coletiva, diferente para homens e mulheres

Parece fundamental abrir espaços para articular como as identidades no mundo do trabalho e, conseqüentemente na aposentadoria são construídas por homens e mulheres. A aposentadoria guarda uma conexão com o mundo do trabalho e, dessa forma, introduzir a discussão da aposentadoria, buscando seus significados, requer não só sua contextualização no modo de produção capitalista, como também os reflexos dos investimentos dos trabalhadores/as enquanto dimensão pessoal e profissional, trazendo um entrelaçamento da vida com a estrutura social.

Tomemos novamente o referencial de Debert (1994) quando afirma que as diferenças são elementos que nos levam à compreensão das razões que impulsionam as ações de homens e mulheres. Enquanto que as mulheres apresentam narrativas que canalizam ações na busca de mudanças culturais,

homens se organizam em torno das suas lutas, principalmente na busca de novas formas de sobrevivência.

O recorte de gênero aponta-nos, pelos depoimento, que os homens, após a aposentadoria apresentam um maior isolamento, enquanto as mulheres demonstram a facilidade de ampliar seus espaços de participação em seu cotidiano, sobretudo por argumentarem que, nessa etapa de vida, dispõem de um maior tempo livre. Conforme depoimento de uma entrevista:

A sensação de ter “cumprido a tarefa” e poder agora “relaxar”, trouxe muita paz interior. Senti que era hora de fazer tudo aquilo que não tive tempo de fazer antes: ler, tudo o que eu sempre quis ler e escrever... Não ter horário, dedicar-me inteira ao que estou fazendo no momento, viajar, experimentar coisas novas com aula aberta de bio-dança ou dança de salão ou caminhadas (E5).

A narração dessa entrevista destaca as atividades que lhes dão prazer, como leitura, dança, atividades esportivas que agora podem ser incorporadas à rotina de suas vidas por terem tempo livre.

Consegui encontrar com as minhas novas atividades uma forma de organizar-me emocionalmente e socialmente todos os meus vínculos. Estou na associação, ajudo a elaborar o jornal, não pego mais nas coisas porque em não tenho tempo livre (E2).

Os depoimentos dos homens, mostrados a seguir, espelham uma outra realidade, caracterizada por sentimentos de desinteresse pela rotina cotidiana do espaço privado.

Gostaria de ter um trabalho, mas eu não estou encontrando. Quero ter várias atividades. Busquei ter ocupação por necessidade (E10).

Minha ocupação atual é a minha casa, não porque eu goste. Mas, porque minha mulher tem que cuidar da mãe dela, se possível às 24 horas do dia. Mas logo que puder quero fazer outra coisa fora de casa. (E9).

Os depoimentos acima demonstram que os homens, por terem organizado sua vida com seus compromissos estabelecidos nas relações de

trabalho e no espaço público, apresentam maior dificuldade de incorporarem as mudanças ocorridas pela aposentadoria.

A mulher trabalhadora, que foi uma profissional ativa e assumiu as atribuições definidas para seus papéis, tanto no espaço doméstico, quanto no espaço público é envolvida por essa teia de dupla responsabilidade, só consegue dimensionar essa realidade após o desligamento do mercado de trabalho. Conforme a narração da entrevistada:

Como eu vivia ocupada em cuidar da documentação pessoal e de trabalho dos chefes, isso dava impressão que éramos todos iguais, na época não sentia diferença. Acordei, depois que me aposentei (E6).

Meu marido sempre quis que eu parasse de trabalhar ... o que não deixou em entrar numa canoa furada foi minha persistência (E1).

Um aspecto que aparece em uma das entrevistas diz respeito à necessidade de buscar desenvolvimento pessoal, a partir de práticas que possibilitem um prolongamento da vida com saúde e harmonia:

Eu tenho medo de ficar doente, então por isso, procuro cuidar muito das emoções, dos sentimentos, não guardar mágoas, trabalho o perdão, porque sei que tudo isso interfere na saúde (E7).

Nossa hipótese inicial quanto ao desligamento das relações de trabalho para homens e mulheres era de que os homens teriam muito mais dificuldade para romperem seus vínculos e assumirem a aposentadoria, mas, de forma recorrente, os depoimentos a seguir demonstram que ambos relutam à idéia de vivenciarem a realidade da aposentadoria:

Quando me aposentei, eu não dormia, tinha insônia, sentia pânico de ficar dentro de casa. Tinha medo de não poder organizar todos os vínculos novamente. (E2 – depoimento de uma das mulheres entrevistadas).

Fiquei deprimido quando me aposentei. Acho que deveria ter uma escola alguma coisa que pudesse orientar, preparar as pessoas que vão se aposentar, lançar um livro uma cartilha, para dizer como a pessoa percebe...por que eu não desejo para ninguém, é muito duro. (E10 – depoimento de um dos homens entrevistados)

Podemos observar pelos depoimentos de homens e mulheres, que existem elementos dificultadores e elementos facilitadores para os aposentados/as, quando vivenciam essa nova realidade. Esses elementos são permeados de influências por vários fatores: contexto cultural, social, político, econômico, enfim, pela história pessoal. Mas são carregados por uma questão fundamental, que diz respeito à perda de status, do prestígio advindo das relações funcionais decorrentes do afastamento do trabalho.

Assim, transitar pela categoria gênero na relação trabalho-aposentadoria-envelhecimento possibilitou-nos incorporar outras dimensões, como a subjetividade, a criatividade, que revelaram a capacidade de homens e mulheres perceberem diferentemente os problemas da igualdade e das diferenças em outros estágios de vida, estruturados por novas relações e novos significados.

Portanto, emerge a formação de uma nova categoria de homens e mulheres, com uma nova face que congrega a idéia de viverem na condição de aposentados/as com qualidade de vida. Os entrevistados/as, participantes da nossa pesquisa, apontam como necessidade uma participação mais ativa nos grupos sociais e familiares, uma busca de atividades sociais e culturais, sendo um elemento uníssono nessas falas a busca pela realização pessoal, reforçada pela importância da independência financeira e pela autonomia de viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à natureza deste trabalho, que se constituiu em buscar compreender o significado do desligamento do mercado de trabalho para homens e mulheres quando ocorre a aposentadoria, centramos nossos esforços em focar nosso olhar nessa questão sob a ótica do assistente social. A temática estudada abrange muitas questões que se interligam, girando em torno de grandes temas: trabalho, aposentadoria, envelhecimento e relações de gênero que merecem mediações. Como pesquisa, é, portanto, complexa, pluridimensional e cuja amplitude, pode ter deixado restritos alguns aspectos. O processo de aprofundamento da temática pode continuar em futuros estudos, pois não se esgotam na busca solitária de uma única pesquisadora.

Ao pesquisar essa temática, estamos abrindo um espaço para construção de conhecimentos a partir das percepções que esses sujeitos sociais expressam por meio das suas trajetórias de vida. Os conceitos e expectativas que são entregues como experiência humana vivida são determinantes na construção da consciência social desses trabalhadores/as que se dispuseram a mostrar-se como são, como construíram seus mundos e como continuam a organizá-los.

Segundo Thompson (1981 apud JUNCA, 2005, p. 184) a experiência humana possibilita dimensionar e reconstruir cada história de vida, como destaca o autor.

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Não podemos conceber nenhuma forma de ser social independente de seus conceitos e expectativas organizadoras, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada, e essa experiência é determinante no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.

Nessa perspectiva, quando pensamos no processo de aposentadoria, estamos projetando que o trabalhador/a construiu uma trajetória laboral cuja trilha

imprimiu sua força, criatividade e o desenvolvimento de suas capacidades, que não se limitam somente à sua finalidade imediata.

Os entrevistados/as trouxeram trajetórias diferentes, com percepções diversas, ressaltadas pela singularidade da história de vida de cada um. Essas trilhas singulares vivenciadas pelos trabalhadores são portadoras de dimensões universais e particulares das relações de trabalho, que se apresentam condensadas na trajetória laboral de cada um.

As trajetórias laborais são trazidas com múltiplos significados, relacionados às mudanças na vida social e nas relações surgidas no mundo do trabalho. Entre elas, encontramos: perda da rotina laborativa, reorganização na vida familiar, busca de espaço para convívio dentro e fora do espaço privado, novos papéis a desempenhar e muitos outros fatores que alicerçam experiências, construindo uma consciência social.

A nossa investigação mostra que os/as trabalhadores/as trazem concepções diferentes do processo de trabalho e conseqüentemente da aposentadoria. Essa característica aparece no âmago das narrativas, quando o trabalho é apresentado como meio de sobrevivência, pelo significado econômico, pela necessidade de submeter-se às lógicas impostas por essas relações, a fim de encontrar meios de subsistência. Aparece, também, em outra dimensão, o trabalho na perspectiva de realização pessoal com a conotação de bem estar, de identidade.

Todos os entrevistados/as são oriundos de atividades profissionais diversificadas, mas hoje comungam os projetos de uma associação; estão unidos por uma necessidade comum: a busca de seus direitos sociais e melhor qualidade de vida como aposentados/as.

Na realidade contemporânea, ao aposentar-se a pessoa reúne um arsenal de questionamentos que foram percebidos nas falas dos entrevistados/as. Esse repertório ecoa com múltiplas visões, como: estou começando uma nova etapa da minha vida, tenho novos projetos a desenvolver, estou aberto a estabelecer novos elos nas relações sociais, existe um lugar que quero ocupar nas relações familiares, nas relações de amizade, na comunidade na qual estou inserido, tenho projetos para transmitir a experiência acumulada pela minha vivência.

Desenraizados do seu ambiente profissional os/as aposentados/as vêm-se na contingência de alterar a ocupação de seu tempo livre e todos os seus hábitos de rotina desenvolvidos ao longo da vida.

Assim, a relação com a aposentadoria para os entrevistados/as é vivida de forma ambígua; de um lado, significa espaço de autonomia e de outro espaço de incertezas. Como a aposentadoria assegura, para todos, a fonte de sustento, a única fonte de renda, o aspecto financeiro reveste-se de importância, pois representa garantia da sobrevivência. Esse é o elemento unificador dos interesses dos entrevistados/as congregando-os em torno das questões: redução e desvalorização do benefício previdenciário e a ineficácia das políticas de Seguridade Social, insuficientes para manter sua qualidade de vida.

Portanto, os motivos e repercussões de manifestações de insegurança estão intimamente ligados aos aspectos econômicos, uma vez que quanto menor é a renda auferida pelo aposentado/a, tanto maior é a manifestação de preocupação e incertezas de viver a sua aposentadoria. Depreendemos, do suporte teórico utilizado, que o trabalhador/a é obrigado a vender sua força de trabalho com o objetivo de garantir sua sobrevivência e a de sua família. Com as características da contradição da sociedade capitalista, tomemos novamente o referencial de Huberman (1986) quando afirma que “o trabalho cria, o capital se apropria”. Apesar de todo o desgaste que tiveram em decorrência do trabalho e da sua conseqüente expropriação, os aposentados/as são movidos pelas necessidades financeiras a buscarem alternativas para a solução de seus problemas.

Tal situação leva os aposentados/as a procurarem retorno ao mercado de trabalho, conforme pesquisa de reportagem recente do jornal Diário Catarinense de 13/11/05, intitulada *Aposentado volta à ativa por falta de dinheiro*. Uma radiografia referente a essa questão é apresentada, trazendo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2003, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Estado de Santa Catarina tem 517,3 mil aposentados/as e 218,4 mil voltaram ao trabalho, referindo a necessidade financeira como principal argumento. O Estado é o quinto do país em número de aposentados/as que voltaram ao trabalho. No Brasil, temos uma população de 4,5 milhões de aposentados/as e mais de 50% deles recebe, pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), até um salário mínimo por mês.

Quando afirmamos que o trabalhador/a vende sua força de trabalho, optamos por direcionar também nosso estudo para compreender como se estabelece o processo de envelhecimento para esses entrevistados/as. Acreditamos

que a expropriação que o capitalismo exerce sobre a força de trabalho das pessoas reflete-se na própria percepção da questão do envelhecimento.

A capacidade de trabalho vincula-se diretamente às condições de saúde, que dependem da situação de sobrevivência, das exigências do tipo de trabalho, apresentando variáveis segundo estratificação profissional, as quais obedecem a determinações históricas.

O sistema a que estamos submetidos confere o pagamento da força de trabalho por duas vias, salário ou benefício do trabalho sendo uma forma de remuneração direta ou indireta, pelos programas de seguridade social, previdência social, saúde, educação fornecidos pelo Estado. O reconhecimento das dificuldades vividas pelos aposentados/as gera uma indagação crucial: com que bases sociais e políticas conta esse segmento populacional para prosseguir?

Se identificarmos essas bases, poderemos avançar; contudo, a realidade brasileira quanto à expectativa de vida apresenta mudanças importantes; o envelhecimento como processo também carece de medidas adequadas e a precarização das relações de trabalho, representa novas demandas por serviços. Portanto, todo este leque de questões exige benefícios e atenções que se constituem em desafios para os profissionais, para o equacionamento das políticas de seguridade social, para a sociedade como um todo.

A necessidade de capacitar as pessoas para construir sua trajetória é de suma importância para que possam traçar novos rumos em suas vidas, de maneira consciente, informada e fortalecida. Como a aposentadoria pode trazer também sentimentos de exclusão e impotência, é necessário, portanto, desenvolver mecanismos de inclusão social, fortalecendo a auto estima, autonomia e identidade de trabalhadores/as aposentados/as. A participação da família, amigos e comunidade possibilitam fortalecimento de vínculos ou o seu resgate representando suporte essencial para a sua qualidade de vida. A relação social é fator primordial para o seu fortalecimento e autonomia.

O programa de preparação para a aposentadoria deve ser aproveitado como um mecanismo de suporte, estimulado pelo poder público e inserido nas organizações. Sem a devida preparação para a aposentadoria, para essa nova etapa da vida, os aposentados/as correm riscos bio-psico-sociais, ou seja, de terem problemas relacionados à saúde física, psicológica e de relação social, que afetam ele próprio, a família, a comunidade e a sociedade.

Segundo o Estatuto do Idoso, capítulo sexto, artigo 31, o poder público tem a incumbência de criar e estimular programas de “[...] preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano, com objetivo de estimular novos projetos sociais de seu interesse e de informar sobre os direitos sociais e de cidadania” (BRASIL, 2003, p.14).

É fundamental o estabelecimento de programas que preparem os trabalhadores para a aposentadoria, o que não é de interesse somente do trabalhador/a, mas de toda a sociedade e do Estado.

A dificuldade de garantir os direitos decorrentes do trabalho permeia as discussões das relações de aposentadoria, pois, atualmente, o/a aposentado/a continua sofrendo preconceitos. Alternativas mais eficazes são necessárias, práticas direcionadas para o seu empoderamento e, conseqüentemente, viverem em melhores condições de vida. Sendo assim, acredita-se que a população precisa se articular, por meio dos movimentos sociais, organizações e conselhos para reivindicar e exigir do Estado e da própria sociedade práticas direcionadas ao bem-estar do aposentado/a. A sociedade tem o poder de lutar pelos seus direitos, sendo necessário mobilizar-se e fortalecer-se.

Assim, os/as aposentados/as estarão caminhando no rumo de sua emancipação, provocando mudanças na sociedade, não só porque delineiam um outro perfil demográfico, mas, também, porque estão buscando melhores condições de vida, pela via organizativa, junto às associações Estaduais e Federais de Aposentados e Pensionistas. A conscientização e união desse segmento populacional na busca de seus direitos e de melhores condições de vida, somente serão reconhecidas mediante a percepção de identidade do grupo populacional, desvinculando da lógica anteriormente adotada, que era via estratos profissionais.

O reconhecimento público dessas entidades constitui-se em espaço para dar força e voz aos trabalhadores/as numa demonstração de capacidade e resistência. O trabalho diuturno desse movimento, não centrado somente em interesses financeiros, mas buscando o reconhecimento das diferenças e da igualdade de direitos.

O ato da aposentadoria, quando se torna um condutor de relações fragilizadas, opressor de sujeitos sociais, excludente de espaços de realização pessoal e profissional, transforma-se em questão social e passa a ser objeto de intervenção do Serviço Social.

Como objeto de ação profissional, o trato dessa questão exige do assistente social uma escolha teórica metodológica, com uma ação técnica operativa, que dê consistência à sua prática e que seja baseada em princípios éticos profissionais suscitadores de novas posturas e projetos de intervenção. As novas tarefas que se impõem para o Serviço Social, dentro da temática abordada são sustentadas com a competência que nos auxilia a demarcar os limites e alcances dessa prática e as particularidades da atuação. Alicerçados num conjunto de habilidades, que compreendem os recursos técnicos instrumentais e mobilizados para analisar e intervir, como também para sistematizar e refletir é que podemos proceder as mediações que essa prática requer, com inserção competente na realidade sócio-institucional.

Os processos interventivos garantem subsídios e legitimam a formulação de agendas públicas e proposição de políticas sociais, por conseguinte, a ação do assistente social junto a programas e projetos em empresas e/ou instituições que visem a preparação dos trabalhadores/as para aposentadoria, como também junto ao sistema da Previdência Social, podem responder às demandas desse segmento populacional no processo de construção coletiva e na efetivação dos direitos sociais.

Assim, com essas condições e relações o assistente social, pode articular um conjunto de mediações que devem interferir não só na direção da defesa dos usuários, no incentivo e implementação de maior habilidade para resolver suas questões, mas, também, como expressa Faleiros (1996) para “[...] compreender e intervir no processo, mesmo de fragilização e de opressão, em diferentes níveis, para que se articule um processo de mudança de trajetórias e de fortalecimento dos usuários”.

O Serviço Social, como profissão que tem como especificidade à intervenção direta na realidade, pode trabalhar na direção do fortalecimento e autonomia desses usuários. Pelo desvelamento da realidade, pela manifestação das expectativas e necessidades dos aposentados/as com compreensão das estratégias de enfrentamento em relação a um acontecimento que tem seu caráter social e histórico, é possibilitado aos profissionais de Serviço Social desenvolverem uma capacidade crítica frente a essas questões sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vera Lucia. Modernidade e Velhice. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 75, p. 35 -54, 2003.

ANTONINI, Francisco Mário. A Luta contra e velhice. **A Saúde no Mundo**, São Paulo, abril, 1972.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez. 1995.

_____. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 78 -87, 1996.

_____. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Baitemo Editorial. 2002.

ARENT, Hanah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BAYMAN. Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 150-193.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice realidade incomoda**. São Paulo: Difusão Européias do Livro, v. 2, 1970.

BOBBIO, N. **De senectute e altri scritti autobiografici**. Torino: Einaudi Editore, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm>. Acesso em: 06 fev. 2004.

_____. Leis e etc. **Previdência Social, legislação, completa e atualizada**: Leis nº 8.212 e 8.213/91 e decreto nº 3.048/99. Brasília: Fundação ANFIP, 2002.

_____. **Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 06 fev. 2004.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legisla.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2004.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRITTO da MOTTA, Alda. Palavras e convivência: idoso hoje. **Revista de Estudos Feministas.** Rio de Janeiro, v. 05, n. 01, p. 129-139, 1997.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: DEBERT, Guida Grim. **Gênero e gerações.** Campinas: Unicamp, 1999, p. 191- 221.

CARLOS, Sergio A. Identidade, Aposentadoria e terceira idade. **Cadernos de Envelhecimento.** Porto Alegre. v. 1. p.77-88, 1999.

CARTAXO, Ana Maria Baima. **Estratégias de Sobrevivência: a previdência e o Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

CASTRO, Mary G. **Alquimia das categorias sociais na produção dos sujeitos políticos:** estudos feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1992.

CATTANI, Antônio David. Trabalho e Tecnologia. **Dicionário Crítico.** Petrópolis, 1997.

COMISSÃO LAROQUE. **Comissão de Estudos dos Problemas da Velhice.** Paris, La documentacion Française, 1982.

DEBERT, Envelhecimento e curso de vida. **Revista de Estudos Feministas,** Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 33-51, 1994.

_____. Guida Grim. Gênero e envelhecimento. **Revista de Estudos Feminista**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 1, p. 121-127, 1997.

_____. Envelhecimento e curso de vida. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 33-51, 1998.

Disponível em: <http://www.universiabrasil.net/materia_imp.jsp?id=1201>. Acesso em: 06 fev. 2004. **Radiografia da Exclusão Social**.

Disponível em: <<http://www.idoso.ms.gov.Br/artigo.asp?id=49>>. Acesso em: 28 ago. 2004. **Identidade, aposentadoria e o processo de envelhecimento**.

Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2004.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 nov. 2004.

Disponível em: <<http://www.cefemea.org.br>>. Acesso em: 05 dez. 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política social do estado capitalista**. As funções da previdência e da assistência social. São Paulo: Cortez, 1982.

_____, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 50, 1996.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em Migalhas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. 10ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GENTILLE, Raquel. **Representações e Práticas**. Identidade e processo de trabalho no serviço social. São Paulo: Veras, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo. Unesp, 1991.

GRUN, Roberto. Conflitos de geração e competição no mundo do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, p. 63-107, 1999.

GORZ, André. Direito ao Trabalho versus Renda Mínima. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 52, 1999.

HADDAD, Eneida G. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993.

HAREVEM, Tâmara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso de vida. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, p. 12 -35, 1999.

HARVEY, David. **A Condição Pós Moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, p. 117-184, 1993.

HUBERMAN, Léo. **A História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: LCT livros Técnicos e Científicos Editora. 1986.

IANNI, Octávio. **Introdução**. In **Marx, Karl**. São Paulo: Ática, 1980, p.7-42.

_____. O Mundo do Trabalho. **A Reinvenção do Futuro**. São Paulo, p. 15-54, 1996.

_____. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo. Cortez. 2000.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. O Aposentado volta à ativa por falta de dinheiro. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 2-3, 13 nov. de 2005.

JUNCA, Denise Crysóstomo de Moura Junca. Trajetórias de sujeitos no lixo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 84, 2005.

KALACHE, A Envelhecimento no contexto internacional: a perspectiva da Organização Mundial da Saúde. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: uma agenda para o final do século, Brasília, 1996. **Anais**. Brasília: MPAS, SAS, 1996. p. 13-15.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y Feminismo** – desarrollo humano y democracia. Madrid: Horas & Horas, 1996.

LAURENTI, R. A. A questão demográfica e a transição epidemiológica, In: I CONGRESSO DE EPIDEMIOLOGIA: Epidemiologia e a Desigualdade Social: os desafios do final do século. **Anais**, Rio de Janeiro, 1990.

LESSA, Sergio. **O Mundo dos Homens, trabalho e ser social**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2002.

LISBOA, Teresa Kleba. **Heroínas em luta na conquista de suas glórias**: um estudo sobre o processo de empoderamento das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

_____. **Gênero, Classe e Etnia**: trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Chapecó: Argos, 2003a.

_____. **Constituindo identidades, afirmando diferenças** – mulheres migrantes caboclas e a aculturação no espaço urbano. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: Identidade, diferenças e mediações. Florianópolis, abril de 2003b.

_____. **Trajetórias de vida**: um aporte investigativo para a construção de conhecimento em Serviço Social. 2004 (mimeo)

LOPES DA SILVA, Maria Lucia. **Previdência Social, um direito conquistado**. Brasília: Editora do autor, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: vozes, 1997.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. Idosos: projeto de vida e sociedade. **Revista Previdência em Dadis**, v. 6, n. 3, p. 05-11, 1991.

MARRE, Jacques Léon. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, UFRGS, v.3, n.3 jan/jul, 1991.

MARSHALL, T. H. **Política social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Difel, v. I e II, 1985.

MÉDA, Dominique. **El Trabajo**: um valor em peligro de extinción. Espanha: Gedisa Editorial, 1998.

MEIRELES, Cecília. **Cânticos**. 4.ed., São Paulo: Moderna, 1986.

MERCANTE, Elizabeth. Velhice: a identidade estigmatizadora. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 75, p. 55-73, 2003.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento** – pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. Hucitec – Abrasco, São Paulo/Rio de Janeiro, 1993.

_____. **Abordagem Qualitativa da Saúde**. Nov 1995. (mimeo).

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA. **Curso de Formadores em Previdência Social**. Brasília, SENAI- DF, 2002.

MORAES, Marieta (org.). **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim & Finep, 1994.

MORAGAS, Ricardo. **Gerontologia Social**: envejecimiento y calidad de vida. Barcelona: Herder, 1991a.

_____. **La Jubilación**: um enfoque positivo. Barcelona: Grijalbo, 1991b.

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da crise e Seguridade Social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nas anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

NERI, A L. (Org). **Psicologia do envelhecimento**. Campinas: Papyrus, 1995.

NUCODIS/DRT/SC. **Cartilha do Núcleo de Combate a Discriminação a promoção da Igualdade de oportunidades.** 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Cuidados Primários de Saúde.** Alma-Ata OMS – UNICEFI, 1984.

PEREIRA, Potyara A. P. A Política Social no Contexto da Seguridade Social e do Welfare State. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 56, p. 60-76, 1998.

ROSA, Maria Inês. **Trabalho, Subjetividade e Poder.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Letras e Letras, 1994.

SALGADO, Marcelo. **Aposentadoria e ética social:** a terceira idade. São Paulo: SESC, v. 2, n. 2, out, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça:** a política na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade,** Porto Alegre. v. 20, n. 2, p. 71 – 99, 1995.

SHINNER, Frederic. **Viva bem a velhice.** São Paulo: Summus, 1985.

SIMÕES, Júlio Assis. Solidariedade intergeracional e reforma da Previdência. **Revista de Estudos Feministas,** Rio de Janeiro, p. 169-181, 1997.

SOUZA LOBO, Elisabete. **A Classe Operária tem Dois Sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **Movimentos utópicos da contemporaneidade.** Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo, EDUC Fapesp, 2001.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de: **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense. 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

VERAS, Renato. A longevidade, a população, desafios e conquistas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 75, p. 05-18, 2003.

_____. **País jovem com cabelos brancos**: a saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**: estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. **Programa de preparação para a Aposentadoria**. Florianópolis: Editora Insular, 1996.

_____. O programa de preparação para aposentadoria como um processo de intervenção ao final de uma carreira. **Revista de Ciências Humanas. Florianópolis**, p. 157-176, 2000.

APÊNDICES

Apêndices A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro Sócio-Econômico

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa.

Obrigado(a) pela atenção, compreensão e apoio.

Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que visa identificar qual A TRAJETORIA LABORAL DE HOMENS E MULHERES NO PROCESSO DE DESLIGAMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO PELA APOSENTADORIA.

A população brasileira com mais de 40 anos cresceu consideravelmente a partir dos anos de 1960, o que ocasionou uma mudança na pirâmide etária nacional. Os/as trabalhadores/as estão cada vez mais cedo se desligando do mercado de trabalho e com maiores possibilidades de desfrutarem um maior tempo de vida. O estudo pretende desvelar o significado do desligamento do mercado de trabalho para homens e mulheres quando ocorre a aposentadoria e assinalar suas

potencialidades e/ou dificuldades para incorporar novos vínculos em seu processo de vida.

O procedimento para realização da pesquisa será uma entrevista semi-estruturada, gravada e posteriormente transcrita, com pessoas aposentadas com até 65 anos de idade e com no máximo dez anos aposentados. Após o recebimento das respostas das entrevistas, os dados coletados serão organizados, tratados e analisados.

A presença de benefícios e prejuízos diretos para os participantes, somente poderão ser identificados no final do estudo.

Em qualquer etapa do estudo, será possível o acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A pesquisadora principal é Rita de Cássia Gonçalves, que pode ser encontrada no telefone, telefone 48 99620998 o email rckgoncalves@terra.com.br

Caso haja alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, é possível contatar com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSC, telefone 3319206.

O participante tem liberdade para retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros pesquisadores, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante.

O participante tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li acerca do estudo “A TRAJETORIA LABORAL DE HOMENS E MULHERES NO PROCESSO DE DESLIGAMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO PELA APOSENTADORIA”. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e de compensação financeira. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Eu, _____, residente e domiciliado _____, portador da Carteira de Identidade, _____ nascido(a) em ____/____/____, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário da pesquisa “A TRAJETORIA LABORAL DE HOMENS E MULHERES NO PROCESSO DE DESLIGAMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO PELA APOSENTADORIA”. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Assinatura do participante	Data ____/____/____
----------------------------	---------------------

Assinatura do responsável pelo estudo	Data ____/____/____
---------------------------------------	---------------------

Apêndice B - Roteiro de Entrevista

Origem do/a entrevistado/a

Local e Data de Nascimento

Escolaridade

Cotidiano Familiar

Número de Filhos

Estado Civil

Características Culturais

1. Nome:
2. Data de Nascimento:
3. Local:
4. Sua família tem origem cabocla, alemã, italiana, índia, negra?
5. Estado civil:
6. Filhos/as:
7. Desde quando mora na cidade?
8. Escolaridade (estudou até que ano?)
9. Quem mora com você hoje?
10. Ocupação dos familiares: (em que seu esposo/a e filhos/as trabalham?)

Processo de trabalho:

Profissão

Locais onde trabalhou

Tempo de permanência

Remuneração (diferença entre homens e mulheres)

Funções/cargos exercidos e eventos dessas ocupações

Representação, participação e reivindicações das relações de trabalho

Motivos do desligamento do trabalho

Significado do trabalho na vida de homens e mulheres.

1. Com que idade começou a trabalhar?
2. Qual foi seu primeiro trabalho remunerado?
3. Qual a sua profissão? (qual sua ocupação atual?)

4. Quais os locais que já trabalhou?
5. Quanto tempo em cada atividade?
6. Fale sobre esses trabalhos. Qual era a remuneração? Existia alguma diferença de remuneração entre homens e mulheres? Como se sentia? Como era tratado/a? Como eram as relações de trabalho? Quem tomava as decisões? Você participava? Como apresentava suas reivindicações? Realizou alguma representação na organização de classe trabalhadora? Relate os eventos que mais marcaram essa trajetória.
7. Quais os motivos da saída desse(s) trabalho(s)?
8. Já passou por período de desemprego?
9. Quais as dificuldades encontradas? Quais as exigências que encontrou para conseguir trabalho?
10. Qual o significado do trabalho em sua vida?

Transição das relações de trabalho

Processo de Desligamento

Processo e Significado da Aposentadoria

Concepção de Trabalho após a Aposentadoria

Mudanças Ocorridas com a Aposentadoria.

1. Como foi a decisão de entrar com o pedido de aposentadoria? Quando isso ocorreu?
2. Quais as condições:
 - a) *financeiras* ocorreu seu desligamento do trabalho?
 - b) *emocionais* ocorreu seu desligamento do trabalho?
 - c) *de relações familiares* ocorreu seu desligamento do trabalho?
 - d) *de projetos pessoais* ocorreu seu desligamento do trabalho?
3. O que significa para você a condição de aposentado/a?
4. Como você se sente enquanto aposentado/a?
5. Quais os impactos da nova condição de vida na sua saúde? E no orçamento? E no lazer?
6. O mercado de trabalho permite novas ocupações?
7. Quais as mudanças ocorridas com a aposentadoria?
8. Quais as possibilidades trazidas com a aposentadoria?
9. Quais as dificuldades trazidas com a aposentadoria?

